

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural



Dissertação

**Teatro Esperança de Jaguarão (RS): memória, história e
patrimonialização**

Carlos José de Azevedo Machado

Pelotas, 2016

Carlos José de Azevedo Machado

**Teatro Esperança de Jaguarão (RS): memória, história e
patrimonialização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Porto Nogueira

Co-orientador: Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Pelotas, 2016

Catálogo na Publicação:

Machado, Carlos José de Azevedo

Teatro Esperança de Jaguarão (RS): memória, história e patrimonialização / Carlos José de Azevedo Machado. UFPEL, 2016 154 f.

Orientadora Isabel Porto Nogueira

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, BR-RS, 2016.

1. Teatro Esperança 2. Memória 3. Patrimônio 4. História
- I. Nogueira, Isabel Porto (Orientadora). II. Título.

Carlos José de Azevedo Machado

**Teatro Esperança de Jaguarão (RS): memória, história e
patrimonialização**

Dissertação aprovada como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 12/07/2016

Banca examinadora:

Isabel Porto Nogueira (Orientadora) Professora Doutora em Musicologia pela Universidade Autônoma de Madri, Espanha

Ana María Sosa González Professora Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Sidney Gonçalves Vieira Professor Pós-Doutor pelo Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona, Espanha.

Não sei precisar o dia e o mês, mas sei que foi pouco antes de junho de 1974, quando com oito anos incompletos entrei pela primeira vez naquele amplo teatro, que nunca havia imaginado existir na minha cidade. Fui com a professora Isolda Perez do Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva, assistir apresentações das turmas. No palco algumas apresentações homenageando a seleção brasileira que estava para disputar a copa de 1974. Assistia tudo encantado, não sei se com as apresentações ou com a imensidão daquele prédio. Meu irmão mais velho, com nove anos, apresentava-se no palco em um jogral, o que me fez pensar: eu também quero me apresentar ali. Mas, naquele palco, levou um bom tempo para que isso se concretizasse, quando em 1992 lá estava eu me apresentando numa peça de teatro, e depois em 1995, na fase regional de Teatro Amador do RS. Lembro que, naquele palco, olhando aquela plateia, me lembrei de meus oito anos (coisa que já havia, ou pensei, ter deixado para trás). A novidade já não era tão imensa como quando temos oito anos de idade, mas era uma situação e lembranças que me traziam felicidade. Lembranças que são minhas, certamente, mas que muitas outras pessoas as carregam até os dias de hoje, deste lugar “mágico” por conta do que ali se presenciou e se ouviu dizer.

Ao Teatro Esperança e às pessoas que mantém viva a memória deste lugar lhe conferindo valor e significado, dedico esta dissertação.

Agradecimentos

Agradeço à vida que me tem dado tantas possibilidades e aqui nesta dissertação mais uma delas.

Aos professores do Curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural que contribuíram para a elaboração deste trabalho, em especial à Professora Dra. Isabel Porto Nogueira pelo apoio e orientação.

Ao Professor Dr. Ronaldo Bernardino Colvero pelo apoio recebido na co-orientação, bem como a Professora Dra. Maria de Fatima Bento Ribeiro pela dedicação e apoio reservados a este trabalho.

Ao Professor Ms. Alan de Mello, que durante nossa trajetória na Secretária de Cultura e Turismo de Jaguarão, estimulou e acabou provocando-me na delimitação do objeto de estudo desta dissertação.

Às amigas Profa. Juliana Nunes que primeiramente me enviou alguns registros do Teatro e a Produtora Jose Kler Silva pela disponibilidade sempre apresentada e ao escritor José Alberto de Souza (carinhosamente chamado de Tio Zezinho) pelas contribuições e memórias dedicadas a este trabalho.

Aos colegas do Mestrado pelo compartilhamento de nossas investigações, o que permitiu aprendermos juntos e compartilhar nossas angústias e alegrias.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão por ter estado sempre de portas abertas para minhas incursões em suas documentações, em especial a atenção despendida pela Sra. Nilza Cardozo e pela Professora Isolda Perez.

A todos que, de alguma forma, colaboraram para a realização desta dissertação e fundamentalmente, à minha família, em especial minha esposa Vera e meus filhos Vinicius e Érico pela paciência com minhas eventuais ausências para a elaboração deste trabalho. Meus pais e à minha nonagenária avó, Hilma Emiliana Faria de Azevedo, que embora bastante lúcida, talvez não perceba o quanto foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Resumo

O principal objetivo desta pesquisa é refletir sobre a história, a memória e o processo de patrimonialização do Teatro Esperança na cidade de Jaguarão, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, apresentando-o como um lugar de memória e de história. Para tanto, buscou-se analisar os motivos que levaram este bem cultural, que ficou com suas portas fechadas por cerca de cinquenta anos, ter se mantido numa condição de um dos símbolos do Patrimônio Cultural da cidade de Jaguarão, testemunhado em pesquisas já realizadas e citadas neste trabalho e ter sido o primeiro bem tombado a ser entregue restaurado à comunidade. Este teatro adquiriu um significado que lhe permitiu este *status* pela comunidade, lugar que suscita muitas lembranças pelos moradores e, não por acaso, foi alvo direto das políticas públicas para o patrimônio que se desenvolveram nas décadas de 1980 até este momento. A metodologia utilizada é analítico-descritiva e para isso, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica tanto em relação à história da cidade, quanto em relação à sua arquitetura e ao Teatro Esperança, contextualizando a arte teatral no Brasil e no Rio Grande do Sul, e para fundamentar as conclusões e possibilidades apresentadas ao final do trabalho, foi desenvolvido os conceitos de memória e história, patrimônio cultural e lugares de memória. Além disso, buscou-se a documentação ligada ao processo de tombamento estadual e federal, bem como de forma geral, nos acervos da cidade e de outros municípios, as imagens e as matérias publicadas em periódicos desde sua inauguração. Este material, que se encontrava disperso, serviu de forte referencial para montar uma estrutura mais orgânica da história deste teatro e, ao final, apresenta-se ainda uma análise mais detalhada de alguns documentos importantes que servirão de subsídios para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Theatro Esperança. Memória. Patrimônio.

Abstract

This research main objective is to reflect on Theatro Esperança history, memory and process patrimonialization, a theater located in Jaguarão city, in Rio Grande do Sul, Brazil, presenting it as a place of memory and history. To this end we analyze reasons why this heritage property, which got its doors closed for about fifty years, has remained as one of the cultural heritage symbols in Jaguarão, witnessed in previous studies and mentioned herein, and as the first well to be delivered toppling restored to the community. This theater has acquired a meaning of its allowed this status for the community, a place that raises many memories for residents and no accident was direct target of public policies for the heritage that developed in the 1980s to date. The methodology used is descriptive-analytic and for this, it has developed a literature both in relation to the history of the city, its architecture and the Theatro Esperança, contextualizing the theatrical art in Brazil and Rio Grande do Sul, and to support the conclusions and possibilities presented at the end of work, it developed the concepts of memory and history, cultural heritage and places of memory. In addition, it sought the documentation connected with the state and federal tipping process, and in general, we sought the city's collections and from other municipalities, pictures and articles published in journals since it opened. This material which was dispersed served as a strong reference to mount a more organic structure of the history of the theater and at the end, still present a more detailed analysis of some important documents that will form the basis for future research.

Keywords: Theatro Esperança. Memory. Heritage.

Lista de Figuras

Figura 1	Apresentação de uma peça no Teatro Esperança em 2009	30
Figura 2	Passos do processo evolutivo: Do monumento histórico ao produto patrimonial.....	32
Figura 3	Mapa turístico de Jaguarão (com adaptações). Percurso do Cais ao Teatro Esperança.....	38
Figura 4	Jaguarão no início do séc. XIX. Litogravura de Jean Baptiste Debret	42
Figura 5	Anúncio no "Atalaia do Sul", de 11-04-1880.....	45
Figura 6	Detalhes na porta e teto. Residência na Rua XV de Novembro, 509.....	47
Figura 7	Detalhes construtivos de fachada.....	47
Figura 8	Vista da plateia com os camarotes originalmente subdivididos e individualizados.	48
Figura 9	Na reinauguração em 13/11/2014	49
Figura 10	Imagem interna do Teatro de Ouro Preto.....	50
Figura 11	Imagem interna do Teatro Esperança (período final do restauro)	51
Figura 12	Real Teatro São João (Pintura de Debret, 1834).....	52
Figura 13	Atual prédio, Teatro João Caetano.....	52
Figura 14	Teatro Sete de Abril (Pelotas-RS).	55
Figura 15	Theatro São Pedro (Porto Alegre – RS).....	55
Figura 16	Theatro Esperança (Jaguarão - RS).....	56
Figura 17	Publicações em jornais no século XIX.	57
Figura 18	Chamada dos sócios do <i>Theatro</i> Particular Harmonia Jaguareense	58
Figura 19	Anúncio de espetáculo no <i>Theatro Philo-Dramático-Apollo</i>	59
Figura 20	Local onde funcionara o Teatro Apollo. À direita podemos ver a	

	janela da bilheteria.	60
Figura 21	Plano geral da frontaria principal / sem datação. Possivelmente próximo ao ano de 1896.	62
Figura 22	Ação de 1899 (200 mil réis) do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves..	64
Figura 23	Aquarela achada em um Sebo em Montevideu e doada ao IHGJ	65
Figura 24	Recepção ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves ao retornar de seu mandato como Presidente da Província do Rio Grande do Sul, início de 1914. No cais e na Rua XV de Novembro	70
Figura 25	Construção da ponte e foto com operários, de 1928.	72
Figura 26	Cartazes de espetáculos.	73
Figura 27	Homenagem ao Cel. Osvaldo Cordeiro de Faria em julho de 1938, interventor do RS no governo Vargas (Estado Novo)..	74
Figura 28	14 de abril de 1942. Festividade do “Dia Panamericano”.	74
Figura 29	Concerto beneficente promovido no Teatro.	75
Figura 30	Propaganda de filmes exibidos no Teatro Esperança (14/03/1946)	79
Figura 31	Capas de Cine-Programas.	80
Figura 32	Capa do programa do Recital de “Ballet” da Escola de Jaguarão	81
Figura 33	Foto 01 Plateia no Teatro Esperança em Festival no ano de 1970. / Foto 02 Show da Banda The Black Mouse (de José Airton) no Festival em 1972.	84
Figura 34	Apresentação no Teatro Esperança (1989).	85
Figura 35	Passeata de chamamento para o 3º Festival de Teatro Amador (1989).	85
Figura 36	Programação do 5º Festival Gaúcho de Teatro Amador (1993).	86
Figura 37	Peça “Duende dos Cabelos de Foto”. (1993).	86
Figura 38	Peça “Nuestra América” campeã da regional sul do VI Festival (1994).	87
Figura 39	Cartaz Jaguararte/2006.	88
Figura 40	Jaguararte 2009. Foto 01: apresentação de Dança folclórica. Foto 02: Movimentação na frente do Teatro.	88

Figura 41	Grupo Americano após apresentação no Teatro Esperança, no Projeto Jaguar (1983).	91
Figura 42	Frente do <i>folder</i> distribuído em 1997 por ocasião da municipalização.	95
Figura 43	Jornal El País (Uruguai), 16/04/2004.	101
Figura 44	Frente do caderno informativo distribuído à comunidade.	102
Figura 45	Painéis no Fórum do Patrimônio Histórico e Cultural de Jaguarão em 02/04/2009..	104
Figura 46	Foto 01: Murga uruguaia Agarrate Catalina no Teatro Esperança (2009). / Foto 02: Festa de Iemanjá (2010). / Foto 03: Contação de histórias na Feira Binacional do Livro (2011)...	104
Figura 47	Foto 01: telhado antes do restauro. / Foto 02: durante o restauro. / Foto 03: Restauro do teto interno.	106
Figura 48	Foto 01: Estudo arqueológico no Teatro Esperança. / Foto 02: Estrutura circular de tijolos.	107
Figura 49	Prefeito Claudio Martins na assinatura do Contrato (Foyer do teatro).	108
Figura 50	Descerramento da placa de reinauguração.	110
Figura 51	Plateia e cortinas do palco.	110
Figura 52	Show de abertura com músicos da terra.....	111
Figura 53	Mesa de autoridades.	112
Figura 54	Capa dos Estatutos de 1896.	117
Figura 55	Ata de constituição da Associação do Theatro Polytheama Esperança.	120-122
Figura 56	Capa do Relatório de gestão de 1898.	123
Figura 57	Ata nº 2 de Assembleia Geral.	125-127
Figura 58	Acionistas em 31 de dezembro de 1898.	130
Figura 59	Quadro de Transferência de Ações do ano de 1898.	131
Figura 60	Acionistas no ano de 1956.	132
Figura 61	Estatuto 1929, p. 11.	134

Lista de Siglas

CF – Constituição Federal

DECOM – Departamento de Comunicação Municipal

D.O.U. – Diário Oficial da União

ICH – Instituto de Ciências Humanas

IHGJ - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul

LIC – Lei de Incentivo à Cultura

MINC – Ministério da Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCH – Programa de Cidades Históricas

PDPJ – Plano Diretor Participativo de Jaguarão

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PMJ – Prefeitura Municipal de Jaguarão

PPCI – Plano de Prevenção e Combate a Incêndio

PRIJ – Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECULT – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SEDAC – Secretaria Estadual da Cultura

SIC - Sociedade Independente Cultural

SME – Secretaria Municipal de Educação

SOJAL – Sociedade Imobiliária e Comercial de Jaguarão

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

Sumário

Introdução	14
1 Memória, história, Patrimônio e Lugares de Memória: Conceitos introdutórios	21
1.1 Memória	22
1.1.2 Memória e História	24
1.2. Patrimônio	27
1.2.1 Patrimônio e memória	29
1.2.2 Políticas públicas para o patrimônio	31
1.3 Lugares de memória	35
2. A cidade, o teatro no Brasil e o Teatro Esperança	38
2.1 Nas ondas do rio: As origens da cidade	40
2.2 A urbanização e a cultura	42
2.2.1 A arquitetura	46
2.3 Das origens do teatro no Brasil e no Rio Grande do Sul	49
2.3.1 Das casas de teatro: do RS a Jaguarão	53
2.4 Do Teatro Esperança	60
2.4.1 Da segunda Associação, "Theatro Politeama Esperança": de 1896 a 1829	62
2.4.2 Da terceira Associação: de 1929 a 1957	70
2.4.3 Da Quarta Associação	81
2.4.3.1 Dos usos e desusos na segunda década do século XX	83
2.4.4 As últimas décadas do século XX e as políticas públicas para o Patrimônio	89

2.4.4.1 O Teatro Esperança no contexto das políticas públicas	90
2.4.4.2 Do tombamento estadual	92
2.4.4.3 Da municipalização do teatro.....	94
2.4.5 Das tentativas de restauro e da restauração frustrada	96
2.4.6 Das discussões do novo Plano Diretor a criação da Secretaria de Cultura e Turismo e suas primeiras ações	101
2.4.7 Do tombamento nacional à restauração do Teatro Esperança	105
2.4.8 Do tempo de restauro, da gestão e outros teatros em processo similar	112
 3. Luzes para a história do Teatro Esperança	 116
3.1 Estatutos de 1896 e Ata da primeira Assembleia Geral	117
3.2 Relatório de Gestão e Ata da segunda Assembleia Geral	122
3.2.1 Ata de Assembleia Geral nº 2 de 1899, publicada juntamente com o Relatório de Gestão	125
3.2.2 Acionistas	128
3.3 Ata da Assembleia de Constituição do “Teatro Esperança Sociedade Anônima” em 1929	132
3.3.1 Estatuto do Teatro Esperança S.A. de 1929	133
 Considerações finais	 136
 Referências	 139
 Anexos	 147

Introdução

O objeto deste trabalho versa sobre a memória e a história do Teatro Esperança, na cidade de Jaguarão, estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a cidade uruguaia de Rio Branco. O fato deste teatro, inaugurado em 1898, ter permanecido fechado e sem uma gestão para seu funcionamento, por toda a segunda metade do século passado até os primeiros anos deste, e apesar disto, ter permanecido na memória de muitos moradores, jovens e idosos, como o Teatro da cidade, levou o autor a ouvir e analisar relatos memoriais, bem como, aproveitar o bom acervo de fontes primárias, porém não organizadas, montando assim uma narrativa histórica do mesmo e comparando os dados históricos com as narrativas memoriais, num momento bem intenso de sua história, uma vez que nos últimos anos o teatro passou por processos de tombamento, municipalização, restauração e uma revitalização ou, dito de outra forma, um processo de patrimonialização.

Analisar um lugar, e mais especificamente um lugar eivado de memórias, exige uma apresentação mais cuidadosa de alguns conceitos importantes para o entendimento do qual partiremos: o patrimônio como dimensão política da memória (Candau, 2011) e como um instrumento para a história. Lugar aqui é entendido como um conjunto de vivências individuais e subjetivas dos sujeitos, como forma de experiência humana do espaço. Concepção compartilhada pela Geografia Humanista e pela fenomenologia, onde lugar significa o mundo vivido, onde se estabelece as vivências individuais e intersubjetivas (Neto, 2009, p. 112).

Para melhor entendimento desta dissertação pelo leitor, é importante apresentar este autor e qual relação possui com o lugar analisado. Nascido em Jaguarão, professor formado em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (1990) e ativista cultural, foi influenciado pelo Projeto Jaguar no início da década de

1980 e um dos fundadores da Sociedade Independente Cultural (SIC)¹. Como ator amador já se apresentou no Teatro Esperança e em 2009-2010 foi Secretário Municipal de Cultura e Turismo, período onde foi contratado um Projeto de Restauração para o Teatro e começou a se constituir a ideia do tombamento nacional do centro histórico de Jaguarão. Dessa forma, entende-se que o leitor analisará com mais qualidade tendo compreensão de onde fala e de onde vem o autor.

A cidade, fronteira com o Uruguai, com o qual tem uma história que se estabelece através das duas margens, foi um importante posto comercial, militar e fronteiriço, com uma significativa participação no campo das artes. O Teatro Esperança fez em 2015, 117 anos e é um dos mais antigos em atividade no Rio Grande do Sul. Iniciou com intensa atividade, funcionando nas primeiras décadas do século XX também como cinema, e, a partir da metade do mesmo século, começa um processo de depreciação, abrindo esporadicamente e chegando até ao desuso, considerando que funcionou como um templo religioso em alguns momentos. No início da década de 1980, dentro de um movimento chamado Projeto Jaguar, seu uso entra na esfera de discussão pública e política, assim como outros bens da cidade. Tombado pelo Estado do Rio Grande do Sul em 1990, foi municipalizado em 1997, mas só a partir de 2009 começa um movimento mais acelerado de recuperação. Em 2010 começa a primeira fase do processo de restauro, em 2011 o tombamento nacional pelo IPHAN, e em 2013 a segunda fase que foi concluída em novembro de 2015. Estas últimas décadas foi onde teve início o processo de patrimonialização do Teatro Esperança e que está compreendido nesta dissertação.

Buscar apresentar sua história sistematizada e demonstrar como este teatro se tornou um lugar de memória ganha um grau de importância maior ainda, no momento em que a cidade recebe o primeiro bem restaurado entregue à comunidade, e não possuí um estudo, até então, mais detalhado em relação às memórias e à história deste patrimônio cultural, o Teatro Esperança.

O processo de restauração, bem como o futuro uso e a gestão – temas trabalhados e também provocados, no que tange a gestão – não se relacionam apenas a um prédio de interesse arquitetônico, mas igualmente, de um espaço social, político e cultural. Além das diferentes funções ao longo dos anos, abrigando

¹ Projeto Jaguar e SIC serão abordados nesta dissertação.

atividades circenses, remates de animais, cinema, espaços para festas, bailes, formaturas e espetáculos de diferentes naturezas, o Teatro Esperança fazia parte do cenário social, cultural e político da cidade (SILVA, 2013). Já o processo histórico deste teatro, seus usos e "desusos", o apogeu e o declínio, e o processo de tombamento e de restauração vêm, em parte, ao encontro da análise de Roberto Duarte Martins (2001, p. 191), partindo do nascimento, auge, decadência e agora num processo que poderíamos chamar de renascimento.

O Teatro Politeama Esperança começou a ser construído em 1887 e inaugurado onze anos depois. Sua construção aconteceu num momento em que sopravam, na cidade, ventos de desenvolvimento por conta do capital oriundo do charque e do contrabando. No entanto, a economia começa a decair e a cidade perde força política, pois o desenvolvimento da cidade recuou, em parte pela crise da indústria do charque e, por outro lado, quando da construção da ferrovia Rio Grande-Bagé (1884) e posteriormente Montevideu-Cerro Largo, uma vez que sua economia se baseava fundamentalmente no comércio com o Uruguai (FRANCO, 1990). Esta conjuntura municipal vai abalar um pouco as funções do Teatro, mas este, em função do surgimento do cinema, consegue permanecer efetivamente aberto e em funcionamento constante durante a primeira metade do século XX.

A cidade, contudo, ainda consegue manter-se com destaque entre as principais cidades gaúchas nas primeiras décadas do século XX, por conta de pelo menos dois fenômenos: a posse de Carlos Barbosa² no Governo do Estado, em 1909, e a construção da Ponte Internacional Mauá, concluída em 1930. O primeiro permite manter um status político e o segundo uma movimentação de capital e trabalho. No entanto, nas décadas posteriores vai acontecer um recuo econômico que, mesmo mantendo status por um longo período, faz com que a cidade gradativamente vá perdendo prestígio e elementos constituintes de sua vida: pequenas fábricas, aeroporto, políticos influentes no estado, entre outros. Neste aspecto, o Teatro Esperança, enquanto um bem cultural representativo da comunidade, também vai sofrer com este período, começando um processo de depreciação na segunda metade do século XX.

²Carlos Barbosa Gonçalves (Pelotas, 1851 – Jaguarão, 1933), republicano de tradicional família jaguareense, foi médico e político brasileiro, governador do Rio Grande do Sul durante a República Velha, foi senador, deputado e secretário de Estado. Sobrinho neto de Bento Gonçalves, em sua residência atualmente está instalado o Museu Carlos Barbosa.

No início do século XX, o teatro já passou a ser usado como cinema, sendo alugado por empresas que o destinavam para esse fim, funcionando desta forma até o final da década de 1950. Nas décadas seguintes, com a inauguração do Cine Regente (final da década de 1950), o teatro começou a perder público, aos poucos foi fechando, abrindo eventualmente e gradativamente se deteriorando.

Mas, de encontro a este processo, e dentro de uma conjuntura internacional que vinha propondo políticas para o patrimônio, eclodiu na cidade um movimento não governamental, protagonizado basicamente por estudantes, alguns cursando Arquitetura em Porto Alegre ou em Pelotas, onde se teve novamente um novo ciclo que vai influenciar as estruturas políticas locais, a partir do início dos anos de 1980. Este é o primeiro momento, que se conhece, no qual se começou a pensar políticas para o patrimônio de Jaguarão, denominado de Projeto Jaguar.

Entrelaçando-se com as palavras de Aloisio Magalhães: “só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece”, este movimento, denominado Projeto Jaguar, trazia uma luta de preservação da história da cidade, buscando a revitalização de seus bens patrimoniais fechados ou em ruínas, como o Teatro Esperança e a Antiga Enfermaria Militar. As ações deste projeto, nos anos em que foi desenvolvido, conseguiram provocar muitos jaguarenses, sobretudo jovens, os quais se desvencilharam de ideias negativas sobre a cidade, alimentadas com as constantes “perdas”. Era final da ditadura e o período inicial da chamada Nova República, que se por um lado avançou na democracia, também por outro arrefeceu um pouco os ânimos para esta retomada da revitalização da cidade, que teve sequência, porém levou duas décadas e meia para chegarmos onde nos encontramos, quando o teatro é reinaugurado restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Demonstrado o tema desse trabalho, apresenta-se a metodologia utilizada, que se constituiu em analítico-descritiva, fundamentada na pesquisa documental e bibliográfica, a partir de uma abordagem qualitativa. Desta análise buscou-se estabelecer uma forma mais propositiva, inclusive apresentando vasta documentação primária para futuras análises. A intenção aqui foi realizar uma síntese histórica deste teatro, aproveitando também os elementos memoriais provocados por ele, e, para isto, foi necessária uma apresentação de alguns conceitos relacionados com o objeto de pesquisa. O Teatro será apresentado como um genuíno lugar de memória, conforme Pierre Norra, além de se demonstrar a importância deste local como um quadro sociotransmissor das lembranças

(CANDAU, 2011) de muitos moradores, e junto, a isto, apresentar-se o processo histórico do teatro e as relações entre a história e a memória deste bem cultural patrimonial. Ainda, será analisado o processo do tombamento estadual até a restauração do bem. E, por fim, faz-se uma análise de alguns documentos importantes referentes ao Teatro Esperança, ficando por último a avaliação deste autor em suas considerações finais.

O recorte temporal da pesquisa e a estrutura da dissertação foi estabelecida da seguinte forma: a pesquisa histórica e memorial compreende o período entre 1898 a 2015, detalhando mais as primeiras décadas e as últimas. Em relação à contextualização histórica da construção da cidade, este será apresentado de forma breve, compreendendo o período de 1801 a 1880. O marco inicial a partir das duas últimas décadas do século XIX se justifica pelo momento de efervescência econômica, política e cultural do qual a cidade começava a usufruir e o ano de 2015 é tomado como fechamento por ser o momento em que o Teatro é reinaugurado após o restauro e revitalização. Desta forma, este estudo será dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado "Memória, história, patrimônio e lugares de Memória: Conceitos introdutórios" serão abordados conceitos que ajudarão no referencial teórico da pesquisa. O patrimônio, de acordo com Candau, pode ser reduzido a uma dimensão política da memória, sendo ele menos um conteúdo do que uma prática de memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma. Nesse sentido, a revitalização do Teatro parece servir como provocação à restituição desta memória, contribuindo para o fortalecimento da ideia de percepção do objeto patrimonial como de sua comunidade ou, mais especificamente, de seu grupo de convívio. Buscar-se-á refletir esta questão tentando observar como estes grupos pensam o patrimônio histórico-cultural da cidade, especificamente aqui, o Teatro Esperança. Ainda, e não menos importante, será abordado a diferença entre memória e história, pois, justamente se pretende por um lado trabalhar com as memórias apresentadas por moradores, por outro também organizar e sistematizar a história do Teatro Esperança. Entre os autores utilizados neste capítulo da dissertação encontram-se Joel Candau, Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Pierre Nora, Dominique Poulot, Lee Goff, Llorenç Prats, Maria Cecília Londres Fonseca, Leonardo Barci Castriota, entre outros, os quais foram de importância fundamental para um bom aprimoramento.

No segundo capítulo a dissertação busca apresentar a trajetória histórica deste teatro, de forma sistematizada, uma vez que esta é encontrada de forma esparsa entre documentos públicos, atas, relatórios de gestão, jornais, artigos e fotos. Nas poucas obras em que este teatro é abordado, como em Mucio da Paixão (1936) e Lothar Hessel (1986; 1999), as informações se resumem naquelas encontradas em artigos de jornais locais ou regionais. A data de inauguração terá uma menção importante, uma vez que se sustenta a data de 1898 e não o ano de 1897 como é apresentado inclusive em *folders* e documentos oficiais como no processo de tombamento estadual em 1990.

O capítulo partirá de um breve histórico da cidade, contextualizando a construção de Jaguarão e a do Teatro Esperança. Para melhor entender a construção do Teatro, na cidade de Jaguarão, será apresentado também um breve histórico do teatro no Brasil e no Rio Grande do Sul. A partir daí, seguirá a trajetória histórica, sendo o recorte temporal o ano de sua inauguração (1898) até a data de 13 de novembro de 2015, quando então foi reinaugurado após um processo de restauração. Com relação à questão da história da cidade e do teatro, será utilizado autores como Lothar Hessel, Mucio da Paixão, Ezio da Rocha Bittencourt, Eduardo Alvarez de Souza Soares, Sérgio da Costa Franco, Roberto Duarte Martins, entre outros. Nas fontes primárias, o uso de um vasto material como periódicos, Leis, jornais, fotografias, atas, ofícios e relatórios, encontrados em arquivos como do IHGJ, Prefeitura Municipal de Jaguarão, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre - RS), Biblioteca Pública Pelotense, entre outras entidades, além de outros materiais para trabalhar o campo memorial, tais como relatos publicados e orais (entrevistas gravadas), além de um programa da TVE-RS de 1983 com vários registros importantes para a memória da cidade e do teatro. Também será abordado neste capítulo de forma mais detalhada o processo de políticas públicas para o patrimônio na cidade, a partir da década de 1980, partindo-se dos debates públicos, passando pelo tombamento estadual, em 1990, e estendendo até o momento da restauração, sendo utilizados, para esta parte, documentos como o projeto de restauração, o Inventário promovido pelo Projeto Jaguar, o Dossiê do Tombamento Nacional, ofícios e relatórios oficiais deste período, além da legislação nacional, estadual e municipal.

O terceiro capítulo constará da leitura de documentos, atas, relatórios entre outros, analisando-o e discutindo, de forma mais detalhada, alguns destes

documentos. A ideia deste capítulo é servir de base para futuros estudos sobre o teatro, pois além de analisa-los será apresentado os locais e acervos onde se encontram, facilitando o caminho para novas pesquisas.

Ao longo desta dissertação, foi trabalhado o referencial teórico que possibilitará ligar o objeto de pesquisa com a memória e a história do teatro, apresentada de forma sistematizada num segundo momento. Se por um lado tratar-se-á das lembranças de algo, também se tratará de elementos objetivos sob uma análise crítica e sistemática, característica fundamental para qualquer conhecimento crítico, entre eles a ciência histórica.

Capítulo 1 - Memória, história, Patrimônio e Lugares de Memória: Conceitos introdutórios

"Não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito do tempo; não há realidade sem memória e sem uma noção de presente, passado e futuro." (Izquierdo, 1989, p.1)

Analisar a história de um lugar, e, mais especificamente, a de um lugar eivado de memórias, exige uma apresentação de alguns conceitos importantes para entendermos o patrimônio como dimensão política da memória e também como um instrumento para a trabalharmos a história.

Para Joel Candau (2011) existem quadros dos quais os indivíduos se utilizam para fixar e reencontrar suas lembranças, que ele chama de sociotransmissores, e cada indivíduo está inserido em grupos sociais diferentes e utiliza elementos diversos para lembrar e contar sua história pessoal e também suas memórias. Dessa forma, os objetos patrimoniais, podemos dizer, são excelentes sociotransmissores da sensibilidade patrimonial. O patrimônio, de acordo com Candau, pode ser reduzido a uma dimensão da memória, uma dimensão política, sendo ele menos um conteúdo do que uma prática de memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma. (CANDAU, 2011, p. 117-122). Assim, estes patrimônios se colocam como ativadores de antigas lembranças que vão orientar e fixar a história vivida que, não por acaso, em muitas vezes se confunde com os fatos relatados pela história do lugar. Pierre Nora (1993) nos apresenta elementos para identificarmos Lugares de memória e Dominique Poulot (2009) para o acolhimento de bens culturais.

Ainda, e não menos importante, necessário analisar a diferença entre memória e história, pois o lugar ao qual se pretende chegar é justamente na e nas memórias bem como a sistematização da história do Teatro Esperança.

1.1 Memória

A palavra memória tanto na origem latina – *memor* – como na grega – *mnemo* – significa "aquele que lembra", no sentido de preservação de reminiscências. Seu uso tem sido significativo, principalmente nas últimas décadas, como tema constante por sua estreita relação com o Patrimônio, em especial o Patrimônio Cultural.

Desde Platão e Aristóteles, fala-se da memória não só em termos de presença/ausência, mas também em termos de lembrança, de rememoração, aquilo que os gregos chamavam de *anmnesis* – Platão referia-se ao conhecimento do passado a partir de uma espécie de reencarnação³. A aprendizagem constituiria em redescobrir esse conhecimento dentro de nós. Henri Bergson foi quem (re)colocou o "reconhecimento" no centro de toda a problemática da memória. O "reconhecimento", tomado como um dado fenomenológico permanece uma espécie de "pequeno milagre" (ligando com Platão). Ainda que, não estando mais lá, o passado seja reconhecido como tendo estado. Claro que poderíamos colocar em dúvida tal pretensão de verdade, o que não tira a importância da memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela (RICOUER, 2007, p. 40).

O estudo de Joel Candau sobre este tema deve ser destacado, principalmente, por sua contribuição na decomposição do conceito de memória nos níveis da protomemória (memória mais automática), da memória de evocação (recordação voluntária) e da metamemória (representação que cada indivíduo faz de sua própria memória). Neste último conceito, na sua forma coletiva - reivindicação compartilhada de uma memória que se supõe ser compartilhada -, ela se enquadra na substância mesma do discurso patrimonial que é sempre um discurso sobre a memória (CANDAU, 2011, p.34 – 36). Ainda, para ele, “cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais está associado certo ‘nível de evocabilidade’ ou de memorabilidade” (2011, p. 98), representados como marcos de um caminho individual ou coletivo que têm sua lógica e coerência nessa demarcação. Nesse contexto, observa-se uma série de lembranças comuns referentes ao Teatro Esperança em várias manifestações de moradores antigos da

³ Na Filosofia Platônica consiste no esforço progressivo em que a consciência individual remonta da experiência sensível para o Mundo das Ideias, de onde, segundo Platão, todos saímos e onde se encontram as ideias perfeitas, das quais só percebemos as sombras. Por isso a analogia, ao buscar no passado imagens que possam lembrar e trazer para o presente momentos efetivos da história dos indivíduos e grupos.

cidade de Jaguarão, que são abordadas neste trabalho. Adiantaria aqui um assassinato que aconteceu na frente do teatro, fruto de um desentendimento que começou na plateia. Este fato foi várias vezes lembrado em entrevistas com moradores, inclusive virando narrativa de um conto literário. Outro fato bastante lembrado são os festivais de música em décadas passadas e formaturas escolares, além de relatos de acontecimentos que sequer teriam presenciado, mas ouvido de seus pais e avós como as apresentações circenses e touradas. Cada indivíduo traz uma narrativa própria, mas sempre dentro de um grupo, de uma coletividade, onde muito destas narrativas são compartilhadas num grupo maior.

Halbwachs (2006), trabalhando a relação entre a sociologia e a história, coloca que o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito.

[...] o "eu" e sua duração se localizam no ponto de encontro de duas séries diferentes e às vezes divergentes: a que se liga aos aspectos vivos e materiais da lembrança, a que reconstrói o que é apenas passado. O que seria desse "eu", se não fizesse parte de uma "comunidade afetiva" de um "meio efervescente" - do qual tenta se livrar no momento em que "se lembra"? [...] a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante (DUVIGNAUD, in HALBWACHS, 2006, p. 12).

Pode-se afirmar, a partir de Halbwachs (2006), que a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso, entendendo que o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito, onde as lembranças de moradores citadas anteriormente demonstram esta construção ao mesmo tempo em que há também particularidade nas narrativas.

Outro pesquisador, Le Goff, em sua obra *História e Memória* (1990), diz que a memória apresenta a propriedade de conservar certas informações:

[...] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (p. 366) [...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...] (1990, p. 477).

Nesta perspectiva, a memória constitui-se como forma de preservação e de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Assim, por meio de uma inter-relação dinâmica, é suporte das identidades individuais e coletivas.

Analizando outros autores, vemos que Ivan Izquierdo (1989), num panorama mais relacionado às ciências médicas, nos fala que a variedade de memórias possíveis é de tal forma grande, sendo evidente que a capacidade de adquirir, armazenar e evocar informações é inerente a muitas áreas ou subsistemas cerebrais, e não é função exclusiva de nenhuma delas. Estas estruturas e suas conexões estão estrategicamente localizadas para modular o processamento de informações baseadas na experiência. Serge Larroche (2010) vem reforçar que o cérebro é um sistema dinâmico, sempre em movimento. Estudos permitiram definir diferentes categorias, como a memória semântica, episódica ou processual, ou no trabalho, com base em sistemas neurais parcialmente distintos, mas em interação.

Dessa forma, numa perspectiva biológica, pode-se observar que o estudo da memória envolve a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia, a psiquiatria (quanto às perturbações da memória). No século XX, alguns cientistas e filósofos foram levados a aproximar a memória dos fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais, como a Sociologia, a História e a Antropologia.

1.1.2 Memória e História

Não é intuito aqui abordar de forma mais ampla a relação memória-história, porém, é importante situar duas balizas: que há uma distinção entre memória e história, e que ambas trabalham com questões intimamente relacionadas, por isso, dificilmente separadas. Como este trabalho busca analisar um lugar eivado de memórias e com uma relação importante com as pessoas que fazem parte da cidade e também de apresentar a trajetória histórica deste mesmo lugar, partir destas duas premissas torna-se necessário para melhor compreensão do mesmo.

Platão na Antiguidade apresentava a memória como um bloco de cera, no qual nossas lembranças são impressas. Quando os historiadores começaram a se apossar da memória como objeto da História, o principal campo a trabalhá-la foi a História Oral. Le Goff (1990) entende que é preciso diferenciar as sociedades de

memória oral e as de memória escrita, e defende que a memória coletiva é uma forma característica dos povos sem escrita, diferenciando-se de outros pensadores, que a colocam como intrínseca de todas as sociedades (SILVA; SILVA, 2005, p.277).

Para Le Goff (1990), na relação entre memória e história há uma dubiedade comum às duas: o fato de ambas possuírem duplo significado, a história como experiência coletiva dos homens e elaboração intelectual sobre ela, e a memória como registro e armazenamento, mas também evocação do que foi registrado e armazenado.

Ricoeur (2003, p. 1) propõe deslocar o ponto de vista adotado que é "o da escrita para a leitura, ou, mais genericamente, da elaboração literária do trabalho histórico para a sua recepção". As questões em jogo "dizem respeito à memória, já não como simples matriz da história, mas como reapropriação do passado histórico por uma memória que a história instruiu (e por vezes feriu)". Propõe um modo não linear, mas circular, em que a memória pode aparecer duas vezes ao longo de nossa análise: Como matriz da história (do ponto de vista da escrita da história) e depois, "como canal da reapropriação do passado histórico tal como nos é narrado pelos relatos históricos" (p.1-2). O reconhecimento é um privilégio da memória, do qual a história está desprovida. "A história pode, no máximo, fornecer construções que ela declara serem reconstruções". Mas entre estas, mesmo mais próximo dos fatos possível, e o reconhecimento, subsiste um fosso lógico e fenomenológico (p.3).

Não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela. Os falsos testemunhos, dos quais [...] só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos reputados mais confiáveis. Ora, como será então demonstrado, o testemunho constitui a estrutura fundamental entre a memória e a história (RICOEUR, 2007, p. 40-41).

Para Halbwachs (2006), a diferença entre história e memória é o fato da história se prender a calendários e fatos enquanto "os quadros coletivos da memória não conduzem a datas, nomes e fórmulas" (p. 86). Para ele, a história é a chamada história escrita, que difere da história vivida, esta última onde se constrói a memória, relaciona-se com a memória coletiva. As lembranças seriam incorporadas pela história à medida que fossem deixando de existir ou à medida que os grupos que as sustentavam deixassem de existir: "[...] a

história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixa-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la" (HALBWACHS, 2006, p.101).

Halbwachs aponta que as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. As representações do passado, que podemos criar, podem ser assentadas na percepção de outras pessoas, naquilo que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. "A lembrança é uma imagem introduzida em outras imagens, uma imagem genérica transportada ao passado" (2006, p. 93).

Pierre Nora (1993), por outro lado, defende que a memória se tornou objeto da história, sendo por esta filtrada, o que impede o estabelecimento de diferenças entre a memória coletiva e a memória histórica. Ele entende que a categoria memória deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico, assim restam apenas "lugares de memória". Também apresenta as seguintes diferenças, retomando parte do pensamento de Halbwachs:

[...] a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado. A história, operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado; a história a liberta e a torna sempre prosaica (1993, p. 09).

A memória, como diz Nora, "é suscetível a longas latências e a repentinas revitalizações" (1993, p. 9). Assim, estas podem ser induzidas pelas aprendizagens da história que nos leva ao estranhamento, nos desestabiliza, nos desconcerta, isto por conta de que a história também nos "demanda análise e discurso crítico" (Ibid., p. 9).

História e memória partilham uma mesma feição de ser: são ambas narrativas, formas de dizer o mundo, de olhar o real (Pesavento, 2002). Se o objetivo deste trabalho é apresentar um patrimônio cultural como lugar de memória, analisando a relação deste patrimônio com a comunidade, e ao mesmo tempo, sistematizar a história deste lugar, faz-se necessário analisar a ou as memórias que grupos desta comunidade têm deste mesmo patrimônio assim como trabalhar com

sua história a partir dos registros documentais que se encontraram. Partirei do princípio de que as fontes escritas também não são menos inverídicas do que as fontes orais, ambas devem ser analisadas criticamente, e neste quesito reside o critério indispensável para a cientificidade da prática da história.

Assim, a questão da memória como reconhecimento e reapropriação do passado histórico (RICOUER, 2003), análise e discurso crítico da história sobre esta e sobre a memória (NORA, 1993), fortalecimento da identidade (CANDAU, 2011), o entendimento de que a memória é uma construção coletiva (HALBWCHS, 2006) e o duplo significado de história e memória (LE GOFF, 1990), tornam-se referenciais importantes.

1.2. Patrimônio

Antes de analisar os lugares de memória, abordarei aqui a ideia do patrimônio e das políticas públicas em relação a este, que, junto aos conceitos e referências preliminares já apresentados, situarão melhor o objeto de estudo desta dissertação: o Teatro Esperança da cidade de Jaguarão. Este, um bem patrimonial cultural, materialmente edificado e que possibilita uma série de memórias na comunidade que com ele interage. Além disso, a discussão sobre a preservação do Patrimônio histórico-cultural é fundamental já que o objeto se encontra tombado pelo IPHAE e IPHAN. Fazendo desta forma, pode-se trabalhar nos próximos capítulos a história deste teatro, enriquecida com a análise de alguns documentos históricos, para ao final fazer as considerações apresentando-o como um genuíno *lugar de memória*.

A palavra *patrimônio* é de origem latina – *patrimonium* – e no princípio constituía o domínio do chefe familiar sobre os bens materiais, além da esposa, dos filhos, dos servos e dos escravos. Na Idade Contemporânea, o termo passou a significar a herança cultural e natural preservada por determinado povo ou pela humanidade.

Para Françoise Choay (2006), a noção de patrimônio deve ir além da mera concepção de ser apenas uma coleção estática de elementos, visto estar embasada em processos sociais mais amplos, envolvendo até mesmo a concepção de história e a antropologia. Referindo-se ao patrimônio histórico, escreve:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (2006, p.11).

O termo *patrimônio histórico*, conceito que focava na materialidade, foi aos poucos sendo substituído por um termo mais abrangente, o chamado *patrimônio cultural*, envolvendo agora o conjunto dos bens culturais, referentes às identidades coletivas. A noção de patrimônio é enriquecida com múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomia, expressões de arte, documentos, sítios arqueológicos, os quais passaram a ser valorizados nas políticas públicas para o patrimônio.

Aprofundando o tema, utilizando Candau (2011), o campo do patrimônio se expande quando as memórias se tornam mais numerosas, por isso entende, como já colocado, que ele é uma dimensão política da memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma. (p.163-164). Esse projeto está destinado a permanecer sempre inacabado; "de fato, como imaginar poder conservar todos os traços quando se sabe que todo traço advém de algum acontecimento, inclusive a esperança mesma dessa conservação?" (CANDAU, 2011, p. 164). Entende-se, a partir de Candau, que é certo que nada seria possível sem a expansão da memória humana e é essa exteriorização da memória que vai permitir a transmissão memorial. Inscrever, assinar, deixar traços são elementos que se observam desde as origens da civilização, demonstrando o objetivo de compartilhar memórias (p.106-107).

Llorenç Prats (2005) considera patrimônio primeiramente uma construção social, dialogando com a ideia da prática de memória em Candau. Pois, para que determinados elementos se constituam como patrimônio, estes têm de ser resgatados de um corpus cultural mais ou menos difuso e sujeitos a uma engenharia social que lhes confere valor e significado. Ele chama atenção na análise sobre a importância de se levar em consideração dois caminhos na interpretação do patrimônio: pensar no sentido de valorar (caráter instrumental) e pensar no sentido de gestão patrimonial em conjunto (diretrizes). Neste último quesito se encontra a ideia de continuidade de uso e/ou preservação do bem tombado, e como exemplo o próprio Teatro Esperança pode ser apresentado.

Dominique Poulot (2009, p. 17) nos faz a seguinte colocação: "o patrimônio reconhece-se pelo fato de que sua perda constitui um sacrifício e que sua

conservação pressupõe sacrifícios", chamando atenção para a questão da preservação destes patrimônios e as consequências e necessidades para tal. Este desafio diário é apresentado aos atuais gestores do Teatro Esperança, e vão ao encontro de expectativas apresentadas em pesquisas citadas neste trabalho. A importância de mantê-lo funcionando, aberto à comunidade na qual está inserido e garantindo sua manutenção é tarefa constante, por isso a ideia de "sacrifícios". Poulot também apresenta, com base no trabalho da socióloga Wendy Griswold, cinco representações que se referem ao acolhimento dos bens culturais e que o Teatro Esperança se enquadra perfeitamente, o que poderá ser conferido melhor com a leitura do segundo capítulo: mantém um significado para a comunidade (interpretação), goza de popularidade, tem impacto sobre outros objetos patrimoniais do gênero, há aceitação pela comunidade de especialistas (tombamentos pelo IPHAE e IPHAN) e tem persistido no tempo, apesar de ter permanecido cinco décadas com suas portas fechadas, abertas apenas eventualmente.

1.2.1 Patrimônio e memória

O patrimônio vem significar a rememoração ou a lembrança da própria ação humana em diferentes tempos e lugares. As pessoas, em geral, possuem numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e as imagens oriundas destas relações estão impregnadas de memórias e de significações. Verbalizar uma recordação significa tornar algo coletivo de seu ambiente e expressar algo que se compartilhe com a comunidade a qual pertence, e por isto mesmo, podemos entender o patrimônio como dimensão da memória, aliás, sem memória coletiva não há que se falar em patrimônio cultural. Porém é necessário que, ao longo do tempo, este patrimônio seja entendido como algo importante, se alicerçando de forma coletiva.

Figura 1 – Apresentação de uma peça no Teatro Esperança em 2009⁴



Fonte: Arquivo do autor

Como exemplo, vimos acima imagens de uma peça no Teatro Esperança e do público presente, num trabalho direcionado às crianças. Imaginemos que muitas destas crianças tenham entrado neste teatro pela primeira vez, muitas talvez não imaginassem a própria existência dele. Certamente este momento, igual a muitos outros, ao longo da história deste teatro, vai se preservar no imaginário de muitas crianças bem como no de outros públicos em outros momentos, e a partir daí vai alicerçando uma memória que valoriza tanto um espaço, no caso o Teatro Esperança (material), como a arte (imaterial).

A preservação do patrimônio cultural se relaciona com as políticas implantadas pelos Estados, ou seja, as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, e se relacionam à memória evocada por suas comunidades. “Preservar estes bens ajuda a assegurar a diversidade cultural, categoria que, sobre tudo nos últimos anos, se tornou fator essencial para a construção e alicerce da memória coletiva e da identidade cultural dos povos” (MOLTENI, in Torre, 2009, p. 16, tradução nossa)⁵. Estas políticas vão se consolidar mais recentemente (últimas décadas), sobretudo no Brasil, às quais será apresentado um rápido panorama, para no segundo capítulo complementar com as políticas públicas para o patrimônio na cidade de Jaguarão, chegando ao processo de tombamento e de restauração do Teatro Esperança.

⁴ Apresentação de alunos do curso Normal do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo (Jaguarão) para alunos do Ensino Fundamental de várias escolas.

⁵ “Preservar, pues, esos bienes ayuda a sostener la diversidad cultural, categoria que, sobre todo en los últimos años, se há considerado fator essencial para la construcción y andamiaje de la memoria colectiva y la identidade cultural de los pueblos” (MOLTENI, in Torre, 2009, p. 16).

1.2.2 Políticas públicas para o patrimônio

No processo de reconhecimento do patrimônio, é possível demarcar duas etapas distintas: antes e depois da criação da Organização das Nações Unidas. A primeira etapa, compreendida entre 1877 e 1940, é primeiramente “o período que se institucionaliza a preocupação pela conservação do legado histórico” (BÓLAN, 2010, p. 17, tradução nossa)⁶, e a partir de 1930, será uma década no qual se discutem importantes acordos internacionais que definem condições e táticas para a preservação do patrimônio. O segundo período vai da metade do século XX até nossos dias e “é quando se sistematizam internacionalmente as políticas de patrimônio” (Ibid., p. 18)⁷.

Ao tratar da memória, percebe-se que houve em relação a esta, uma maior aproximação com o patrimônio, sobretudo, a partir de 1972 com a Convenção da ONU (para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural) e em 1975 com o ano europeu do patrimônio, quando a idéia de patrimônio integrado passa a fazer parte das políticas públicas para este setor, deslocando o paradigma da preservação para os da conservação e reabilitação.

Organizada pelo Conselho da Europa, com o objetivo de “outorgar à conservação do patrimônio histórico, cultural e imobiliário da Europa o lugar que lhe corresponde no contexto do planejamento urbano e territorial”, aquela iniciativa vai ter, na verdade, a intenção – mais ampla – de conseguir “a definição de uma política europeia de ordenação do território” (CASTRIOTA, 2010, p. 94).

Nestes debates foram elencados alguns princípios da conservação integrada⁸ que vão servir de pilares para muitas políticas de memória em vários países, incluindo o Brasil. Estes princípios são reforçados e recolhidos na Declaração de Amsterdã (1975), resultado do “Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico”, que reuniu políticos e *experts* da Europa Ocidental e do Leste, dos Estados Unidos e do

⁶ “el período en el que se institucionaliza la preocupación por la conservación del legado histórico” (BÓLAN, 2010, p. 17).

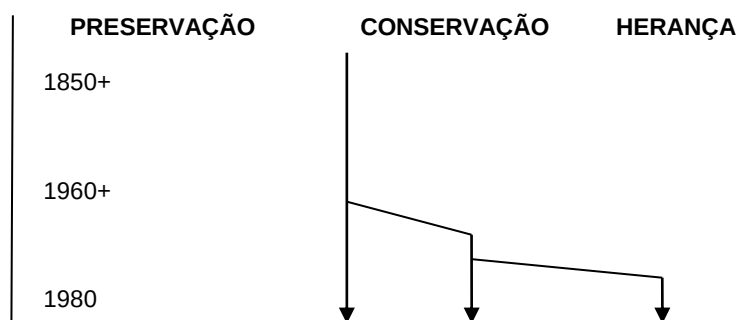
⁷ “es cuando se sistematizan internacionalmente las políticas de patrimônio” (BÓLAN, 2010, p. 18).

⁸ Sobre a questão da revitalização integrada, Oliveira & Seibt nos assinala o seguinte: “O espaço urbano vem a ser um todo integrado pela aparência externa das edificações, pelos modos de construir, pelos usos, mas especialmente pelas normas de convivência [...]. É na possibilidade da integração dos tempos da cidade, nos encontros entre as gerações que se sucedem, que a memória torna-se um valor. É quando a revitalização pode começar, conforme Sylvio A. Dick Jantzen”. (OLIVEIRA, SEIBT, 2005, p.11)

Canadá, dos quais destaco: o patrimônio é uma riqueza social, portanto, de responsabilidade coletiva; a conservação deve ser o objetivo principal da planificação urbana e territorial; a conservação integrada deve ser calcada em medidas legislativas e administrativas eficazes; os fundos públicos devem apoiar as iniciativas das administrações locais; o patrimônio deve ser assunto de programas da educação; entre outros (CASTRIOTA, 2010, p. 98).

Bolán (2010, p. 30) apresenta um esquema que serve para ilustrar a evolução sobre a interpretação do tema patrimônio dentro das políticas públicas e que, de forma adaptada, será exposto a seguir.

Figura 2 – Passos do processo evolutivo: do monumento histórico ao produto patrimonial



Fonte: BOLÁN, 2010, p.30

O esquema apresentado buscava analisar o processo de mercantilização do patrimônio, mas aqui o utilizo no sentido mais didático, embora entenda que o patrimônio alimenta o desenvolvimento das comunidades envolvidas, questão econômica, mas envolve também outras facetas como os aspectos políticos, sociais e afetivos, não podendo assim ser reduzido a uma questão meramente de mercantilização.

Na primeira década deste milênio, amplia-se o debate sobre o patrimônio, onde em 2003 a ONU através da UNESCO realiza a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial levando posteriormente a uma noção ampliada do termo. Atualmente a ideia de Patrimônio Cultural, compreende as duas concepções, material e imaterial, ficando as citações apenas para recursos metodológicos.

De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, “a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos” (1997, p. 21) e o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios, bem como o desenvolvimento de políticas públicas de preservação, busca valorar

estes enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação. Assim, as políticas de preservação “se propõem atuar basicamente no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos” (Ibid., p. 21).

Fonseca (1997) também levanta dois desafios com os quais se defrontam os intelectuais na constituição dos patrimônios culturais: o primeiro, através da seleção de bens móveis e imóveis, “construir uma representação da nação que, levando em conta a pluralidade cultural, funcione como propiciadora de um sentimento comum de pertencimento [...]”, o segundo, fazer com que seja consensual (não-arbitrário), o que é resultado de uma seleção de determinados bens, “e de uma convenção – a atribuição, a esses bens, de determinados valores. Ou seja, de, ao mesmo tempo, buscar o consenso e incorporar a diversidade”. (1997, p. 22).

No Brasil, a primeira norma jurídica que dispõe, objetivamente, acerca deste tema, colocando o interesse público pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, foi o Decreto-lei nº 25, de 1937. Em 1936, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, que se constituiu inicialmente na égide do movimento modernista e instauração do Estado Novo, em 1937 (FONSECA, 1997). De lá para cá, houve algumas leis que, basicamente, o completaram. As políticas de preservação e de memória se diferenciaram pela velocidade, de acordo com a conjuntura. A partir dos anos de 1970, quando se avolumavam as pressões trazidas pela industrialização e pelo desenvolvimento acelerados, destaca-se o Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1975, que vem propor a reinserção de bens imóveis nas cidades como “elementos dinâmicos, e não mais estáticos, como eram tratados” (CASTRIOTA, 2010, p. 101).

A constituição de 1988 vem trazer, de forma bem clara, esta questão no nosso atual ordenamento jurídico. É possível observar, ao longo de seu texto, alguns princípios apresentados na Carta de Amsterdã, que reforçam aqueles que lapidaram a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, de 1975. Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal vão consagrar dois princípios basilares: da *cidadania cultural* e da *diversidade cultural*.

No primeiro, o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. No segundo, o Estado reconhece a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica. Também, a partir dos chamados PCN's

– *Parâmetros Curriculares Nacionais* – as temáticas da identidade, da pluralidade e da diversidade étnica e cultural vão ganhar espaço nos currículos escolares, reconhecendo-se, assim, esta pluralidade e diversidade de nossa formação histórica.

Ainda, conforme Castriota (2010), a necessidade de trabalhar os princípios da conservação integrada, ideia que, apesar de diversos municípios terem, desde a década de 1980, desenvolvido projetos que, em certa medida, se aproximaram deste viés, a nível nacional é apenas em 1995 que o Governo Federal retoma sua ação nessa perspectiva, quando o Minc – Ministério da Cultura – e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – iniciam negociações para viabilizar um programa dessa natureza. Em 2000, dá-se início efetivo ao Programa, que recebeu o nome de *Monumenta*. Em 2003, o mesmo ganha uma perspectiva diferente, estimulando a contrapartida de estados e de municípios, e aumenta a sustentabilidade e a capacidade de replicação, além de reaproximar o Programa do IPHAN, do qual havia sido relativamente afastado. A partir de 2005, as linhas de trabalho do *Monumenta* vão se ampliar e abranger também a Capacitação profissional, a Educação Patrimonial, o apoio operacional, os eventos culturais, a promoção turística e as publicações.

Depois de uma longa discussão dentro do governo, através de uma articulação do IPHAN, resultou no lançamento do "Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas" que, em certa medida sucede o Programa *Monumenta*. A abrangência do PAC – Cidades Históricas é superior à do *Monumenta*, sendo voltado inicialmente para todos os municípios com sítios ou conjuntos urbanos tombados, ou em processo de tombamento pelo IPHAN. Este Plano, que segue diretrizes preconizadas pelo IPHAN, se enquadra na perspectiva da conservação integrada (CASTRIOTA, 2010).

Em 2009, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas, abriu-se um leque bem maior para desenvolver e provocar políticas que discutam os usos do passado, e quais suas perspectivas para a comunidade nos dias de hoje. A conservação de bens materiais ou imateriais, por si só, não parece algo tão sólido se não estiver junto da preocupação com os usos, com a gestão e com a utilização pelas populações contemporâneas, que vão, evidentemente, observá-las com um novo olhar. A restauração e a utilização do Teatro Esperança, por exemplo, deve vir junto a estas questões.

Para refletir um pouco mais dentro desta discussão das políticas públicas para o patrimônio, importante o que expõe Joel Candau (2011, pp. 189-190), afirmando que há uma tendência na sociedade atual de generalizar, transformando um singular, ou um particular, em um geral. Cria-se uma ilusão de que um patrimônio é detentor da identidade de toda uma sociedade. Nas políticas de patrimônio existem desvios que precisam ser evitados; entre os principais está o excesso de patrimonialização, o que o autor denomina de “*Mnemotropismo*”, a tendência de supervalorização da memória e do passado nas sociedades contemporâneas, de uma política de que nada pode ser esquecido e, assim, tudo deve ser preservado.

É preciso saber que a sociedade atual traz as marcas das estruturas sociais que lhe antecederam, marcas essas encontradas no patrimônio. Como reforça Amanda da Costa Silva (2013), esse patrimônio se constitui em mediador e instrumento para a preservação da memória, mas não é a memória propriamente dita. Assim, um patrimônio, por si só, nada significa. Somente possui um significado se nele forem identificadas determinadas memórias de um ou mais grupos. O patrimônio só é patrimônio se assim for considerado por quem o percebe como tal.

1.3 Lugares de memória

Ao contemplar um espaço de relevância histórica e memorial, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de fazer reviver momentos e fatos ali vividos os quais podem fundamentar a realidade presente. Memória esta que pode ser despertada através de lugares e edificações os quais, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado se utilizaram desses espaços.

Lugares de memória nascem e vivem de um sentimento de que não há mais memória espontânea nas sociedades atuais, que é preciso "organizar os arquivos, manter os aniversários, organizar as celebrações" já que a aceleração do tempo – o presentismo – nos faz esquecer ou desconsiderar o passado (NORA, 1993).

Esses lugares, citados por Nora (1993), só são possíveis pela falta, pelo desejo daquilo que não se pode concretizar. Para ele, "o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material

daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar" (NORA, 1993, p. 15). O patrimônio cultural, constituído como um lugar de memória, traz consigo o poder de desencadear ressignificações. Candau (2011) afirma que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução, algo em constante atualização do passado, sendo assim, mais do que uma reconstrução fiel do mesmo. Essa reconstrução, nada mais é do que ressignificação a partir de significações.

Os espaços, considerados como lugares de memória por conta de seus usos e de sua relevância, assumem importante significado por fazer parte da memória coletiva de um grupo, a memória de um passado comum que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, daquele espaço que envolve a história de todos que com ele se interajam. A memória, nesse sentido, é a "presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado" (PESAVENTO, 2002, p. 26).

Pertinente destacar, também, o que coloca Nora, em relação aos locais de memória. Estes só o são de fato por causa dos sentidos da palavra e, nesse caso, através do "material" (lugar específico), "simbólico" (o que representa) e "funcional" (utilidade), simultaneamente, e em graus diversos. "Mesmo um lugar de aparência puramente material, como o depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica" (NORA, 1993, p. 21).

Esses lugares de memória, são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque foram adquirindo a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva se carrega de sentidos, se expressa e se revela (Chamamento ao VIII SIMP – Simpósio de Memória e Patrimônio, 2014, ICH-UFPEL).

Um patrimônio cultural se transforma em um lugar de memória quando há estes sentidos dados por Nora, e aí se transforma num instrumento para a preservação da memória, mas não se confundindo com ela. A preservação se faz através de narrativas, e são essas narrativas que fazem com que a história seja perpetuada através de gerações. Cabe lembrar aqui as palavras de Ricouer (2003, p. 2), para quem a memória tem a capacidade do reconhecimento que possibilita a reapropriação do passado histórico e "a história pode, no máximo, fornecer construções que ela declara serem reconstruções", mas desprovida do

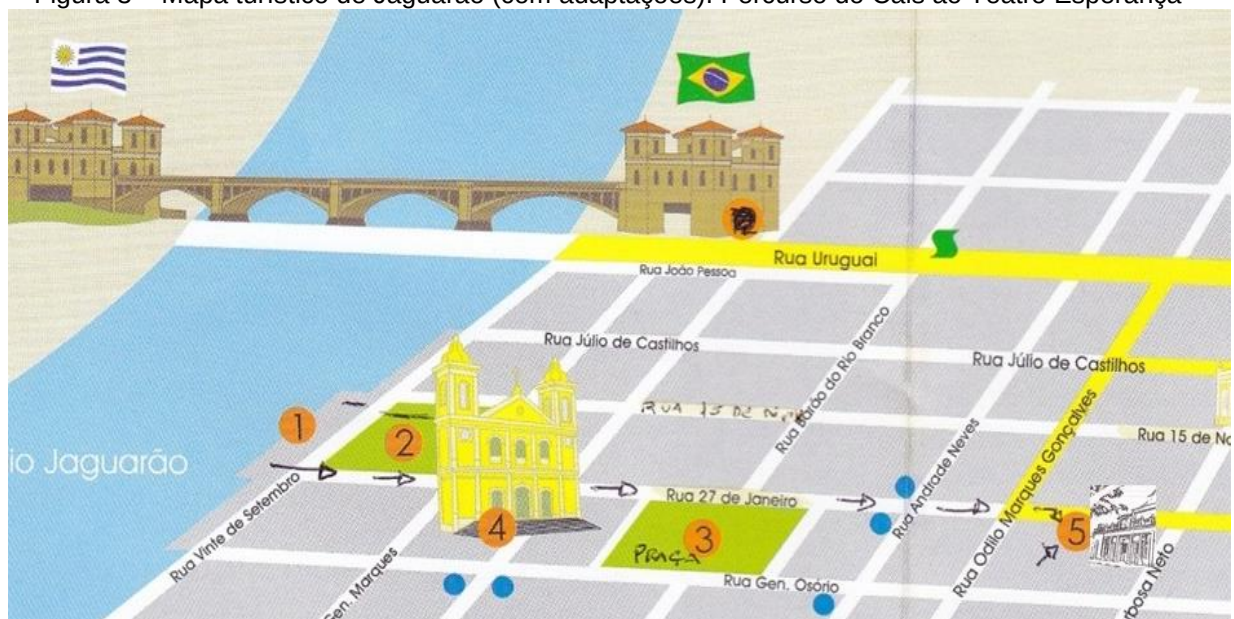
reconhecimento. Reconhecimento tomado aqui, conforme Ricouer (2003 e 2007), como um dado fenomenológico, permanecendo como um “pequeno milagre” (2003, p.2). Não é exatamente uma reconstrução do passado, ou da forma como se passou, como possibilita a história, mas o reconhecimento de que algo aconteceu.

Capítulo 2

A cidade, o teatro no Brasil e o Teatro Esperança

“Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece”.
(Aloísio Magalhães)

Figura 3 – Mapa turístico de Jaguarão (com adaptações). Percurso do Cais ao Teatro Esperança⁹



Fonte: Secult/PMJ

Estamos em frente ao cais da cidade de Jaguarão (1), no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, à nossa frente, do outro lado da margem do Rio Jaguarão a cidade uruguaia de Rio Branco. Voltando-se para o lado brasileiro, alguns metros dali, entre o Mercado Público (2) e a Rua XV de Novembro, já conhecida em outros

⁹ Adaptado do Folder turístico (2015) da Secult/PMJ. Setas, os termos praça e Rua 15 e a imagem do Teatro Esperança foram colocadas pelo autor para melhor percepção pelo leitor. O material completo fez parte do Trabalho de Conclusão de Curso (2013) de Rapahel Gindri, Tecnologia e Gestão de Turismo/UNIPAMPA/Campus Jaguarão.

tempos pela alcunha de “Rua do Comércio”, existe uma ruela chamada “Uma terra só”, que começa logo ali ao lado do mercado e se estende cem metros em direção ao Uruguai, sugerindo continuidade pelo rio e pela outra margem. O nome “Uma terra só” que homenageia o escritor jaguarense Aldyr Garcia Schlee¹⁰ é talvez o que melhor retrate as relações entre estas duas cidades.

Convido o leitor a subir comigo a Avenida 27 de Janeiro, paralela a XV de novembro, onde passaremos pelas centenárias figueiras do Mercado e em seguida duas praças, das Bandeiras (Praça “Seca”) e “Alcides Marques” (3), esta última já um parque arborizado em cujo entorno encontra-se a Igreja do Divino Espírito Santo (4), a Casa de Cultura, a Rodoviária e toda uma série de casarões que parecem insistir com a memória de que a cidade viveu um passado áureo e promissor. Seguindo o itinerário, chegaremos a um cruzamento com outra avenida na qual avistaremos a única sinaleira (semáforo) da cidade, e aí entenderemos porque aquela rua estreita, pela qual vínhamos caminhando, era chamada de “Avenida”. A partir deste ponto ela é cortada ao meio por um canteiro central e adentraremos na parte em que os antigos chamavam de cidade nova. Alguns passos adiante, pelo lado direito, nos deparamos com um enorme e majestoso prédio de mais de 100 anos. Nada menos do que o terceiro mais antigo teatro do estado do Rio Grande do Sul (5), o qual guarda, no silêncio do seu espaço, boa parte da história de um lugar. Da porta do teatro, avistamos, na esquina da direita, o prédio dos Correios, e, do outro lado, a sinaleira que parece piscar para Sua Majestade, o Teatro Esperança, local onde terminamos este pequeno passeio, e onde continuamos num trabalho dissertativo que aborda a história deste teatro, bem como as memórias que a comunidade possui deste patrimônio cultural e que o tornam um genuíno lugar de memória.

A partir de 1898, foram solenemente comemorados neste local muitos dos momentos importantes da cidade. Também ali se apresentaram artistas de renome, do Brasil e do exterior, vindos pelo Uruguai ou pelo Porto de Rio Grande, no Brasil. Também não havia quem, ao passar por ali e ao ver uma porta aberta, resistir de entrar e conhecer aquele majestoso prédio. Mas, no decorrer da história do século

¹⁰ Aldyr Garcia Schlee é fronteiriço, nascido em Jaguarão (1934), é um autor bilíngue, que escreve e publica sua obra tanto em português como em espanhol. Entre suas obras estão: Os limites do impossível- Contos Gardelianos, Don Frutos (romance), Uma terra só, O dia em que o Papa foi a Melo, Contos da vida difícil, entre outros (Texto baseado na contra-capá da obra “Contos da vida difícil”, 2013).

XX, a cidade passou por momentos de dificuldades, e o velho teatro foi ficando cada vez mais velho e, infelizmente, cada vez mais abandonado. No entanto, mesmo nesta situação, conseguia surpreender os visitantes que ousavam nele penetrar.

Atualmente, a bem da verdade, esteve em processo de total restauração e devolvido à comunidade em 13 de novembro de 2015. Mas o porquê de sua construção, como foi seu passado, por que ficou em estado precário e como se deu este novo momento que o levou à restauração e revitalização é um tema que precisa ser aprofundado, uma vez que sua história se encontra fragmentada em narrativas e elementos historiográficos dispersos. Da mesma forma, deve-se observar as memórias que ele traz aos moradores, enquanto patrimônio cultural da cidade.

2.1 Nas ondas do rio: As origens da cidade

Yaguaru ou Yaguaron era um bicho horripilante, meio jaguar meio peixe. Do tamanho de um cavalo pequeno. Pêlo espesso como o da capivara. Boca crivada de dentes, como os da traíra; pontudos e afiados como os espinhos da coronilha. Tinha os olhos flamejantes que brilhavam na escuridão. Seu urro parecia sair das profundezas do inferno. Adorava ver correr sangue. Para tocaiar suas presas, homens, mulheres e até curumins, usava de um estratagema: com suas garras grandes como espadas, fazia enormes buracos, entre as barrancas; junto às margens do rio. Quando a vítima, incauta, passava por tal armadilha, seu peso fazia a mesma desabar. Era mais um desgraçado! Matava dois, três, quatro ou mais... Só por prazer. Comia, de algum deles, somente os pulmões. O bicho era o terror dos índios. ¹¹

Esta lenda, de origem indígena, reproduzida desde a família e a escola, na cidade de Jaguarão, está fixada no imaginário da população, com o nome de Lenda do Jaguar Grande, Jaguarussu ou Jaguarão, e é contada para apresentar a origem do nome do rio e da cidade, demonstrando raízes indígenas na sua formação.

A cidade surgiu, propriamente, a partir de um Acampamento Militar português, às margens do Rio Jaguarão, e se formou em consequência dos Tratados entre Portugal e Espanha. O principal foi o de Madrid¹², e, posteriormente, com os

¹¹ Lenda do Jaguar grande, in RAMIREZ, 2011.

¹² O Tratado de Madri trouxe como consequências imediatas: a revogação do Tratado de Tordesilhas; a consagração do princípio do *uti possidetis* (quem tem a posse tem o domínio); a permuta da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões; e a definição do Rio Uruguai como fronteira oeste do Brasil com a Argentina.

Tratados de Santo Ildefonso (1777) e, em 1801, com o Tratado de Badajóz¹³, que acelerou os portugueses a estabelecer a fronteira tendo o Rio Jaguarão e o Arroio Chuí como limites entre Portugal e Espanha. Portugal enviou uma Guarda Militar às margens do Rio Jaguarão, ali se estabelecendo entre os dias 04 e 10 de fevereiro de 1802, conforme Sergio da Costa Franco (2007, p. 29). Neste local já havia uma Guarda espanhola que, com a chegada dos portugueses, se dirige para a outra margem, dando origem a atual cidade de Rio Branco no Uruguai. Os dois lados vão conviver desde então, e segundo Franco (2007), ao longo da história, as relações entre ambos se deram quase que constantemente de forma amistosa. O abastecimento e a comunicação destes povoados se davam através do Rio Jaguarão, onde mais tarde, o povoado da margem esquerda se tornaria a cidade de Jaguarão, permanecendo entre as principais cidades gaúchas durante o século XIX.

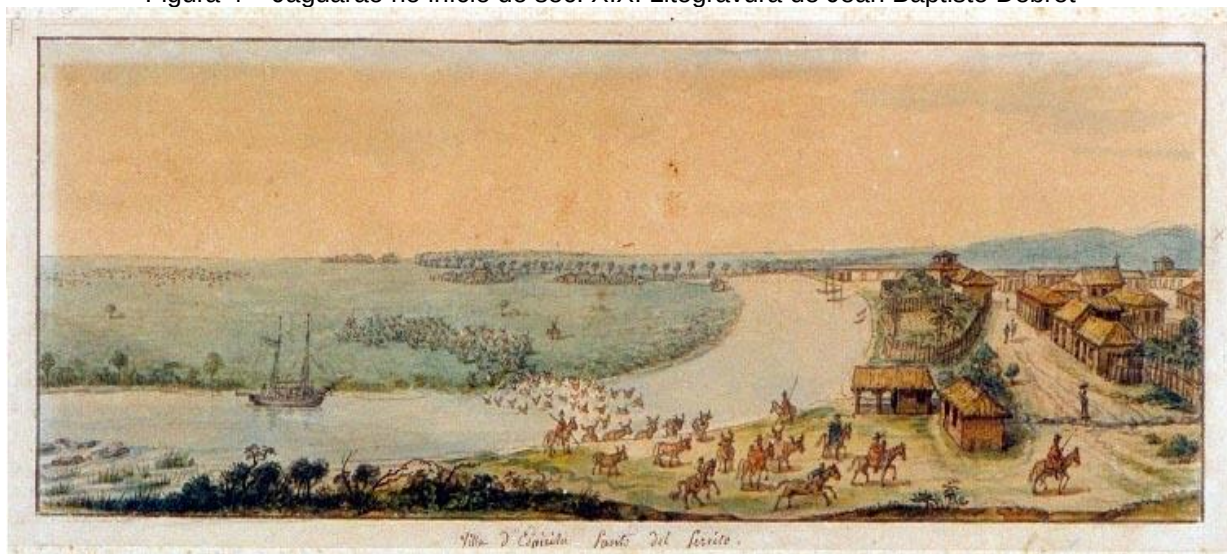
De Guarda da Lagoa e do Serrito (1802) se transformará, logo em seguida, na Freguesia do Divino Espírito Santo de Jaguarão (1812)¹⁴. A seguir, a imagem mais antiga que se tem da cidade, datada do início do século XIX, de Jean Batiste Depret¹⁵.

¹³ O Visconde de São Leopoldo, em sua obra "Anais da Província de S. Pedro", discorre sobre a guerra diplomática que se sucede neste período e comenta: "Em artigo algum do tratado de paz, concertado em Badajóz a 06 de junho de 1801, [...] se fazia, explícita ou implicitamente, menção de restituições do que se houvesse conquistado na fronteira meridional de suas possessões americanas [...]" (PINHEIRO, p. 213-214).

¹⁴ Muitas das aglomerações que se formavam em torno das instalações militares, criadas após os tratados de 1750 e 1777, foram responsáveis pelo início das povoações urbanas ou por sua elevação à categoria de freguesia: Arroio Grande, Bagé, Piratini, Erval, Jaguarão, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Quaraí, são alguns exemplos (MARTINS, 2001, p.28).

¹⁵ Jean Baptiste Debret esteve por 15 anos no Brasil, se tornando o grande cronista visual do cotidiano brasileiro, acompanhando a família imperial luso-brasileira (D. Pedro I). Chega ao sul, provavelmente em 1816, quando então teria pintado esta aquarela. Mas também é possível que tenha sido pintada em 1823, quando, em sua obra "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", estampa duas aquarelas de sua autoria tendo como motivo a então Freguesia de São Francisco de Paula, hoje Pelotas (SOARES, 2011, p.17).

Figura 4 – Jaguarão no início do séc. XIX. Litogravura de Jean Baptiste Debret



Fonte: Acervo do IHGJ

Em 06 de julho de 1832, através de Decreto Imperial, a Freguesia é elevada à Vila, abrindo espaço para a criação do novo município e a composição de seu povo.

Pouco tempo se passava desde a desastrosa Guerra da Cisplatina, quando o Conselho Geral da Província de São Pedro do Rio Grande resolveu propor ao governo do Rio de Janeiro a formação do município de Jaguarão. E o decreto veio, a 06 de julho de 1832, nos seguintes termos, textuais. "(...) Art. 1º. – O lugar do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul é elevado à Vila. [...]" (FRANCO, 2007, p. 111).

Neste período havia uma radicalização na província, que geraria em seguida a Guerra dos Farrapos. A Câmara de Vereadores foi a primeira a declarar apoio à nascente República do Piratini. Mas, se por um lado os vereadores eram francamente simpáticos à Revolução Farroupilha, por outro "a forte presença da Guarda Nacional em Jaguarão foi motivo mais que suficiente para inibir a ação dos revolucionários farroupilhas, que nunca, apesar dos esforços, conseguiram tomar a Vila de Jaguarão" (SOARES, 2013, p. 13). Soares ainda salienta que este episódio acarretou no sumiço dos dois primeiros volumes das atas da Câmara Municipal, que abrangem o período de 1833 a 1836, ano da última reunião oficial antes do final da Revolução Farroupilha.

2.2 A urbanização e a cultura

Passando este período, a cidade foi se desenvolvendo a partir do comércio e do contrabando com o Uruguai, e, no início da segunda metade do século XIX,

começa a ser edificado o casario de boa parte do conjunto arquitetônico, hoje tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Importante destacar o número de escravos que, em 1832, chegou a quase metade da população¹⁶, demonstrando a pujança econômica de seus estancieiros. Estes foram usados nas lides das charqueadas e no trabalho pesado nas construções do Centro Histórico, bem como nos prédios das fazendas no interior do município. Com o fim do Tráfico Negreiro, em 1850, o valor destes escravos aumentou, e muitos destes negros foram vendidos para fazendeiros de São Paulo, enriquecidos pela atividade cafeeira, sobrando aqui apenas 1.636 indivíduos, segundo o recenseamento de 1872 (FRANCO, 1990, p. 47).

Por outro lado, o movimento abolicionista foi bastante intenso no final da década de 1880 do século XIX, época da construção do Teatro Esperança. A arte cênica foi muito usada para difusão de suas ideias, fenômeno apreciado no relatório final do Projeto de pesquisa arqueológica do Teatro Esperança, realizado pela Unipampa¹⁷, em 2013. Neste, são apresentados alguns destaques com relação à questão social e política, baseados na bibliografia existente:

[...] que o teatro em Jaguarão esteve relacionado à trajetória social e política da região. A peça abolicionista "Boemia", em 1887, ou a encenação do "O Navio Negreiro", de Castro Alves, em 1872 (HESSEL, 1999), por exemplo, demonstram como o teatro foi usado enquanto espaço político na e pela sociedade jaguareense. Além disso, os espetáculos, por vezes, tiveram suas rendas – ou parte delas – destinadas à compra de alforrias de escravos (LIMA, 2010, p. 110; SILVA, 2013).

Dessa forma, observa-se que o momento de apogeu político-econômico e cultural da cidade, isto é, de maior pujança na economia e expressão política que vai se exprimir na cultura, se dá na segunda metade do século XIX e no início do século XX, quando Jaguarão figurava como a quarta cidade da província¹⁸, com uma população entre 10 e 12 mil habitantes. Entre os bens erguidos neste período está o

¹⁶ Em 1833 foi realizado um detalhado recenseamento da população (incluindo os moradores de arroio Grande e do Herval), alcançando um total geral de 5.457 indivíduos, sendo 2856 brancos e 2601 negros (FRANCO, 2007, p. 115).

¹⁷ SILVA, Adriana Fraga; **Uma arqueologia do espetáculo: O Teatro Esperança - Jaguarão (RS)**. Relatório final do Projeto de pesquisa arqueológica. Unipampa, 2013.

¹⁸ Conforme Sérgio da Cosa Franco, depois de POA, Pelotas, Rio Grande, vinha Jaguarão, seguida imediatamente por Bagé, onde rivalizava com esta última (FRANCO, in: Cadernos Jaguarenses. 1990, v. 1).

Teatro Esperança, construído em função desta ebulição econômica e cultural do final do século XIX.

Nas últimas décadas deste século, sucederam-se vários momentos importantes, os quais levaram a cidade a se manter entre as cinco maiores do Estado. Em 1846, a cidade ganhou uma sede eclesiástica (Católica), o que levou ao começo das obras da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, concluída em 1867. Em 23 de novembro de 1855, Jaguarão é elevada a Cidade, o que garante maior autonomia para seu crescimento, sendo o 12º município gaúcho. Em 1864, iniciam-se as obras do atual Mercado Público, concluído em 1867, o qual atualmente passa por obras de restauração, com previsão de entrega em 2016.

Em 27 de Janeiro de 1865, aconteceu um conflito com os orientais, dentro do contexto das guerras platinas¹⁹, episódio que acarretou no surgimento de uma estima cívica a esta data, a qual chegou a dar o nome de “27 de janeiro” ao teatro que viria a ser construído e que, mais adiante, receberia o nome de Teatro Polyteama Esperança. Em 1883, termina a obra da então Enfermaria Militar, no alto do Cerro da Pólvora, em cujas ruínas restauradas localiza-se o Centro de Interpretação do Pampa, de iniciativa do IPHAN, da Prefeitura Municipal e da Universidade Federal do Pampa.

Neste período, já existia pelo menos dois teatros em Jaguarão, além de clubes republicanos e abolicionistas, bastante movimentados no final do século XIX, onde também o número de jornais era bem considerado. Segundo pesquisa do professor Cléo dos Santos Severino, de 1880 até 1920 foram publicados 89 jornais, entre pasquins, pequenos semanários e jornais informativos de maior tamanho. Chegaram a funcionar simultaneamente três diários, como o Diário de Jaguarão (1885-1910), O Comércio (1895-1911) e a Situação (1905-1936), este último era órgão do Partido Republicano. Além destes, também existiu uma revista denominada Jaguarão Ilustrado (SEVERINO, in: Cadernos Jaguarenses, 1990, p. 82, v.1)²⁰.

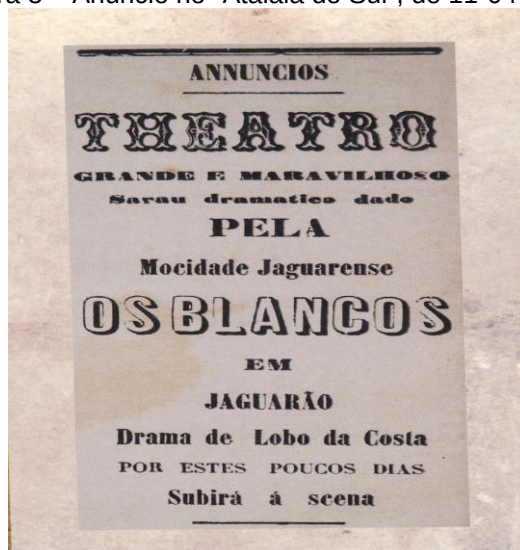
¹⁹ Para desviar a atenção do Brasil sobre Montevideú, o Cel. Munhós (ligado a um dos partidos – Blanco - que disputava o poder no Uruguai contra o Partido Colorado) ataca Jaguarão, entrando pelo Paço da Armada (no Rio Jaguarão). A Guarnição local, em número inferior, sob o comando do Cel. Manuel Pereira Vargas, juntamente com os policiais e a população local, conseguiu resistir, até a retirada dos invasores. Isto rendeu a Jaguarão o título de Cidade Heróica outorgado pelo Governo Imperial (CUNHA, 2012, p. 164).

²⁰ Boa parte deste material está disponível no museu Alfredo Varela do IHGJ e em outros museus como o Museu de Comunicação social Hipólito José da Costa em Porto Alegre, RS.

Outro importante fato que movimentou culturalmente a cidade, nesta época, foi a mudança do renomado poeta pelotense Lobo da Costa para Jaguarão, onde residiu entre 1879 e 1880, chegando a casar na Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. O casamento durou cerca de dois meses, mas sua vida literária na cidade foi intensa: escreveu no jornal A Ordem, mas outros jornais como Atalaia do Sul, Tribuna, Pátria, Grinalda, entre outros, buscavam demonstrar considerações com este poeta (SOARES, 2010, p. 22); e deixou escrita a peça de teatro intitulada "27 de Janeiro ou os Blancos em Jaguarão", trabalho que, conforme Soares (2010), por muito tempo apenas supunha-se sua autoria, por conta de uma série de publicações divulgando a referida peça no Jornal "Atalaia do Sul" de fevereiro a maio de 1880, mas sem indícios do texto (SOARES, 2010), porém em 2009 foi encontrada uma compilação desta, reconhecida pelos biógrafos como sendo de Lobo da Costa²¹.

A seguir, um anúncio deste espetáculo que, conforme pesquisa de Soares, não chegou a ser apresentada:

Figura 5 – Anúncio no "Atalaia do Sul", de 11-04-1880.



Fonte: SOARES, 2010, p.71.

Em 1887, iniciam-se as obras do então Theatro Polytheama Esperança, inaugurado em 13 de janeiro de 1898. O nome Polytheama, colocado por seus fundadores, mostra que pretendiam um espaço para várias atividades, não apenas teatrais. Porém, neste trabalho, será utilizado apenas Teatro Esperança, nome que ficou estabelecido a partir de uma nova Associação, em 1929, e como é conhecido pela comunidade.

²¹ Eduardo Alvares de Souza Soares apresenta uma pesquisa sobre este período incluindo esta peça teatral, em sua obra "Lobo da Costa em Jaguarão" (2010).

A cidade, ao atingir seu ápice econômico, nas últimas décadas do século XIX e no início do XX, vai refletir este crescimento através de realizações de infraestrutura, como túneis de esgoto, rede elétrica e até telefonia, mas principalmente nas construções da cidade onde o Teatro Esperança torna-se o ponto alto deste período (MARTINS, 2001, p. 233). No entanto, é importante ter a compreensão de que a maioria da população não tinha acesso em boa parte dos benefícios oriundas da parte cultural, uma vez que a maioria era analfabeta, fato comum nesta época, no Brasil, além de não possuir boas condições econômicas. Esta situação perdurou no século XX, alimentando inclusive os preconceitos raciais e sociais, abrindo algumas exceções, quando em algumas apresentações mais populares no Teatro Esperança e em trabalhos de entidades sociais e religiosas, possibilitava-se uma participação maior dos munícipes, sobretudo das camadas mais pobres.

2.2.1 A arquitetura

No final do século XIX, quando se deu o processo de construção do Teatro Esperança, a arquitetura e a escultura em madeira se encontravam em intensa atividade em Jaguarão, motivo pelo qual, de forma sintética, será contemplada aqui.

Suas construções, ainda preservadas, formam um conjunto representativo contemplando várias linguagens arquitetônicas, compreendidas no termo “ecletismo”. O Inventário do Patrimônio Arquitetônico (COSTA; SEIBT, 1988) classificou as tipologias em: Tradicional luso-brasileiro ou Colonial (1800-1850); Eclético historicista (1850-1940); Neocolonial (a partir de 1920); Proto-modernista (a partir de 1940); Moderno (a partir de 1950). Em suas construções ainda é possível observar que as portas são esculpidas em diversos motivos, premiadas e cobiçadas por colecionadores, e janelas com vidraças desenhadas com motivos florais e holograma da família. “Existe o comentário entre os historiadores locais, embora se desconheça documentação a respeito, que entre os profissionais construtores, [...], havia um clima de competição muito forte” (MARTINS, 2001, p. 234-235).

Entre os construtores mais conhecidos destacam-se: Miguel de Lelis, de origem italiana, marceneiro, escultor e construtor; e Gustavo Guimarães, português estabelecido na fronteira no final do século XIX. Nesta área, ainda pode ser citado Germano Rodrigues e Joaquim Lino de Souza (este último, construtor do templo da

Igreja Imaculada Conceição, em 1909); Manoel Verdade; Polidoro Antônio da Costa, que projetou o Mercado Público de Jaguarão e depois projetou o da capital da então província; e, por fim, mas não menos importante, Martinho de Oliveira Braga, o construtor do Teatro Esperança (MARTINS, 2001). A seguir, imagens de alguns destes trabalhos:

Figura 6 – Detalhes na porta e teto. Residência na Rua XV de Novembro, 509.



Foto: Arquivo Secult

Figura 7 – Detalhes construtivos de fachada



Foto: Arquivo Secult

Em relação ao Teatro Esperança, sua arquitetura foi projetada em estilo eclético, “em cuja fachada foram colocadas aberturas entre as colunas jônicas e as platibandas com frontões decorados” (MARTINS, 2001, p. 249-250) que revelam a precisão dos grandes artífices do continente europeu, os quais percorreram e se instalaram no sul do país, em meados do século XIX. Seu construtor, Martinho de Oliveira Braga, se destacou pela atuação em diversas obras que compõem o

requintado casario do município, e o responsável pelo trabalho em madeira foi o artista Gustavo Guimarães, marceneiro português estabelecido na fronteira à época. O teto interno concluído em 1897, um dos pontos altos da obra, é de autoria de Baltazar Gonçalves Ramos, pintor radicado no município nesta época, mas pouco se sabe sobre ele²². A caixa cênica segue o estilo italiano e a parte central eleva-se em quatro níveis. No pavimento térreo, a plateia tinha a capacidade para abrigar até quatrocentas pessoas sentadas, tendo funcionado também como picadeiro, em que as cadeiras eram removidas e o piso da plateia cedia lugar ao “chão batido” (o tablado era móvel) próprio às apresentações circenses (PATRIMONIUM, 2010).

As fotos, a seguir, uma antiga e outra mais recente durante a reinauguração, mostram o teatro com destaque para as galerias:

Figura 8 – Vista da plateia com os camarotes originalmente subdivididos e individualizados



Fonte: Acervo do IHGJ

²² No livro de Impostos sobre Comércio – Profissão e Indústrias - do ano de 1897, na página de Artistas e Mestres de Obras, é encontrado o registro deste artista, identificado como “Chefe de obras”, em 21/03/1897. O livro encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Figura 9 – Na reinauguração em 13/11/2014



Foto: Roberto Luzardo

2.3 Das origens do teatro no Brasil e no Rio Grande do Sul

O teatro no Brasil vai se desenvolver efetivamente no século XIX e a consolidação veio em 1838, com a obra de Gonçalves de Magalhães, primeiro a escrever uma temática nacional representada por um elenco brasileiro. Mas, devemos incluir também, neste contexto, João Caetano²³ que estreia como profissional em 1831, no então Teatro São Pedro de Alcântara (antigo Real Teatro São João).

Araújo Porto Alegre assevera que “a arte dramática só fez legítimos progressos naquela época em que o Sr. Dr. Magalhães se uniu ao Sr. João Caetano: nessa época, todos os elementos artísticos se associaram e revestiram o palco cênico de sua dignidade [...]. Da representação de *Antonio José* data o ponto saliente da revolução dramática no Brasil, porque aí o Sr. João Caetano, como agente principal na sua realização, começou a obra da reforma” (HESSEL; RAEDERS, 1979, p. 23).

Voltando um pouco no tempo cronológico, Mucio da Paixão²⁴ traz a

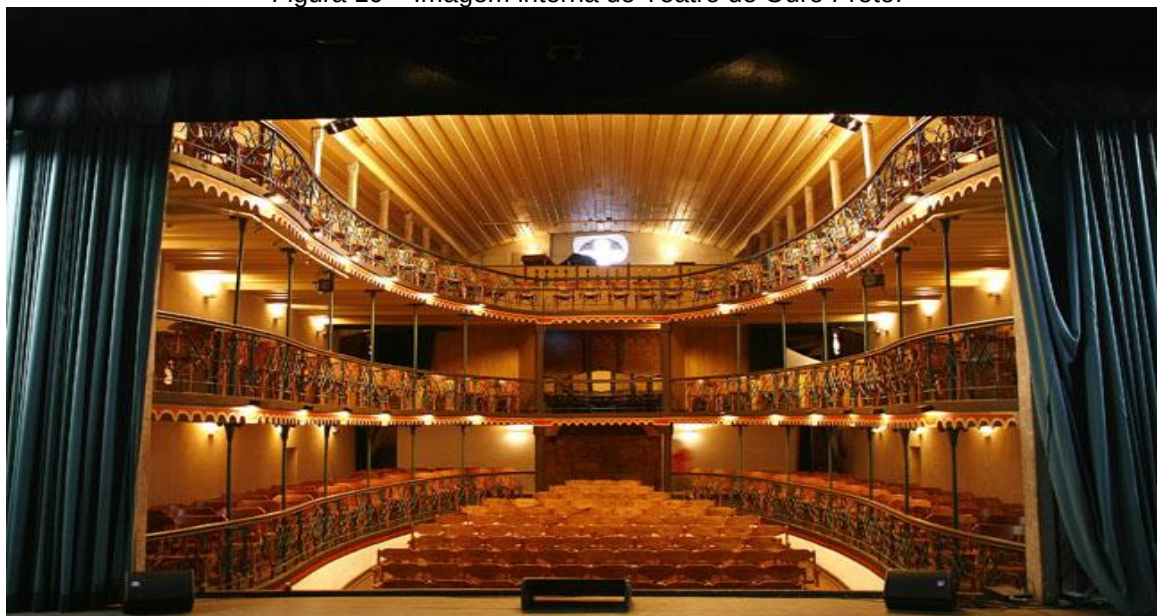
²³ João Caetano foi o primeiro grande ator nascido no país. Empresário, dramaturgo e teórico. Conforme Débora Pinto, junto com Gonçalves de Magalhães foi responsável por uma revolução em nossa arte dramática, substituindo a repetitiva cantilena predominante por um tipo de atuação um pouco mais natural e expressiva, pautada por um texto cheio de pormenorizadas rubricas a serviço de maior liberdade criativa para o ator (Para entender o Teatro Brasileiro, p. 13).

²⁴ Escritor nascido em Campos dos Goytacazes - RJ (15-04-1870). Autor de vários livros, entre eles “O Teatro no Brasil”. Faleceu em 23 de dezembro de 1926. Texto extraído do Almanaque de Campos,

informação de que uma das representações mais antigas de que se têm notícias realizou-se em Pernambuco, em 1575. Tratava-se de um drama intitulado O Rico Avarento e Lazaro Pobre (1936, p. 55). Ademais, eram representadas cenas como a da Paixão de Cristo e a Festa dos Reis, em várias localidades, as quais sobreviveram as repressões da Igreja em Portugal, chegando ao Brasil, trazidas pelos primeiros colonos.

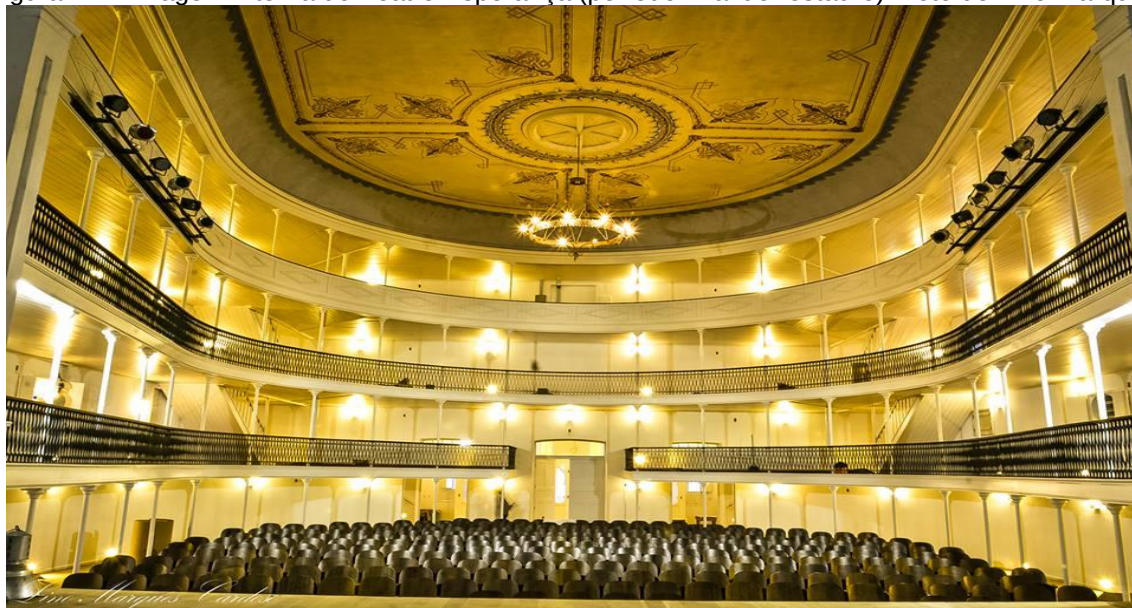
No período colonial, as atividades se concentraram em peças religiosas utilizadas pelos missionários Jesuítas, como o Auto de Santiago, de Afonso Alvares, que acontece na Bahia, em 1564, em São Vicente, 1565 e as de S. Lourenço de Maruthi (RJ) em 1567 (PAIXÃO, 1936, p. 42), para citar algumas que se têm registro. Em 1770, no aniversário do rei de Portugal, D. José I, é inaugurado com o nome de Casa de Ópera de Vila Rica o Teatro Ouro Preto, em Minas Gerais, considerado o mais antigo em atividade nas Américas. Abaixo uma foto deste teatro, juntamente com outra do Teatro Esperança, onde é possível fazer algumas comparações quanto à estrutura, sobretudo das galerias, do palco italiano e o formato em ferradura.

Figura 10 – Imagem interna do Teatro de Ouro Preto.



Fonte: <http://www.matraqueando.com.br/o-teatro-municipal-mais-antigo-do-pais-ouro-preto>
Acessado em 07/07/2015

Figura 11 – Imagem interna do Teatro Esperança (período final do restauro). Foto de Lino Marques



Fonte:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=993800293993668&set=a.407486985958338.100713.10000911197741&type=1&theater>. Acessado em 07/07/2015

Fruto de um decreto de D. João VI, em 1810, reconhecendo a necessidade da construção de "teatros decentes" na Colônia, é inaugurado o Real Teatro São João, construído em frente ao palácio do vice-rei, na atual Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. Para festejar o aniversário da coroação de D. Pedro I, em 1824, foi encenada a Ópera de Rossini L'Inganno Felice – um espetáculo de gala no Teatro São João. No entanto, findo o espetáculo, após todos se retirarem, acabou acontecendo um incêndio que se alastrou por todo o teatro, ficando de pé apenas as quatro paredes do edifício (PAIXÃO, 1936, p. 118). Este teatro atravessou tragédias e reformas até que, em 26 de junho de 1930, foi inaugurado com o prédio atual recebendo como nome "João Caetano", em homenagem ao primeiro grande ator nascido no Brasil.

As figuras abaixo mostram o antigo Teatro São João e o prédio atual:

Figura 12 – Real Teatro São João (Pintura de Debret, 1834).



Imagem: http://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro_João_Caetano#mediaviewer/File:Debret-SaoJoaoTheatre-1834.jpg
Acessado em 14/04/2015

Figura 13 – Atual prédio, Teatro João Caetano.



Imagem: http://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro_João_Caetano#mediaviewer/File:TeatroJoaoCaetanoRJ.JPG
Acessado em 14/04/2015

Assim, no Rio de Janeiro, capital do país naquela época, o teatro vai operar ainda de forma incipiente no século XVIII, com a criação das Casas da Ópera, mas não deixou de ter influência pelo interior do país. Muitas cidades e vilas promoveram a edificação de seus teatros, pouco a pouco povoando o país com essas casas destinadas ao culto da arte (PAIXÃO, 1936, p. 379).

2.3.1 Das casas de teatro: do RS a Jaguarão

No Rio Grande do Sul, Mucio da Paixão, quando escreveu sua obra em 1919²⁵, fez um levantamento das seguintes localidades que têm teatros:

[...] em Alegrete, há um teatro; em Bagé, o Teatro 28 de Setembro; em Cachoeira o Teatro Municipal; em Jaguarão o Teatro Polytheama (Esperança); em Pelotas o São Francisco de Paula, o Sete de Abril e o Polytheama Pelotense; em Porto Alegre o São Pedro, o Carlos Gomes, o Polytheama, o Parque, o Petit-Casino e o Variedades; no Rio Grande o Sete de Setembro e o Polytheama; em São Gabriel o Theatro Colyseu; em Santana do Livramento e em Santa Vitória do Palmar também com um teatro cada uma (1936, p. 454).

É possível perceber ao estudar a história do teatro, nos nomes atribuídos a estes, que a palavra Polytheama foi bastante frequente, uma vez que estas casas se destinavam à apresentação de diversos gêneros. Dos teatros citados, os três mais antigos, ainda existentes, por ordem de construção, são: o Sete de Abril, de Pelotas (1833), o São Pedro, de Porto Alegre (1858), e o Teatro Esperança, de Jaguarão (1898). Paixão ainda descreve sobre a incursão de grandes artistas do cenário nacional ao Rio Grande do Sul, mesmo antes da construção do Teatro São Pedro, como pode ser observado a seguir:

[...] todos os nossos grandes artistas foram ao Rio Grande do Sul cuja plateia foi sempre considerada muito distinta. João Caetano lá trabalhou e aquele que mais tarde foi o eminente artista Furtado Coelho começou a sua vida artística no Rio Grande. Do desenvolvimento que teve o teatro na velha província dão ideia os dois decretos [...]. O decreto 2218 de 11 de agosto de 1858 aprovou os estatutos da Sociedade encarregada de edificar o novo teatro na cidade de Porto Alegre [...] (PAIXÃO, 1936, p. 455).

Hessel, ao elaborar, com o professor francês Georges Raeders, a obra sobre História do teatro no Brasil²⁶, notou uma grande propagação de edifícios destinados às representações teatrais na região sul, não só nos principais centros, mas também no interior e na fronteira. Na obra *O teatro no Rio Grande do Sul*, volta a chamar atenção para o fato da "disseminação do teatro em muitos municípios do interior em duas províncias: Minas Gerais e Rio Grande do Sul" (1999, p. 7), descrevendo,

²⁵ A obra *O Theatro no Brasil* editada em 1936, de Mucio da Paixão, foi concluída pelo autor em 1919.

²⁶ Composta pelos livros *O Teatro jesuítico no Brasil* (1972), *O Teatro no Brasil: da Colônia à Regência* (1974), *O Teatro no Brasil sob Dom Pedro II*, 1ª parte (1979) e *O Teatro no Brasil sob Dom Pedro II*, 2ª parte (1996).

nesta obra de forma sucinta, a vida teatral de 44 cidades gaúchas, desde finais do século XVIII até meados do século XX.

Embora com causas diferentes em cada região, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, os resultados foram semelhantes, ou seja, a disseminação de edifícios teatrais nestas províncias. No Rio Grande do Sul, a colonização lusa deu-se início somente em 17 de fevereiro de 1737, com José da Silva Paes e Cristóvão Pereira à entrada da Barra de Rio Grande, e é a partir de então que começam a afluir nestas paragens elementos lusofônicos, onde as atividades teatrais vão se estendendo pelas vilas e cidades que iam se constituindo no interior da então província, sobretudo na campanha e na fronteira, mas tendo como centro polarizador o porto do Rio Grande.

Havia comunicações terrestres com outras províncias e com as regiões platinas, mas sem a intensidade e sem um centro polarizador como passara a ser o porto de Rio Grande. Por este iam e vinham autoridades, por ele transitavam as mercadorias; através dele filtravam-se as ideias da Europa, da América, do Brasil. Como também os elementos artísticos e dramáticos (HESSEL, 1999, p. 8).

No século XVIII, de acordo com Ezio da Rocha Bittencourt, apenas Porto Alegre e Rio Pardo possuíam casas de espetáculos (as Casas de Ópera). A partir da primeira metade do século XIX, começam a surgir teatros nas cidades de Pelotas, Bagé, São Gabriel, Piratini, Jaguarão e Triunfo. Se, por um lado, várias localidades da província possuíam seus teatros, por outro a maior parte deles eram construções precárias, frequentemente de madeiras, adaptadas para os espetáculos. Logo, pode-se afirmar que, por grande parte do século XIX, foram os teatros Sete de Setembro de Rio Grande (1832) e Sete de Abril de Pelotas (1833) aqueles que apresentaram as melhores condições às práticas cênicas da província (BITTENCOURT, 2001, pp. 46 e 50). A seguir, imagens dos três mais antigos teatros do Rio Grande do Sul, ainda erguidos:

Figura 14 - Teatro Sete de Abril (Pelotas-RS)



Foto: Henrique de Borba. <http://www.panoramio.com/photo/18297102>. Acessado em 14/04/2015

Figura 15 – Theatro São Pedro (Porto Alegre – RS)



Foto: Diego Maciel Neves. <http://www.curttopoa.com.br/porto-alegre/pontos-turisticos/theatro-sao-pedro>
Acessado em 14/04/2015.

Figura 16 – Theatro Esperança (Jaguarão – RS)



Fotógrafo não informado. <http://www.hoteisjaguarao.com.br/website/atrativos/>
Acessado em 14/04/2015

Jaguarão, com localização geográfica importante por conta da ligação direta com Pelotas e Rio Grande através do Canal de São Gonçalo, bem como por ser fronteira com o Uruguai, já em seguida de sua elevação à vila (1832) recebia estes elementos artísticos e dramáticos. Assim, devido a esta proximidade com Montevideu (Uruguai), e com Pelotas e Rio Grande (Brasil), também chegavam à cidade muitas companhias de espetáculos que vinham pelas águas da Lagoa Mirim e pelo Canal de São Gonçalo. Aproveitavam esta rota e excursionavam na região transitando da capital da Província, passando pelo Uruguai, chegando à Argentina (MARTINS, 2001, p. 250).

Hessel chama atenção para o fato de que também havia o movimento contrário, do Uruguai para o Brasil: muitas companhias europeias que vinham para o Brasil, passando por Montevideu, de lá entravam em nosso país por Jaguarão, onde ficavam de um a três meses para acertar o visto de entrada. Por conta disto, a cidade se mobilizou para a construção de um grande Teatro à altura destas companhias (HESSEL, 1999, p. 78).

“A vila de Jaguarão, já em 1851 possuía o seu teatrinho, pertencente à Sociedade Harmonia Jaguareense, onde o Presidente da Província, Visconde de Sinimbu, assistiu a uma representação” (ibid, p. 77). Nesta mesma página, observa que a Companhia Dramática de Florindo Joaquim da Silva, chegada do Rio de

Janeiro em 1854, agitava a vida pública desta vila.

Em 1856, o teatro Harmonia Jaguareense seguia suas apresentações, quando se pode observar uma variedade de publicidades em jornais encontrados nos arquivos do IHGJ, conforme registro a seguir:

Figura 17 – Publicação em jornal no século XIX

ECHO DO SUL.

OCCORRENCIAS.

Hontem as onze horas da manhan chegou a este porto o vapor Rio Grandense, por elle recebemos nossos jornaes da corte até 25 do passado, de Porto Alegre até 26 e do Rio Grande e Pelotas até 3 do corrente. As noticias mais importantes acham-se na nossa correspondencia particular que hoje publicamos.

COMPANHIA DRAMATICA. — Chegou hontem a esta cidade a companhia dramatica dirigida pelo distincto 1º actor Joaquim Augusto de Souza, e da qual é empresario o Sr. José Ribeiro de Andrade e Silva.

Como já dissemos a companhia vem mimosear o nosso publico com doze recitas escolhidas, que vão ao diante enumeradas.

As assignaturas tanto para camarotes e cadeiras, acham-se abertas em casa do Sr. Major João Augusto Penedo.

A companhia enceta hoje os seus trabalhos com o excelente drama D. CEZAR DE BAZAN e a comedia Olho vivo.

Os Srs. Joaquim Augusto de Souza e D. Rosina são os protagonistas nesse drama, por essa razão julgamos desnecessario garantir o bom desempenho e feliz exito do espectáculo.

D. Cezar de Bazan, em 3 actos.
Dama de S. Tropez, em 5 »
Frei Luiz de Souza, em 3 »
Escrava de Guadalupe, em 5 »
Cégo em 5 »

COMEDIAS.

Memórias do Diabo em 3 »
Camões em 5 »
Clotilde em 5 »
Capitão Rafael em 3 »
Jenny a bordadeira em 5 »
Brilhantes de minha mulher em 4 »
Genoveva de Brabante em 5 »

RETORNO. — Acha-se de volta a esta cidade o Sr. Theotonio de B. Pereira e Mello, que havia ido á capital afim de habilitar-se ao magisterio publico.

O Sr. Bittencourt tendo sido plenamente aprovado no exame que soffreu, acha-se provido na segunda cadeira de instrucção primaria desta cidade.

Congratulamo-nos com os nossos concidadãos pelo progresso que vai tendo entre nós a instrucção.

NOMEAÇÕES. — Foi antes de hontem nomeado pelo Sr. Juiz municipal, para o cargo de Curador geral de orfãos deste termo, o cidadão Sr. Antonio Francisco de Salles.

Louvamos e muito o acerto da nomeação do Sr. Juiz Municipal.

Fonte: Arquivo IHGJ. Fotos de Carlos Caetano

Cléo dos Santos Severino, em artigo publicado no Jornal A Folha (1993), reforça sobre o funcionamento em 1868, do teatro Philo-Dramático-Apollo. Neste período aqui chegou a Empresa Leal Ferreira, que, por mais de quatro anos, funcionou regularmente, trazendo companhias dramáticas, cômicas e até operetas.

Há uma confusão em relação a estes dois teatros: Harmonia Jaguareense e Apollo. Lothar Hessel e Georges Raeders, na sua obra *O Teatro no Brasil sob Dom Pedro II, 1ª parte*, afirmam que essa casa jaguareense, conhecida como “teatrinho”, pertencia a Sociedade Harmonia Jaguareense. Já na página seguinte, fora afirmado

que o “popularmente chamado Teatrinho, oficialmente se denominava *Theatro Philodramático Apollo*” (HESSEL; RAEDERS, 1979, pp. 223-224), criando uma pequena confusão.

Na sequência desta obra, *O Teatro no Brasil sob Dom Pedro II, 2ª parte*, aponta que o *Theatro Filodramático Apollo* já existiria em 1834, pelo menos. Diferentemente da publicação anterior, neste livro, o *Apollo* é apresentado de forma clara como um teatro diferente do pertencente à Sociedade Harmonia Jaguareense (HESSEL; RAEDERS, 1986).

Analisando jornais da época, é percebido claramente que se tratavam de casas separadas, sendo que uma se chamava *Theatro Particular Harmonia Jaguareense* (figura 17) e a outra *Teatro Filodramático Apollo* (figura 18).

Figura 18 – Chamada dos sócios do *Theatro Particular Harmonia Jaguareense*.



Fonte: Jornal O Jaguareense, 23 de janeiro de 1856. Acervo do IHGJ.

Figura 19 – Anúncio de espetáculo no *Theatro Philo-Dramático-Apollo*



Fonte: Jornal Onze de Junho, 27 de março de 1868. Acervo do IHGJ

Do *Theatro Apollo*, Hessel presume que o auge de apresentações tenha sido o ano de 1872, quando a famosa atriz Adelaide Amaral e um elenco de amadores ficaram em Jaguarão por aproximadamente seis meses. Peças como *O louco do Ceará*, *Os 29* ou *Honra e glória*; *Camões e Jau*, de Casimiro de Abreu; *O Condenado*, de Camilo Castelo Branco entre outras, foram apresentadas no chamado Teatrinho²⁷ (HESSEL, 1999). Com a inauguração do Teatro Esperança, este Teatro acaba fechando suas atividades.

A seguir, a foto da esquina onde, presume-se, por falta de uma referência material, funcionara o Teatro Apollo. Neste local, hoje, encontra-se uma nova construção, mas mantém-se o prédio do fundo (à esquerda).

²⁷ Como era chamado o Theatro Philo-Dramático Apollo, devido a seu pequeno espaço em uma esquina.

Figura 20 – Local onde funcionara o Teatro Apollo. À direita podemos ver a janela da bilheteria.



Fonte: Arquivo do autor. Fotografia desconhecido.

Hassel levanta três aspectos que se relacionam com o teatro em Jaguarão:

a imprensa local fazendo a crítica sobre os espetáculos; as visitas de companhias espanholas ou platinas que subiam de Montevidéu, com música, bailados e peças teatrais; e a visita de grandes companhias circenses que em seus picadeiros apresentavam teatro popular de arena (HESSEL, 1999, p.80).

Ainda, segundo Hessel, o Teatro Esperança deve ter sido o sexto da cidade. Dos demais, as melhores informações são do Teatro Apollo (Filodramático) e do Theatro Harmonia Jaguareense.

2.4 Do Teatro Esperança

O Teatro Esperança começou a ser construído ainda no período monárquico, em 1887, e inaugurado onze anos depois, em 1898 já no período republicano e sob os domínios do partido Republicano e de suas lideranças na cidade, como Carlos Barbosa Gonçalves e Zeferino Lopes de Moura (FRANCO, 2001). É apontado como o terceiro mais antigo do estado, ainda erguido, precedido pelo Teatro Sete de Abril, de Pelotas, e pelo Teatro São Pedro, de Porto Alegre. Segundo Cléo dos Santos

Severino, “o Teatro Esperança é possuidor de uma acústica perfeita, permitindo que se escute de qualquer ângulo de sua grande sala os mínimos sons produzidos” (Jornal CORREIO DO POVO, 1983). Não é incomum ouvir relatos de que foi uma das melhores acústicas do Brasil, porém não foi encontrado nenhuma prova ou análise técnica que corroborasse a afirmação.

À época vários jornais noticiaram a construção deste novo teatro. O “Correio Mercantil”, de Pelotas, publica nas edições de 11 de fevereiro e de 05 de março, e novamente em 09 de abril de 1886, relatando as reuniões, a formação da Associação e desejando êxito no empreendimento. “Foi eleita uma comissão para a escolha do terreno e mandar construir o teatro, que se denominará Vinte e Sete de Janeiro” (CORREIO MERCANTIL, 9/04/1886). Também o Jornal “A Ordem”, de Jaguarão, em 04 de fevereiro de 1886, elogia o Dr. João Luiz de Faria Santos:

[...] a ideia do ilustre engenheiro não é nova entre nós, porém outros que trataram de levá-la ao terreno da realidade esmoreceram ante as dificuldades que encontraram. Referimo-nos à edificação de um teatro que nas suas condições esteja em harmonia com os bons edifícios que possuí esta localidade [...] (Jornal A ORDEM. 04/02/1886).

A construção foi contratada com Martinho de Oliveira Braga, e a solenidade de colocação da pedra fundamental do Teatro deu-se no dia 27 de janeiro, sendo a primeira escritura em maio de 1886²⁸ e o nome, inicialmente, “27 de Janeiro”, marcando a estima cívica da comunidade com o episódio de 1865.

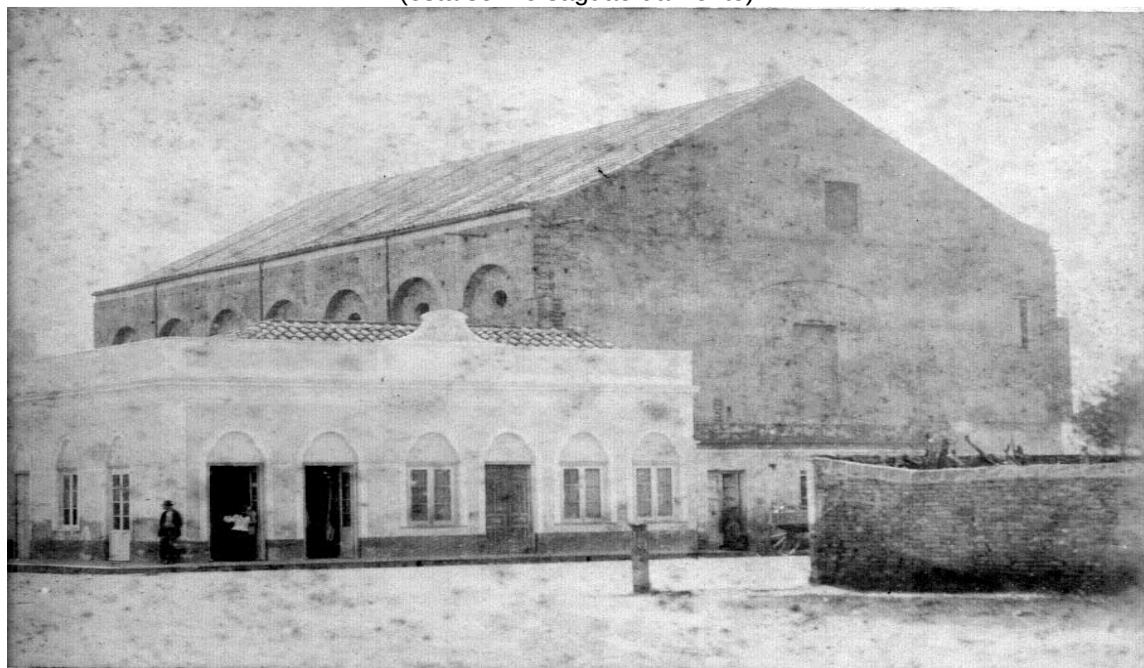
Maria Dutra da Silveira, em artigo publicado no Jornal “A Folha” em 20 de abril de 1991, destaca que as solenidades para colocação da Pedra Fundamental foram “abrilhantadas pelas sociedades musicais Floresta Jaguareense e Carlos Gomes”. Comenta também que a “caixa de madeira revestida de folhas de flandres, para ser enterrada com os jornais do dia, a ata e moedas de ouro, prata, níquel e cobre, foi o oferecimento do alfaiate italiano, estabelecido à Rua do Comércio (atual 15 de Novembro) Luiz Prieri” (A Folha, 1991, p. 04).

Em fins de 1888, estava pronto o arcabouço do prédio a fim de receber uma famosa companhia equestre de Niterói, cujo último espetáculo foi em benefício da conclusão das obras. Mas apesar de todo o esforço, o capital acabou não sendo o suficiente. O construtor contratado, julgando-se lesado pela falta de pagamento de

²⁸ Assinaram na qualidade de compradores, pela Associação Teatro 27 de Janeiro, o Dr. João Luiz de Faria Santos (presidente) e Bernardino José de Oliveira (secretário), conforme Maria Dutra da Silveira (Jornal A FOLHA, 20/04/1991).

uma das parcelas, entrou com um processo executivo na justiça. O prédio acabou indo a leilão e foi arrematado por alguns jaguarenses: Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Manoel Basílio Marques, Satyro Marques & Cia, Coronel Joaquim Francisco dos Santos Abreu e Augusto Cesar de Leivas, que lideraram a formação de uma nova sociedade – a Associação do Theatro Polyteama Esperança. Esta entidade levou adiante o empreendimento, assumindo o contrato com o construtor, possibilitando a construção do saguão da frente, além da compra de um terreno nos fundos, para a instalação de uma cocheira e um depósito de carbureto, para iluminação (Ata nº1 e Estatuto, 1899). A seguir uma imagem do teatro à época de sua construção:

Figura 21 – Plano geral da frontaria principal / sem datação. Possivelmente próximo ao ano de 1896 (está sem o saguão da frente).



Fonte: Acervo do IHGJ

2.4.1 Da segunda Associação, “Theatro Politeama Esperança”: de 1896 a 1929

O teatro em construção já se prestava à realização de alguns espetáculos. Conforme o Jornal “A Ordem”²⁹ (1895), parte da companhia de Zarzuelas, que havia

²⁹ A coleção do Jornal “A Ordem” encontra-se no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (POA-RS), código do título: 306. Segundo Sérgio da Costa Franco, este jornal, “pelo seu nível de informação e conteúdo dos artigos, não parecia um jornal de província, inclusive revelando uma boa abertura para o mundo, com relato de acontecimentos da Europa, do Prata ou dos Estados Unidos” (FRANCO, In, Cadernos Jaguarenses, v. 1, 1990).

se exibido na cidade uruguaia de Melo, se apresenta com uma companhia de fantoches. A apresentação seria no "Teatro 27 de Janeiro", "onde se estão preparando bancadas e outras ornamentações precisas. A empresa escolheu esse edifício, em consequência de não prestar-se o teatro velho, devido ao acanhamento do cenário". O teatro velho se refere ao Cine Teatro Apolo, conhecido como "Teatrinho", conforme já abordado. No mesmo ano, no teatro em construção, também eram anunciados bailes de máscaras nos dias de carnaval.

Esta segunda associação queria um polytheama, uma casa de espetáculos para diversos gêneros, preservando o mesmo objetivo dos pioneiros de 1886, quando da primeira associação. Em 13 de janeiro de 1898, dá-se a inauguração, com a Companhia Lírica e de Operetas Cartocci, data que será comentada em seguida.

Conforme ata da assembleia geral de 20 de agosto de 1896, quando da constituição da nova associação, definiu-se a designação de Associação do *Theatro Polyteama* Esperança, que fora incorporada, entre outros, pelos cidadãos Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Manoel Basílio Marques, Satyro Marques & Cia, Coronel Joaquim Francisco dos Santos Abreu e Augusto Cesar de Leivas. Também foram incorporados os seguintes documentos: os estatutos em manuscritos; os números dos jornais A Ordem, Diário de Jaguarão e Commercio, contendo o chamamento para a assembleia; e os documentos de depósitos feitos pelos acionistas nas Casas comerciais de Augusto Leivas & Cia e Satyro Marques & Cia. A quantia depositada representava 40% do capital social para instalação da Associação, com data de 19 de agosto de 1896.

Um aspecto importante no artigo 5º da nova associação diz respeito à duração da mesma, limitada em 30 anos, a contar de 1º de janeiro de 1897, podendo ser prorrogada. Verificar-se-á este processo no final da década de 1920, quando se dá a formação de uma nova sociedade.

Na ilustração, a seguir, a imagem de uma Ação do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, datada de 1899, quando houve um aumento de capital, o qual foi registrado em 21 de janeiro daquele ano, da então Associação do Theatro Polyteama Esperança:

Figura 22 – Ação de 1899 (200 mil réis) do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves.

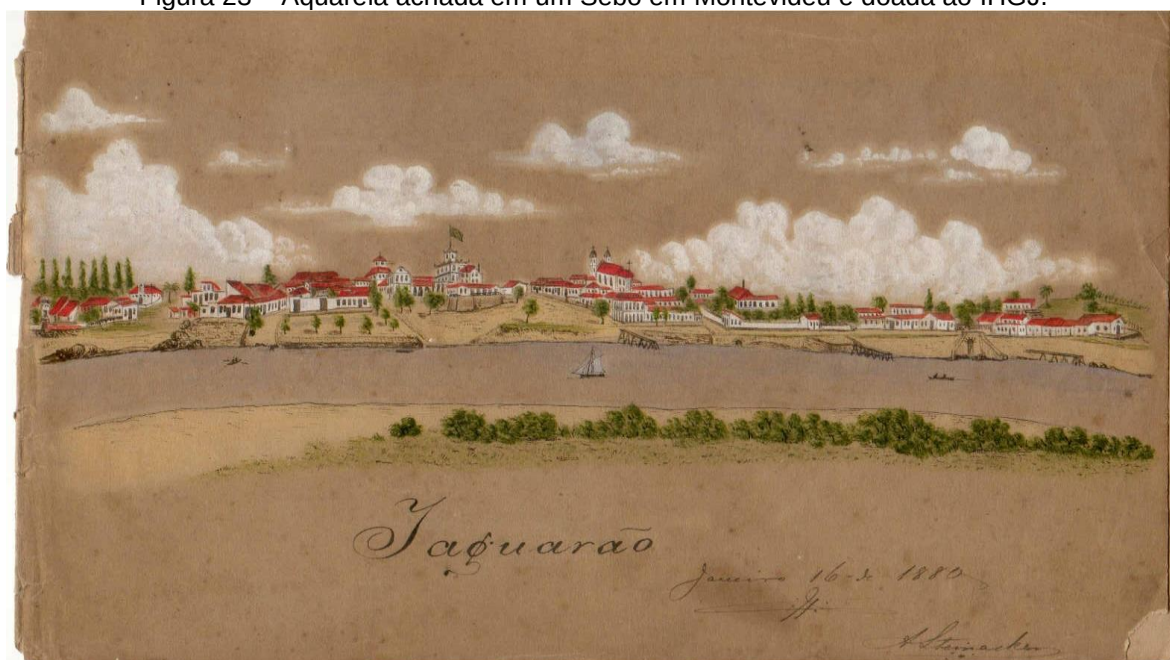


Fonte: Acervo do IHGJ

Importante entender que a cidade de Jaguarão, neste período em que o teatro estava sendo inaugurado, tinha um forte movimento na área literária e cultural. Em setembro de 1895, de acordo com o Jornal "A Ordem", passou a circular um novo periódico literário, de curta duração, "O Diadema". Já existia o também literário "Bouquet", que continuou sua publicação, além de "A Borboleta". Junto com esta movimentação literária, a cidade também se agitava com o carnaval. O mesmo jornal de 19/02/1896 (quarta-feira de cinzas) registrava o "grande brilho" do Carnaval, dado pelas duas sociedades dançantes, Harmonia e Jaguareense. Fizeram sua aparição, nesse ano, os confetes e serpentinas. "A Ordem" observou que houve ruas que ficaram atapetadas de "fitas e rodinhas" de papel (Jornal A ORDEM, 19/02/1896).

A seguir, na visão de um artista desconhecido, a cidade no final do século XIX através de uma aquarela:

Figura 23 – Aquarela achada em um Sebo em Montevidéu e doada ao IHGJ.



Acervo: IHGJ

Na área educacional, no ano de 1901, chega a Jaguarão a Ordem dos Nobertinos ou Premostratenses³⁰, vindos da Bélgica, com o objetivo de fundar uma escola, o Colégio Espírito Santo em 1902. Com o tempo, em função das divergências com os dirigentes locais, eles acabam se dirigindo para São Paulo, onde fundam uma universidade na cidade de Itu³¹ (SCHOENAERS, 2003).

Precisamente a presença destes padres possibilitou muitas informações da época, em especial para este trabalho, uma vez que retratava também o Teatro Esperança. Delas pode-se verificar a cor inicial do Teatro, através de um trecho de uma das cartas de Schoernaers³², que, além de apresentar a cor, traz outras informações.

Que edifício é este do nosso lado direito, grande, alto, pintado de branco, com portões e grades de ferro? Será por acaso uma Igreja? Não, é o Teatro Esperança, o maior e mais alto edifício freqüentado na cidade. [...]. O teatro pertence a uma sociedade anônima e é alugado a qualquer pessoa que intente apresentar um espetáculo ou

³⁰ Ordem religiosa que veio para o Brasil em 1896, em razão do acordo havido entre o Vaticano e a Abadia de Averbode, na Bélgica, com a missão de evangelizar e fundar educandários no nosso país. Chegou a Jaguarão no dia 27 de Janeiro de 1901, com o propósito de instalar o Colégio Espírito Santo (SOARES; FRANCO, 2010, 54).

³¹ Eduardo Alvares de Souza Soares, em 2003, prefaciou e organizou o livro "Três Anos no Brasil (1901-1904)" com a tradução das cartas de Schoenaers para a Abadia, na Bélgica, trazendo muitos elementos deste período, na visão destes padres.

³² Schoernaers foi enviado ao Brasil em 27 de fevereiro de 1901, com destino a Jaguarão, chegando a bordo do vapor Juncal no dia 11 de maio daquele ano. Veio integrar o corpo docente do Colégio Espírito Santo. Autor de cinquenta e nove cartas nestes três anos no Brasil, 1901 a 1903.

feita. Jaguarão não dispõe de uma sociedade cênica e este vácuo é preenchido por companhias ambulantes tão à moda na América do Sul. De ano em ano o teatro acolhe as “troupes”, fazendo cada uma delas dez apresentações. [...]. Faz quatorze dias que uma Companhia encenou o miserável drama “ELECTRA” (SOARES; FRANCO, 2010, p. 103).

Quanto à data de inauguração do teatro houve uma confusão, a qual foi reproduzida por órgãos da imprensa além de outras publicações que se basearam nestas informações. Por isso foi encontrado em algumas bibliografias e publicações apontando para o ano de 1897 como data de inauguração³³. Pode-se observar, num parecer do então Conselho de Desenvolvimento Cultural do Rio Grande do Sul (1990)³⁴, quando do processo de tombamento pelo Estado, a ratificação do ano de 1897. Data também apresentada na edição de 24 de abril de 1983 do Jornal Correio do Povo e na obra “O Teatro no Rio Grande do Sul” de Lothar Hessel. Ainda, num evento importante, que foi a municipalização do Teatro Esperança, em 1997, foi comemorado o seu “centenário”, evidentemente baseado nas fontes adotadas.

No entanto, a partir de uma análise sobre a documentação primária existente, não se tem dúvida quanto a este equívoco. A inauguração se deu, um ano depois, em 13 de janeiro de 1898. O equívoco inicial pode ter sido causado, possivelmente, em função de uma rápida leitura do Relatório da prestação de contas do primeiro ano de funcionamento do teatro (1898)³⁵, mas também por uma possível informação de que o prédio tenha sido concluído em 1897, o que estaria correto quanto à consolidação da construção, mas é inaugurado nos primeiros dias do ano seguinte, que é o que demarcaria o aniversário do mesmo. Maria Dutra da Silveira, em artigo no Jornal A Folha, de 13 de maio de 1991, apresenta corretamente o ano de 1898, curiosamente, um ano antes de a municipalidade comemorar o centenário do teatro. Já na página 04 do Relatório, encontramos a seguinte afirmativa: “teve lugar a inauguração em 13 de janeiro do ano p.p. (próximo passado) com grande sucesso e bom resultado”. Como o relatório é apresentado aos acionistas em 20 de janeiro de

³³ O trabalho de Conclusão de Curso de História (Unipampa, 2014) de Carlos Otoniel Pacheco da Cunha, traz uma importante análise deste assunto. No mesmo, o autor ressalta “Não poder ter certeza disso apoiado somente em uma fonte” (p. 52), porém acredita realmente que tenha sido o ano de 1898. A fonte citada foi o Relatório da Associação de 1899.

³⁴ Parecer 03/90- CPHAE (Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). Processo 00786-08-04. F.03, CODEC.

³⁵ Relatório da Associação do Theatro Polytheama Esperança, ano de 1898. Apresentado em Assembleia Geral aos acionistas pela diretoria em sessão de 21 de janeiro de 1899.

1899, o ano “p.p.” se refere a 1898, e não a 1897 como poderia ter sido entendido em uma primeira e rápida leitura.

Ainda, para uma possível inauguração em janeiro de 1897, considerando que as obras para concluir o teatro foram contratadas apenas em agosto de 1896, sobraria somente quatro meses para terminar um prédio de grande porte, que contava apenas com “quatro paredes mestras e uma interior de material, sem reboco [...] coberto de telha, sem portas, sem janelas, nem assoalho” (Publica Forma, 1893)³⁶.

Isto, somado ao registro em pelo menos dois jornais: A Ordem, em 14 de janeiro de 1898, ou seja, um dia após a inauguração, e no Correio Mercantil, da cidade de Pelotas, de 13 de janeiro de 1898, o que leva efetivamente a esta data e que será transcrita a seguir:

De grande sucesso foi o dia de ontem para a população de Jaguarão. [...] A ansiedade de ver funcionar o elegante edifício, o desejo de apreciar uma companhia completa e que vinha precedida de justo renome superaram todas as dificuldades, e as populações das duas margens afluíram ontem ao Esperança para assistirem à inauguração deste e à estréia da Companhia Cartocci & Cia (Jornal A ORDEM, 14/01/1898)

Companhia Cartocci – Esta companhia deve estrear hoje em Jaguarão, onde chegou no dia 10. Fazendo parte da orquestra com ela foram daqui os professores Eduardo Cavalcanti, Demétrio Bandeira e Antonio Moreira (Jornal CORREIO MERCANTIL, 13/01/1898, grifo da publicação).

Assim, inaugurou-se o teatro com a ópera “Trovador”, em 13 de janeiro de 1898, a que se seguiram outras seis óperas e várias operetas. A temporada operística durou um mês, apenas encerrada em 03 de fevereiro. Durante o primeiro ano de funcionamento, foram realizados 103 espetáculos, conforme o Relatório da Associação³⁷.

Do registro apresentado pelo Jornal A Ordem, percebe-se que havia boa participação dos uruguaios nas atividades do Teatro, mesmo antes da construção da Ponte Mauá. Esta participação, ao longo da história do Teatro Esperança, não se resumiu ao público assistente, mas também se deu em apresentações de espetáculos vindos desta República Platina, que, não tendo um espaço adequado na cidade gêmea de Rio Branco, se apresentavam em Jaguarão.

³⁶ Publica Forma, 1893, folha 06 (verso). Acervo do IHGJ.

³⁷ Relatório da Associação..., op. cit.

Nos primeiros anos de funcionamento, há registros sobre a realização de touradas neste Teatro, no local onde ficava o picadeiro das apresentações circenses, momentos em que eram removidas as cadeiras da plateia e o tablado móvel. Isto também se apresenta nas cartas de Schoernaers: “No teatro, há o grande encontro entre o povo e a gente rica. Os pequenos comerciantes, artesãos e soldados são obsessivos pelas touradas” (2003, p. 104).

A Associação, como se pode deduzir pelas famílias envolvidas e pelo dinheiro empregado, constituía-se de pessoas mais abastadas e, na sua maioria, envolvidas com suas fazendas ou com as atividades urbanas, como, por exemplo, a medicina. Não havia um grupo gestor preocupado em organizar diretamente o funcionamento do teatro, o que talvez tenha acontecido apenas no primeiro ano de funcionamento, baseado no Relatório da Gestão, no qual se percebe um entusiasmo maior da diretoria para que esta realização fosse positiva. Por conta disso, não é surpresa a publicação no Jornal A Situação, de 05 de setembro de 1912, da Associação do Theatro Polytheama Esperança: “Está aberta a concorrência para o arrendamento do Teatro pelo prazo de um ano a contar de 1º de outubro de 1912 a 30 de setembro de 1913” (A SITUAÇÃO, 05/09/1912).

Neste período e nas primeiras décadas do século XX, o Teatro passa a ser arrendado para empresários que quisessem explorar suas atividades. Pelos documentos e publicações posteriores, conclui-se que a Empresa Botto & Emygdio foi ganhadora da concorrência, permanecendo pelo menos mais duas décadas à frente de sua administração. É neste período que surge em Jaguarão o cinema, uma invenção que iria abalar as funções teatrais, até então com hegemonia no quesito entretenimento.

Em Jaguarão, no início da segunda década, já havia Casas de Cinema, como é possível perceber a partir das palavras de Cecy Cony³⁸ em suas memórias:

Já em 1912, começou em Jaguarão uma verdadeira enchente de cinemas. Abriam-se salões por todos os lados. Aos domingos eram ‘matinéés’ quase de hora em hora. Os proprietários começaram a fazer concorrência uns aos outros e havia até rivalidades. [...]. Não sei dizer se tal febre de cinemas prejudicava a moral do povo: sei que certo domingo anunciava-se a estréia de um novo salão, pelos Revds.

³⁸ Na obra de Soares e Franco (2010) foi reproduzida passagens do livro de Cecy Cony, denominado “Devo narrar minha vida... Memórias de infância de uma religiosa franciscana de penitência e de caridade cristã da casa-mãe de São Leopoldo”. Petrópolis: Editora Vozes, 1953.

Padres Premonstratenses. Ora, o preço foi menos da metade dos outros cinemas em geral, e, agora, o povo como que convergia para lá.” [...] Ainda em 1916 viera a Jaguarão uma grande Companhia de Operetas, pelo menos foi de um reclame espantoso. [...] Papai não quis tomar assinatura; era muito caro, um camarote, para cinco pessoas: 200\$000 (SOARES; FRANCO, 2010, p. 192).

Pode-se inferir destas memórias, a relação de Cony com os padres premonstratenses, bem como o preço dos ingressos das grandes Companhias, restritos a um grupo mais abastado de cidadãos. No entanto, embora seu pai não tivesse adquirido convite para este espetáculo, Cecy Cony acabou assistindo, convidada por uma amiga. Este episódio ela apresenta uma narrativa que permitirá imaginar como era o espetáculo de uma grande Companhia no teatro em seu período inicial.

O teatro regurgitava, não havia um camarote vazio, nem na platéia, uma poltrona vaga, e lá estava eu, num camarote, com A. e sua família. [...] Tocou a sineta. A orquestra da Companhia tocou a ópera “Guarani”. Momentos depois sobre o pano e inicia-se o drama. Era um drama de Alexandre Dumas, de cujo título não me recordo. O primeiro cenário era a luxuosa sala de um castelo. Entra um fidalgo e começa a falar (CONY, In: SOARES; FRANCO, Org. 2010, p.192).

Na mesma obra citada, no olhar de Pedro Bartolomeu Ribeiro, o Teatro Esperança “funcionou por muitos anos como cinema mudo, que, para dar vida às cenas, eram executadas músicas apropriadas para cada caso”. Já o primeiro filme falado, exibido em Jaguarão, é apresentado na década de 30. Ribeiro ainda relata o seguinte acontecimento:

O arrendatário do Esperança era o Sr. João Botto. Nessa época, a luz elétrica era de uma sociedade particular e os motores andavam pifados, deixando muitas vezes a cidade às escuras. Numa das noites em pleno desenrolar do filme, faltou luz. Um gaiato subiu para o palco e instigou ao protesto. Saíram em polvorosa, passaram numa funerária, pegaram um caixão e fizeram o enterro simbólico do diretor da usina, que era o Sr. Henrique Sicard. Estavam apedrejando as vidraças, quando o Delegado Luiz Vieira deu uns tiros para o alto e saiu gente para todo o lado, terminando o tumulto. O Delegado era, ao mesmo tempo, subprefeito e comandava a guarda municipal, nos porões da prefeitura (SOARES; FRANCO, 2010, p. 251).

Entre 1908 e 1913, o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, que fora um dos fundadores e presidente da assembleia de constituição da Associação do *Theatro Polyteama* Esperança, consagrou-se governador (na época presidente) do Estado do Rio Grande do Sul, gestão que terminara em 1913. Este período vai manter o

status político da cidade em alta e, posteriormente somado à construção da Ponte Internacional Mauá, vai gerar a circulação de capital e trabalho, mantendo o município no início de século XX ainda com um espírito de cidade importante no cenário regional.

Figura 24 – Recepção ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves ao retornar de seu mandato como Presidente da Província do Rio Grande do Sul, início de 1914. No cais e na Rua XV de Novembro.



Arquivo: IHGJ

2.4.2 Da terceira Associação: de 1929 a 1957

Anteriormente, foi visto que o estatuto da Associação do *Theatro Polyteama* Esperança previa a duração da entidade por 30 anos, a começar em janeiro de 1897, período que já havia se esgotado. Assim, em 26 de agosto de 1929, às 16 horas, aconteceu a assembleia geral para resolver a questão. A ata é aberta com a seguinte transcrição:

Aos vinte e seis de Agosto de mil novecentos e vinte nove, às 16 horas, na sede da Associação Comercial de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da convocação publicada no jornal 'A Situação' reuniram-se em assembleia geral os fundadores e subscritores do capital necessário para a constituição de uma sociedade anônima para a exploração da extinta 'Associação do Teatro Politeama Esperança' sendo aí presentes o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, o Coronel Gabriel Gonçalves da Silva e o Coronel Pedro Frederico Rache que haviam sido nomeados liquidantes da sociedade anônima 'Associação do Teatro Politeama Esperança' [...] (ESTATUTO, 1951, p. 3).

Assume a presidência da reunião o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves que convida para servir como secretário o subscritor, senhor Paulo Cassal. Neste documento, consta que aconteceu uma assembleia anteriormente, dia 12 de agosto,

mas como havia número insuficiente de subscritores, se fez nova convocação para o dia 26 de agosto, para constituir definitivamente a nova sociedade, o que de fato aconteceu.

Tratava-se na presente assembleia geral constituir uma nova sociedade anônima com os mesmos fundos, capital e bens que formaram a extinta 'Associação do Teatro Politeama Esperança' conforme fora resolvido pelos antigos acionistas dessa associação em assembleia de 16 de julho de 1929 que de conformidade com esta resolução foram nomeados três peritos, pessoas estranhas à sociedade, para procederem a avaliação do prédio, mobiliário e utensílios daquela extinta sociedade [...] tendo cumprido com o que nos foi determinado, damos abaixo nosso laudo de avaliações, a saber [...] (ESTATUTO, 1951, p. 4).

Da avaliação dos peritos, pode-se deduzir que, nestes 32 anos de atividades, a manutenção de parte deste patrimônio não foi das mais adequadas, uma vez que o imóvel em si estava inteiro, porém em relação aos móveis e utensílios pode-se deduzir de forma diferente. Além das 316 poltronas na plateia, 86 cadeiras nos camarotes de 1ª, e 169 mochos nos camarotes de 2ª, à princípio em bom estado, havia um piano com caixa, dois estrados e várias estantes para a orquestra, mesas lustro, escada e uma arquibancada, tudo antigo e **em mau estado de conservação**. Cenário constando de diversas telas **muito antigo e em péssimo estado**; instalação elétrica, **necessitando grande reforma** (ESTATUTO, 1951, grifo nosso). Este laudo é datado de 1º de agosto de 1929 e o assinam Miguel Cassal, Alvaro da Costa Franco e Domingos Soriano Rodrigues. Foi aprovado na assembleia de 16 de julho de 1929.

No novo estatuto, o artigo 3º já procura regulamentar, de forma mais clara, o arrendamento do teatro. "O teatro e suas dependências serão explorados diretamente pela sociedade ou mediante locação, conforme deliberação da diretoria e conselho fiscal" (Ibid, p. 6). Também a duração da entidade ficou de 30 anos podendo ser prorrogada, o que não aconteceu, uma vez que ela acabou sendo incorporada por outra entidade no final da década de 1950.

Entre 1927 e 1930, se dá a construção da Ponte Internacional Mauá, chegando a Jaguarão pessoas de diversos lugares para trabalhar nesta obra. Só na ponte trabalharam mais de 11.600 operários, entre brasileiros, uruguaios, portugueses, alemães e pessoas de outras nacionalidades, conforme destaca Soares em sua obra "Ponte Mauá, uma história" (SOARES, 2007). Este momento

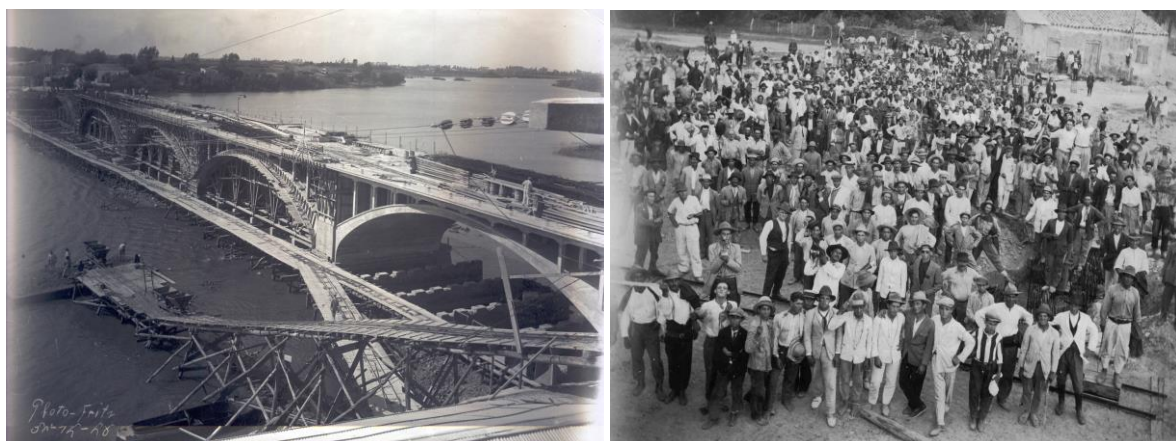
fez também com que a cidade recebesse muitas ideias novas bem como estrangeiros que acabaram aqui se estabelecendo:

[...] viu construir-se entre 1920 e 1930 a grande Ponte Internacional [...]. Neste período centenas e centenas de homens – um milhar e pico de homens, talvez – das mais variadas raças e mais diferentes procedências, dos mais diferentes ofícios e das mais variadas habilidades vieram [...]. Foram dias, meses e anos em que naturalmente a cidade se encheu de mulheres, apareceram automóveis e gramafones, surgiram negócios e empregos, construíram-se casas e fortunas – era farra e trabalho, trabalho e farra. De noite havia luz elétrica, música e bochincho: os cabarés iluminavam-se até de manhã [...] (SCHLEE, 2013, preâmbulo, pp. 5-6).

Em 22 de julho de 1929, na solenidade do 11º aniversário do Tratado de 1918 (Tratado da Construção da Ponte Mauá), acontece no Teatro Esperança a atividade solene, com autoridades dos dois países, para inaugurar a Ponte Internacional, que viria a ser no futuro o primeiro bem tombado de forma binacional pelo Parlamento do Mercosul. Do convite, apresentado na obra citada, observa-se que foram exibidas fitas cinematográficas representativas do progresso das duas pátrias.

À época, o Teatro Esperança estava locado à Empresa Botto & Emygdio, que o cedeu para o ‘espetáculo de gala’ organizado pela comissão patriótica (a que se referiu Pimenta da Cunha em seu discurso) presidida pelo Senador Carlos Barbosa. Foram distribuídos duzentos e cinquenta convites, mas os números extrapolaram todas as expectativas e as dependências foram literalmente tomadas: plateia, camarotes de primeira e segunda, a galeria logo abaixo do teto (a que o povo batizou de ‘puleiro’) e até as varandas laterais de acesso à plateia, onde brasileiros e uruguaios, de pé, se acotovelavam em busca de um ângulo que lhes permitisse melhor visão da tela (SOARES, 2005, p. 65).

Figura 25 – Construção da ponte e foto com operários, de 1928.



Arquivo: IHGJ

A partir da década de 1930, o teatro funciona basicamente como cinema, inicialmente exibindo filmes mudos, com acompanhamento de orquestra tocando músicas para dar vida às cenas. No entanto, continuavam acontecendo apresentações teatrais e musicais, de forma mais esparsa, conforme figuras:

Figura 26 – Cartazes de espetáculos.



Foto de Carlos Caetano.
Arquivo: IHGJ.

O primeiro filme falado foi exibido em 1934: "Domadores de mulheres", com José Mujica³⁹ (SOARES; FRANCO, p. 251). Outro uso do teatro foi para festividades cívicas e comemorativas, bem como para espetáculos beneficentes, conforme podemos observar:

³⁹ Nome artístico de José de Jesus Mojica, depois Frei José Francisco de Guadalupe Mojica (San Gabriel, México, 14 de abril de 1896 — Lima, Peru, 20 de setembro de 1974), foi cantor e ator mexicano. Fonte internet: https://es.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mojica acessada em 28/10/2015.

Figura 27 – Homenagem ao Cel. Osvaldo Cordeiro de Faria⁴⁰ em julho de 1938 interventor do RS, no governo Vargas (Estado Novo).



Fonte: Arquivo do IHGJ

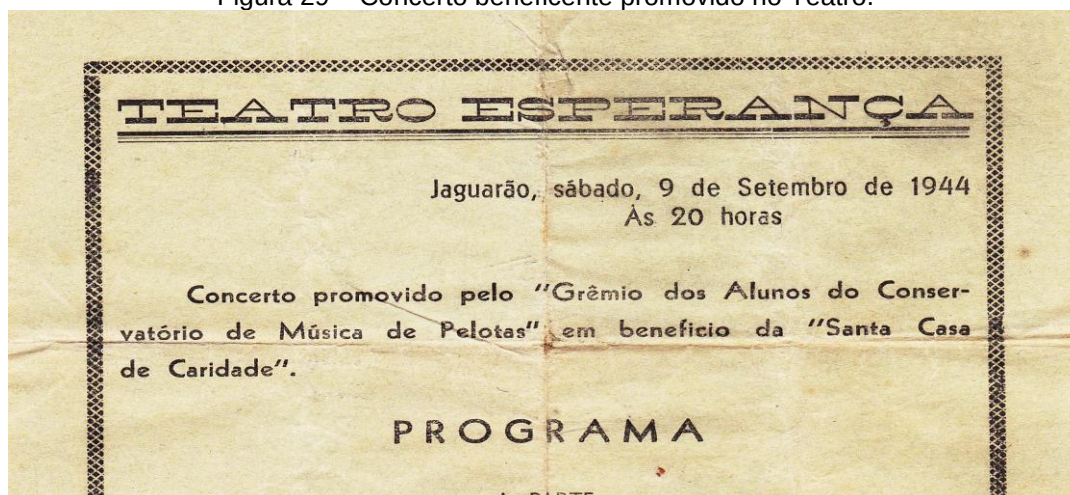
Figura 28 – 14 de abril de 1942. Festividade do “Dia Panamericano”.



Fonte: Arquivo IHGJ

⁴⁰ Osvaldo Cordeiro de Farias (Jaguarão, 16 de agosto de 1901 — Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1981) foi um militar e político brasileiro. Interventor federal (governador) do Rio Grande do Sul (1938-1943) e posteriormente, governador eleito de Pernambuco.

Figura 29 – Concerto beneficente promovido no Teatro.



Fonte: Acervo do autor

Este período, pós-construção da ponte internacional, fez com que a cidade ainda vivesse algumas consequências oriundas do capital e do trabalho advindo daquele empreendimento, e alguns forasteiros acabaram se instalando na cidade. Um fenômeno importante, ocorrido em 1932, foi a inauguração da Estação Ferroviária de Jaguarão, cujos trilhos continuavam até a cidade de Rio Branco e dali faziam baldeação para chegar até Montevideu, capital uruguaia, o que facilitou as viagens de Companhias artísticas do Uruguai para Jaguarão bem como o escoamento da produção agropecuária. Contudo, já se sentia o refluxo econômico, agora sem circulação de capital, como durante a construção da ponte, o que vai agravar a economia da cidade. Um exemplo que pode ser citado é em relação a uma atividade bem intensa naquele período, os prostíbulos, já que muitos fecharam suas portas pela falta de freguesia, ou de outra forma, falta de dinheiro pelos usuários tradicionais.

Aldir Garcia Schlee, aproveitando relatos, histórias e memórias, descreve e constrói sua literatura em torno da fronteira. E, como ele próprio afirma, seus contos são “uma obra da imaginação que vai além do imaginável, porque está contida na busca das razões do esquecimento, [...] na tentativa nem sempre bem sucedida de recuperação de uma olvidada memória coletiva” (2013, p. 5). Ou, de outra forma, devem ser tomados como “instrumentos para a recriação de uma trama ficcional tão real quanto suficiente para admitir um protagonista verdadeiramente literário, cuja memória possa ser recuperada [...]” (SCHLEE, 2010, p. 12). Em sua literatura, o autor brinda seus leitores com algumas passagens envolvendo o Teatro Esperança,

neste período em que a estrada de ferro começava a suplantiar o transporte hidroviário.

[...] pois meu primo, bem são da cabeça, um dia me veio com a história de que, andando de carro-motor pelo Uruguai, indo desde o arroio Verde para Corrales, quando viu estava metido no meio de gente de uma Companhia – aqueles tipos que saíam de Montevideu fazendo atos variados, cantorias, danças, mágicas, e passavam por aqui. [...]. Meu primo ficou em Treinta y Três. Uma pena! Porque meu primo não soube, nunca chegou a saber, não ficou sabendo como eu, que a Companhia tinha um espetáculo marcado para as 20 horas daquele dia, no Teatro Esperança; que às 22h30 do mesmo dia haveria uma apresentação de canto e guitarreo no Café do Oliosí; e que, mais tarde, no mesmo dia, as três mulheres do grupo ficariam hospedadas na pensão do Pochocha, onde atenderiam os interessados que levassem consigo um obsequioso cartão-convite oferecido discretamente pelo tipo de cavanhaque que as comandava (SCHLEE, 2010, pp. 99-107).

Do período de 1940 a 1960, foi obtido vários relatos de pessoas ainda residentes na cidade, uma delas o Senhor José Irineu Garcia, conhecido na cidade pela alcunha de “Paraguai”⁴¹, o qual morou com sua família na parte dos fundos do teatro, local onde normalmente vivia a família ou pessoa responsável pela zeladoria do teatro. Inicialmente com oito anos, apenas acompanhava o movimento, porém depois já ajudava como operador das máquinas de projetor de filmes, operando no Teatro Esperança.

Paraguai relata, entre outros, um assassinato acontecido na saída do teatro, apontando a forma como se sucedeu o episódio na plateia, como se fosse há poucos dias. Este episódio fora também citado por outros moradores mais antigos como a Sra. Isolda Camerine Correa Perez⁴² e ganhou um conto de Elaine Fontoura,⁴³ explorando tal fenômeno. O assassinato na frente do teatro realmente aconteceu, mas destas evocações o que fica são os detalhes memoriais das pessoas mais antigas, que servem para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente ali naquele espaço, antes mesmo que declarássemos conhecer ou lembrar-nos dela ou ouvirmos algo sobre ela, conforme nos diz Ricouer (2007).

⁴¹ Conhecido tradicionalmente pela sua atividade como fotógrafo durante vários anos, onde possuía a loja “Ao Paraguai”. Atualmente com mais de 80 anos, adora lembrar suas memórias e relatou algumas através de uma entrevista documentada em vídeo e áudio, em agosto de 2015 no Teatro Esperança, quando o Teatro ainda estava em processo de conclusão das obras.

⁴² Entrevista gravada em 27/04/2015.

⁴³ Professora e contista de Jaguarão, coautora do romance “Filhos do Pampa” e das obras: *Certa Ocasão...contos e crônicas* (onde encontra-se o conto citado), *Mar Verde* e *Além do Cotidiano*.

Deste período, Aldyr Garcia Schlee também nos traz algumas narrativas, desta vez com um relato de momentos em que assistia as películas no Teatro Esperança, motivo que o tornou um amante da arte cinematográfica:

[...] em 1944, eu ia todos os dias ao cinema. Tinha perto de dez anos, meu avô era gerente do Theatro Esperança, em Jaguarão, e era possível ver todos os filmes que passavam, independentemente dos limites de idade determinados pela censura, desde que não houvesse uma friagem enregelante ou uma encharcante chuvarada que, pela voz de minha avó, impediam-me de correr duas quadras até o cinema e me seguravam em casa, preso resignadamente às vidraças e à minha imaginação (SCHLEE, 2015, p.11).

Outro relato, referente a este período, é o do Senhor Athos Cassal (72), que concedeu uma entrevista em 10 de outubro de 2014, e falou que até um parto, literalmente, teria acontecido no teatro, o que pode ser observado na transcrição a seguir:

[...] no teatro pelo que me recordo da minha juventude, assisti muitos filmes, artistas renomados, como Vicente Celestino, Luís Gonzaga, Gregório Barrios, Linda Batista, etc. Aqui, artistas como a da Dercy Gonçalves, quando viajavam para o Uruguai, essas companhias portavam aqui em Jaguarão e faziam apresentações no teatro, duas ou três delas eu vi no teatro, como a Emelinha Borba, peças teatrais muito boas. Colégios da época faziam festivais de teatro, assistíamos peças muito boas, a dupla gordo e magro, os originais, se apresentaram aqui, em viagem para o Uruguai, apresentações de mágicos, [...]. Quando criança, íamos cedo ao teatro, para trocar gibis, ou vender para comprar entrada para a matinê. Víamos seriados de ficção científica naquela época, como o Flash Gordon, no sábado passavam dois filmes, o primeiro de bang-bang, o segundo eram seriados, como Zorro, Flash Gordon. Como não podíamos entrar no sábado a noite sem um responsável, íamos às matinês. A peça “O direito de nascer” que foi novela, se apresentou no Teatro Esperança. A atriz principal da peça estava grávida e deu à luz durante a peça, dentro do teatro, foi uma loucura, isso perto da década de 50 [...] (CASSAL, 2014).

Muitas destas lembranças são compartilhadas por outros munícipes, o Sr. Djalma Soares de Almeida⁴⁴, por exemplo, reforça a vinda da dupla original “Gordo e Magro” (Stan Laurel e Oliver Hardy). Também a troca de gibis na entrada é uma prática bem citada, mas outras atividades como os shows de calouros, no decorrer dos anos de 1950, também fazem parte deste rol, como será apresentado a seguir:

[...] e a ZYU-7 Rádio Cultura de Jaguarão tinha seus programas vesperais de calouros, aos sábados, ali apresentando as atrações locais, onde pontificavam o regional dos filhos do seu Agostinho –

⁴⁴ Entrevista realizada em 03/11/2015.

Canhoto, Lourenço e Moacir – e mais o violonista Nery Antonini, além de Napoleão, Severo e Adalberto Mendes, notáveis seresteiros, cuja fama se propagava por toda nossa Zona Sul do Estado, estendendo-se Uruguai adentro. [...] (BLOG POETA DAS ÁGUAS DOCES, 17/07/2014);

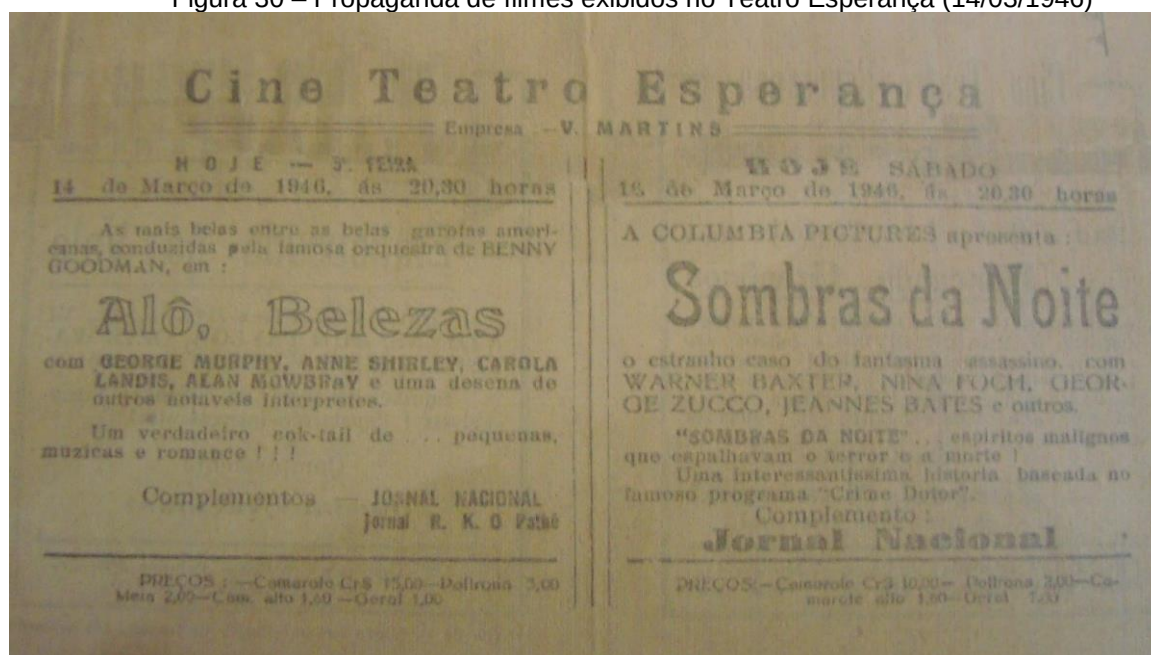
Outra das inesquecíveis atrações que ali tive oportunidade de presenciar, recorro da veterana cantora Dircinha Batista, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Muito simpática, ela falou da sua vinda a Jaguarão como uma viagem sentimental que trazia a lembrança daquelas excursões que fazia com seu pai, o cantor Batista Júnior, e sua irmã Linda, inclusive já tendo estado nesta região sul do Estado. Era de se ver como ela cativou naquele momento a plateia do nosso Teatro que a deixava entusiasmada e feliz com a receptividade jaguarense, a ponto de manifestar seu desejo de um breve regresso e sua promessa de vir acompanhada da outra irmã, também famosa, Linda Batista. Azar o nosso que não chegou a se concretizar essa expectativa [...] (Ibid., 15/07/2014).

É possível inferir destes trechos, das crônicas de José Alberto de Souza, publicadas em seu blog “Poeta das águas doces”, além do relato dos festivais de música⁴⁵, a confirmação da presença de grandes nomes da música brasileira no palco do teatro, fato que também se encontra no relato do Sr. Athos Cassal e de Djalma S. de Almeida.

Através de propagandas da época, foi identificado alguns de seus locadores. Inicialmente a empresa Botto e Emygdio até a década de 1930; na década de 1940, a empresa de V. Martins (conforme figura 30); no início da década de 1950 do Sr. José N. Pinto Machado e posteriormente ainda teve mais um locatário que apenas foi identificado por um alemão de nome “Otho”, citado em entrevistas.

⁴⁵ Estes festivais se mantem na década de 1960, onde segundo alguns relatos de pessoas mais antigas, passaram a ser uma espécie de festivais influenciados pelos da antiga TV Record, adaptado às condições da cidade.

Figura 30 – Propaganda de filmes exibidos no Teatro Esperança (14/03/1946)



Fonte: Arquivo do IHGJ

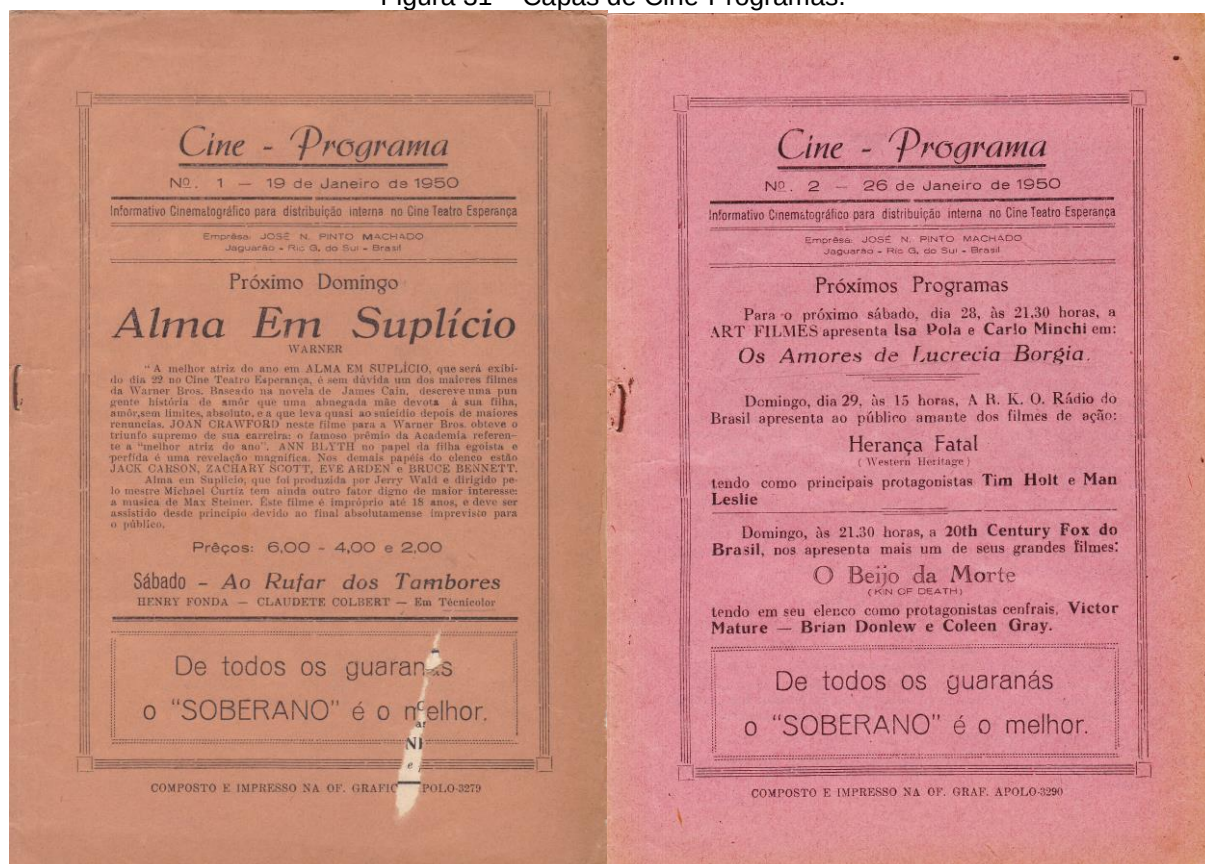
Neste período dos anos de 1950, o locador da época, Sr. José Nogueira Pinto Machado⁴⁶, chegou a confeccionar um folhetim/programa, uma espécie de almanaque com 08 páginas, distribuído ao público presente, com informações dos filmes a serem exibidos ao longo do mês, bem como curiosidades, anedotas e publicidade. Na contracapa vinha uma apresentação do mesmo:

[...] a empresa do Cine Teatro Esperança tem o imenso prazer de apresentar aos seus inúmeros habitues, Cine-Programa. Este será distribuído todas às 5^{as} feiras nas sessões de *soirée* e premiará um dos seus portadores que descubra dentre os inúmeros anúncios nele contidos, um com uma frase errada. A reclamação do prêmio deve ser feita dentro de 24 horas após o recebimento do Cine-Programa, e, este, consiste em 200,00 cruzeiros em mercadoria. Caso não seja o mesmo reclamado [...] perderá direito ao prêmio cuja metade da importância do mesmo será acumulada para a semana seguinte. Haverá ainda, dentro de mais dois Cine-Programas, duas permanentes para uma semana. Portanto, três serão os prêmios a ser distribuídos. A empresa solicita ao distinto público, para que enviem suas colaborações à Cine-Programa, e estas, devem vir assinadas pelo seu autor e será publicada a critério da direção do Cine-Programa. Guarde-o e ceda aos seus amigos para que se divirtam (CINE PROGRAMA, nº 1, 1950, contracapa).

A seguir, a capa de alguns destes programas:

⁴⁶ Pinto Machado foi eleito prefeito municipal pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro, governando o município entre 1955 a 1959.

Figura 31 – Capas de Cine-Programas.



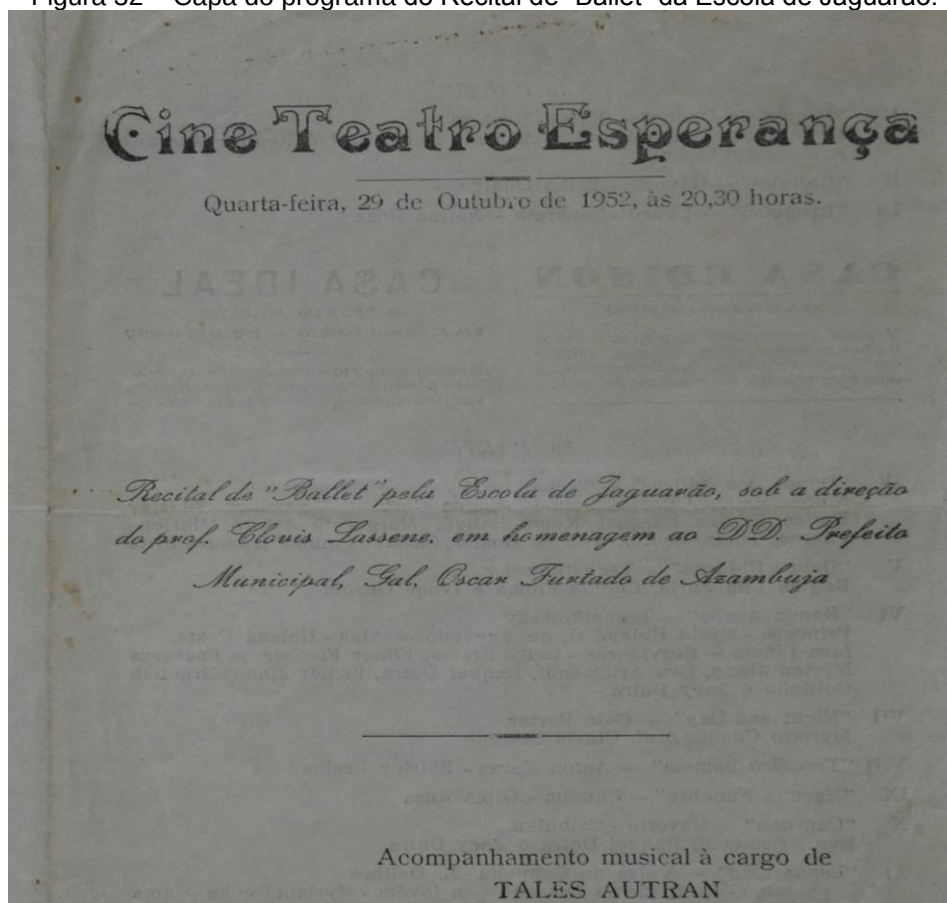
Fonte: Acervo do autor

Segundo relato do Sr. Pedro Bartolomeu Ribeiro⁴⁷, foi no período da gestão de José Nogueira Pinto Machado, que foram retiradas os camarotes das galerias, para manter o então Cine Teatro mais popularizado e, conforme o Detalhamento do Projeto de Restauro do Teatro Esperança (2010), também teria sido neste período que fora colocada a cabine de cinema e fixadas as cadeiras da plateia. Após a administração de José N. Pinto Machado, foi identificado apenas outro locatário, por conta de algumas entrevistas. O Sr. Luiz Carlos C. Peres comenta que o nome era “Otho”, mas não lembra o sobrenome; possivelmente, tenha sido o último arrendatário do Teatro Esperança.

Nesta época, Jaguarão possuía uma Escola de Ballet, sob a direção do Prof. Clóvis Lassene, onde foi realizado um recital, em 29 de outubro de 1952, no palco do Teatro Esperança, em homenagem ao Prefeito Municipal, Gal. Oscar Furtado de Azambuja, conforme figura a seguir:

⁴⁷ Entrevista gravada, cedida em 04/12/2014.

Figura 32 – Capa do programa do Recital de “Ballet” da Escola de Jaguarão.



Fonte: acervo do IHGJ

Em artigo no Jornal A Folha, de 10 de setembro de 1993, Cléo Severino relata que houve muitos grupos de teatro em Jaguarão ao longo do século XX, além de vários grupos que visitaram a cidade:

Em 1955 iniciamos um movimento de teatro em Jaguarão, com o grupo cênico Pedro Bloch, que por nove anos consecutivos levou uma peça anual (e parte variada), sempre com um reprise e, às vezes, dois. Depois esporadicamente, fomos mantendo a tradição, chegando a levar espetáculos nas vizinhas cidades de Rio Branco, Arroio Grande e Herval (SEVERINO, in A FOLHA, 1993).

A partir de 1957 começa uma nova fase da história do Teatro Esperança quando muda o controle acionário do mesmo, período que será abordado a seguir.

2.4.3 Da Quarta Associação

O estatuto da Associação Teatro Esperança S.A., constituída em 1929, determinava que sua duração fosse de trinta anos. Em 1957, dois anos antes de

fechar o período, é constituída a Sociedade Imobiliária e Comercial de Jaguarão Limitada (SOJAL), da qual faziam parte alguns acionistas majoritários da Associação do Teatro Esperança. A partir deste período, percebe-se que o comando do Teatro Esperança passa a ser exercido pela SOJAL. Na documentação⁴⁸ desta entidade, dentro do acesso que foi possível, pode-se observar que dez acionistas do Teatro Esperança S.A. foram também acionistas fundadores da SOJAL e detinham 52,8% das ações do teatro em 1956. Mas, na constituição da SOJAL, em 1º de abril de 1957, estes já detinham 67,7%, as quais colocaram na constituição do Capital Social da SOJAL, ou seja, esta passou a assumir o controle acionário da antiga Associação.

Em entrevistas realizadas com pessoas que tiveram alguma relação com a SOJAL, foram lembradas algumas memórias deste período, porém não foi obtido informação precisa em como a SOJAL passou a administrar de direito o Teatro, onde apenas se resumiram a dizer que de fato, a SOJAL é quem mandava, já no final da década de 1950.⁴⁹

A SOJAL se diferenciava da associação anterior pela razão social, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada e não mais uma Sociedade Anônima e agora com duração ilimitada. Também, o objeto se modificava sendo sua finalidade agora estritamente comercial: “a construção, compra, venda e locação de imóveis, assim como a exploração comercial de cinematografia - filmes revelados, cafés, bares, restaurantes, hotéis [...]” (SOJAL,1958).

Em registro do jornal A Folha, de 02 de maio de 1959, encontra-se a nota endereçada ao Sr. Anísio Resem, proprietário daquele jornal, anunciando a realização da Assembléia do Teatro Esperança S.A. e apresentando a nova diretoria para o período de 1959/1960. Como Diretor Presidente ficou o Sr. Odilo Marques Gonçalves e vice o Dr. Carlos Gonçalves da Silva, os quais estavam entre os mais fortes acionistas da SOJAL. Após este período, não foi achado documentação, até o momento, que abordasse a formal extinção da entidade Teatro Esperança S.A. a acontecer no ano de 1960, conforme Estatuto. Sabe-se apenas que sua direção

⁴⁸ Contrato por Instrumento Particular de Sociedade por quotas de responsabilidade limitada da SOJAL (1957) e Relação de acionistas do Teatro Esperança S.A. (1956).

⁴⁹ Entrevistas com o Senhores Fernando Claudio Teixeira e Luiz Carlos Carvalho Perez, gravadas em 04/11/2014 e 27/04/2015 respectivamente.

passou para a Sociedade Imobiliária e Comercial de Jaguarão, ficando assim até o ano de 1997, momento em que se deu a municipalização do Teatro Esperança.

Esta entidade vai explorar inicialmente o cinema, até inaugurar o Cine Regente, fechando neste momento a atividade cinematográfica no teatro, que por sua vez, significou também o seu fechamento enquanto espaço cultural com atividades quase cotidianas. O Teatro acaba ficando a maior parte do tempo fechado, ao longo das próximas cinco décadas, abrindo esporadicamente para abrigar atividades artísticas promovidas por entidades, escolas e particulares. Eventualmente, também era utilizado para palestras, seminários e até comícios políticos. Ainda na primeira metade dos anos noventa, chegou a ser usado como templo religioso aos finais de semana.

2.4.3.1 Dos usos e desusos na segunda década do século XX

A SOJAL, embora não tenha demonstrado interesse em administrar comercialmente o Teatro Esperança, o cedia para atividades escolares, ou de interesse do município, bem como o locava para atividades comerciais ou outros fins. Porém, estas atividades eram esporádicas e, com a falta de uso na maior parte do tempo, o tornaram cada vez mais deteriorado. Eventualmente, eram feitas reformas na fachada da frente, envolvendo basicamente a pintura.

Entre as décadas de 1960 e 1970, aconteceram alguns festivais de música promovidos por pessoas da comunidade, entre elas Nelson Del Pino e José Airton Silveira dos Santos, este último, músico e atuante destes festivais. Segundo José Airton⁵⁰, o primeiro destes festivais foi realizado em 1965 e suas edições se estenderam até aproximadamente 1972, ressaltando que não tinha relação com os da década de 1950, realizados pela Rádio Cultura. A ideia do festival partiu de um grupo de amantes da música, além de haver participação de muitos músicos de fora, sendo que da cidade de Montenegro sempre vinham representantes. Outro entrevistado, Carlos Cardoso, também comentou sobre estes festivais realizados na década de 1970.

⁵⁰ José Airton concedeu uma entrevista em 03 de novembro de 2015, relatando suas memórias destes eventos.

Figura 33 – Foto 01 Plateia no Teatro Esperança em Festival no ano de 1970.
Foto 02 Show da Banda The Black Mouse (de José Airton) no Festival em 1972.



Fonte: Acervo de José Airton Silveira dos Santos.

Em relação à arte teatral, na segunda metade do século XX, floresceram, na cidade, alguns Grupos de Teatro que promoveram esta arte e eventualmente se apresentavam nos palcos, mais especificamente no Teatro do Círculo Operário e no Teatro Esperança. Entre estes grupos, cita-se aqui o Grupo de Teatro André Raffo, dirigido por Alveo Teixeira, em 1948, o Corpo Cênico do Clube Caixeiral, na década de 1950, O Grupo Cênico Pedro Bloch, dirigido pelo professor Cléo dos Santos Severino, no Círculo Operário em 1956, e o Grupo Cênico Contranestesia da Sociedade Independente Cultural (SIC), fundado em 1990 (DUARTE, 1994, pp. 82-85).

Este último, o Contranestesia, contou com a participação deste autor e tinha seus ensaios todos os sábados à tarde no Teatro Esperança. O espaço era cedido pela SOJAL, e o grupo apresentou os seguintes trabalhos: O Duende dos Cabelos de Fogo, Nuestra América, Rimas, Tudo no Divã e Dois personagens à procura de um leitor. Manteve-se até 1996 quando seu diretor, Arnaldo D'Ávila, passou a residir em São Paulo, e o grupo acabou sendo desativado.

Em 1989, numa iniciativa do Núcleo Cultural de Jaguarão, núcleo criado pelo Governo do Estado, liderado pelo Sr. Danilo Brum em parceria com a Prefeitura Municipal, foi realizado no Teatro Esperança o 3º Festival Gaúcho de Teatro Amador, fase regional. Na ocasião, aconteceu uma apresentação festiva de um grupo de teatro liderado pelo professor Cléo dos Santos Severino, já falecido, juntando antigos atores da cidade. Na próxima foto, pode-se observar no centro,

vestido com bombacha e lenço, o Prof. Cléo Severino e abaixo, à direita, uma mesa que serviu de “ponto”, recurso antigamente usado, também chamada de “capela”. Uma história contada quase como anedota é que, na época, alguns atores, de fora da cidade, que apreciaram a peça comentaram da importância de terem mostrado como era o chamado e já obsoleto “ponto”, o que prontamente teria sido respondido pelo professor: “- Isto não é para lembrar, de fato sempre usamos, é uma ferramenta importante”, terminando a conversa.

Figura 34 – Apresentação no Teatro Esperança (1989)



Arquivo: Acervo de Janaina Brum

Figura 35 – Passeata de chamamento para o 3º Festival de Teatro Amador (1989)



Arquivo: Acervo de Janaina Brum

A cidade ainda presenciou mais algumas edições deste festival no Teatro Esperança, acontecendo pela última vez em 1994, numa articulação de duas entidades, a Sociedade Independente Cultural (SIC) e a Câmara Junior de Jaguarão (CAJUJA), uma vez que não houve mais interesse da municipalidade em promover tal evento. Neste festival, a peça “Nuestra América”, do Grupo Cênico Contranestesia, de Jaguarão, sagra-se campeã desta regional.

Figura 36 – Programação do 5º Festival Gaúcho de Teatro Amador (1993)

PROGRAMAÇÃO		DIA 11/09	SABADO
DIA 09/09/93	QUINTA FEIRA	10:00 hrs.	Usina de Teatro - Pelotas Peça: "Idade do Zonho" Direção: Clóvis Verones
20:00 hrs.	Abertura Grupo Cênico CONTRANESTESIA - Jaguarão. Peça: "O Duende dos Cabelos de -Fogo" Direção: O Grupo Coordenação: Alencar Porto	14:00 hrs.	Companhia Z de Teatro Peça: "Saltimbancos" Direção: Nilo Correa
DIA 10/09	SEXTA FEIRA	20:00 hrs.	Grupo Teatro "A Tua Ação" - Pelotas Peça: "Entre Cuatro Paredes" Direção: Marta Garcia
10:00 hrs.	Grupo de Tetro RECRIART - Arroio Grande Peça: "Casamento de Dona Baratinha" Direção: Coletivo.	DIA 12/09	DOMINGO
14:00 hrs.	Grupo Cênico de Teatro Municipal de R. Grande Peça: "A Magia de Plós" Direção: Clarice Ziegielmann	10:00 Hrs.	Grupo Cênico "Ato e Cenas" - Pelotas Peça: "Sapo Vira Rey Vira Sapo" Direção: Eduardo Martarredonda
18:00 hrs.	Teatro de Rua - Núcleo de Teatro Popular - Pelotas. Peça: "Nênio do Neófeto Mertívoro". Direção: Coletivo	14:00 hrs.	Grupo Cênico Pedacos de Vida - Sta. V. do Palmar. Peça: "Triângulo Escaleno" Direção: Coletivo
20:00 hrs.	Grupo "Balaio de Gatos" - Camaquã Peça: "Rádio Jesús" Direção: Sergio Favares	19:00 hrs.	Teatro Escola "Gato Azul Menino Não" Peça: "Pequenos Direitos" Direção: Mario Augusto Pool
		20:00 hrs.	Grupo de Dança "Pó Pelotense" Peça: "Tem Alguem Ai?" Direção: Beka Kanaan
		21:00 hrs.	Encerramento.

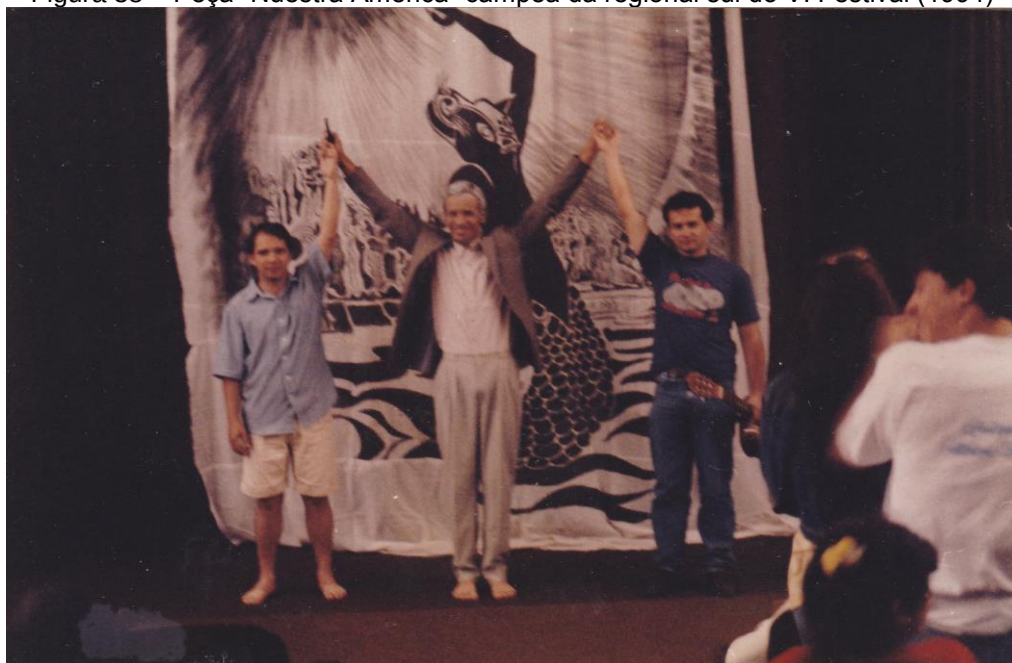
Arquivo: Acervo do autor

Figura 37 – Peça “Duende dos Cabelos de Foto”. (1993)



Fonte: Acervo de Maria de Lourdes Ribeiro

Figura 38 – Peça “Nuestra América” campeã da regional sul do VI Festival (1994)⁵¹

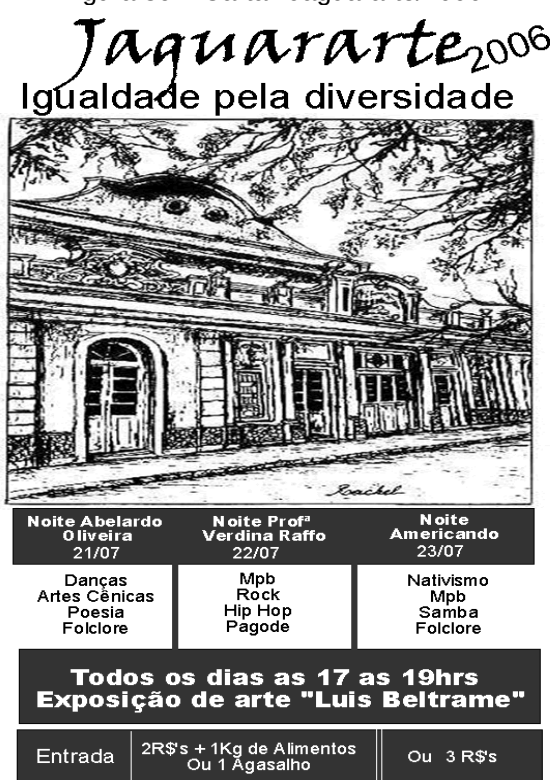


Fonte: Acervo de Arnaldo D'Ávila

Em 1992, a SIC começa a promover o Projeto Jaguararte, que buscava abrir o Teatro Esperança por alguns dias, fazendo mostras de música, dança, artes cênicas, exposição de arte, tudo num só evento. Este projeto buscava sensibilizar a comunidade para com o espaço do Teatro, acontecendo em 1992 e 1993, tendo sofrido uma pausa, mas retomado com força em 2005 e se estendendo até 2009, quando o teatro é fechado para a restauração.

⁵¹ Foto em apresentação no Teatro da FURG (Rio Grande - RS). Atores: Carlos José Maninho, Arnaldo D'Ávila e Sandro Chagas (músico).

Figura 39 – Cartaz Jaguararte/2006



Fonte: Acervo do autor

Figura 40 – Jaguararte 2009. Foto 01: apresentação de Dança folclórica. Foto 02: movimentação na frente do Teatro.



Fonte: Arquivo do autor

Em relação aos desusos, ou dito de outra forma, usos muito diferentes dos objetivos de um Teatro, destaca-se que um deles aconteceu na primeira parte da década de 1990 quando o Teatro chegou a ser usado como espaço religioso, aos finais de semana, pela Igreja evangélica Santa Missão, que o havia locado para tal prática. Mesmo com o tombamento estadual efetivado em 1990, este tipo de uso, associado com a falta de interesse da Sociedade proprietária com a exploração do teatro e a péssima manutenção do mesmo, preocupou os seguimentos ligados ao

setor cultural, uma vez que muitos teatros e cinemas de outras cidades haviam se transformado em templos religiosos e estacionamentos. Deste último, havia rumores sobre uma proposta na SOJAL de virar um estacionamento, no início da década de 1980, porém, não achamos documentação a respeito, no entanto o assunto é citado pelo Prof. Carlos Jorge Appel, em entrevista no evento “Encontros com o professor”, com Ruy Carlos Ostermann, momento em que ele retoma este fato, citando que “o Teatro Esperança em Jaguarão estava para ser transformado em garagem”⁵². Tanto esta preocupação quanto a virar um templo religioso foi afastada quando se realizou a municipalização do teatro, na segunda metade da década de 1990, assunto que será exposto no próximo tópico.

Foi a partir da década de 1980 que começam a emergir discussões sobre o patrimônio histórico de Jaguarão, provocando as primeiras políticas públicas, propriamente ditas, com a preocupação de preservação deste patrimônio. Este contexto, que começa nesta década e se estende até a primeira do século XXI, é o que será abordado a seguir.

2.4.4 As últimas décadas do século XX e as políticas públicas para o Patrimônio

As primeiras discussões em relação às políticas públicas para o patrimônio remetem ao início dos anos 80, conturbado período político-econômico, últimos anos da ditadura militar. Não se pode dizer o mesmo com relação ao debate das políticas patrimoniais, pois o Brasil sofre a influência dos debates sobre o Patrimônio oriundos da Europa, especialmente a Convenção da ONU em 1972 – para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural – e do ano europeu do patrimônio, em 1975, conforme foi apresentado em 1.2.2, no capítulo anterior.

Dessa forma, dentro do contexto nacional na década de 1970, os debates fomentados pela sociedade civil, em Jaguarão, gestaram projetos que resultaram no levantamento arquitetônico dos prédios da cidade, na forma de inventário, com vistas à preservação do patrimônio. O projeto considerado “pioneiro”, desenvolvido

⁵² Encontros com o Professor tem o formato de um talk-show, no qual Ruy Carlos Ostermann recebe semanalmente um expoente da cultura brasileira para uma conversa informal com a participação do público. A entrevista com Carlos Jorge Appel foi realizada em 25/09/2008 e pode ser acessada no link: http://www.encontroscomoprofessor.com.br/podcast_det.php?podcastID=79

no começo dos anos 80, denominado Jaguar⁵³, englobou diversas ações além do inventário, como a utilização de espaços culturais, como o Teatro Esperança, e a valorização das ruínas da Enfermaria Militar. Na “Ficha Técnica da Proposição – Estudo Preliminar” do Projeto Jaguar, entre os objetivos encontra-se “[...] estabelecer a memória comunitária”, apresentando, na alínea “a”, o seguinte texto: “ativar o Theatro Esperança, primeiro teatro politeama do estado, com apresentações periódicas de espetáculos” (PROJETO JAGUAR, 1983).

Em setembro de 1983, a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Pelotas firmaram um convênio:

Com base em tais premissas, a pró-reitora de Extensão através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade resolveu instituir programa, objetivando a recuperação das ruínas da enfermaria militar, a começar pelo levantamento físico, histórico e fotográfico, seguido da limpeza do terreno, implantação de placa de identificação do projeto, análise e diagnóstico e estudo de viabilidade (JONAL DA UFPel, 1987, p 15).

Este convênio tinha por finalidade o desenvolvimento de um programa de cooperação técnico-cultural-científica e de extensão, na cidade de Jaguarão, através de projetos específicos e que foi novamente acordado em 1987.

2.4.4.1 O Teatro Esperança no contexto das políticas públicas

O Teatro Esperança começa a ser pensado como um Patrimônio a ser revitalizado e restaurado, efetivamente, com o Projeto Jaguar, lembrado em entrevistas, como a do Sr. Carlos Cardoso⁵⁴. A sua situação de quase abandono, no começo dos anos 1980, levou a uma matéria no jornal Correio do Povo, com o seguinte título: "Jaguarão perde, aos poucos, seu Teatro Esperança. A Crescente deterioração do prédio, um dos mais bonitos do País, abre novo vazio na atividade cultural do Rio Grande do Sul" (JORNAL CORREIO DO POVO, 24-04-1983, p. 44).

⁵³ A primeira ação referente à preservação do patrimônio cultural de Jaguarão, mapeada neste trabalho, é o Projeto Jaguar, de 1982. A ideia surgiu quando dois moradores de Jaguarão, Jorge Garcia e Valdo Nunes, estudavam arquitetura na Faculdade Ritter dos Reis, em Porto Alegre. Durante as discussões na disciplina de arquitetura Brasileira, ministrada na época pelo professor Nestor Torelli Martins, os dois alunos perceberam que Jaguarão tinha uma arquitetura representativa (ZORZI, 2012, p. 62. IN: BÔAS; COSTA, Cadernos Jaguarenses, v. 5, 2013).

⁵⁴ Entrevista realizada em 20/01/2015.

Nesta matéria, é abordada a precária situação do prédio, apresentando um histórico do mesmo, e também é exposta a visão da proprietária na época, SOJAL, além da visão da Prefeitura. Esta discussão, levantada num jornal de circulação estadual, se deu, possivelmente, por conta da movimentação e dos “ecos” do Projeto Jaguar. Vejamos a seguir alguns trechos desta reportagem:

[...] O prefeito de Jaguarão, Aldo Rosa, diz que o “Teatro Esperança se constitui numa obra de alto valor para a cidade. É lamentável que esteja nesta situação. Com alguns contatos, se poderia conseguir recursos junto ao MEC e outros órgãos, visando a sua restauração. No ano passado, chegou a ser proposto um acordo de comodato entre a Prefeitura Municipal e a Sojal. No entanto, os acionistas não aceitaram. Pelo acordo, toda a manutenção ficaria por conta da municipalidade que passaria a utilizar o teatro, “para estimular a arte teatral em Jaguarão” como diz Aldo Rosa (CORREIO DO POVO, 1983, p. 45).

Percebe-se que não havia um consenso entre os acionistas quanto a um convênio com o município, e como o então prefeito Sr. Aldo Rosa era acionista da SOJAL, pode-se deduzir que seu posicionamento dentro da mesma era em defesa da proposta do comodato.

Outra matéria, também em jornal estadual, esta mais específica sobre a Vigília da Enfermaria, em 1984, no Jornal "Folha da Tarde", teve como chamamento: "Um dia de vigília em busca da preservação, em Jaguarão" (JORNAL FOLHA DA TARDE, 28-02-1984, p. 30)⁵⁵.

Figura 41 – Grupo Americanando após apresentação no Teatro Esperança, no Projeto Jaguar (1983).



Fonte: <http://helioramirez.blogspot.com.br/>
Acessado: 21/10/2015

⁵⁵ Folha da Tarde pertencia a Companhia Jornalística Caldas Júnior de Porto Alegre, circulou de 1936 até junho de 1984.

Nesta longa caminhada, os primeiros registros de uma preocupação com o Patrimônio histórico e arquitetônico da cidade se deram neste período e contaram com mobilizações e movimentos da sociedade civil chamando a atenção para a necessidade de revitalização de seus prédios, espaços públicos e locais de interesse cultural. Ainda em 1978, o plano diretor existente, “dentro da ideologia racional-funcionalista, que priorizava a concentração urbana na área central da cidade” (OLIVEIRA; SEIBT, 2005, p. 14), previa a preservação da paisagem urbana local, porém se resumia ao entorno da Praça Dr. Alcides Marques, por ser o núcleo inicial da cidade, desconsiderando outras áreas representantes de outros períodos históricos (Ibid., p. 14).

Assim, começa a se constituir a proposta de revitalização de Jaguarão, a qual surge através de ações não governamentais, como o Projeto Jaguar, no ano de 1982, o que irá influenciar muitas pessoas e entidades da comunidade nos anos que se seguiram. Após a primeira eleição depois da Ditadura (1985), o prefeito eleito, Fernando Correa Ribas, entusiasmado com a movimentação deste projeto, institucionaliza algumas atividades e começa a organizar a revitalização das Ruínas da Enfermaria, fato que acarreta na criação de um parque no local. Com a morte deste prefeito, em um acidente automobilístico, o parque acabou levando seu nome. Porém, na década de 1990, as novas gestões acabam gerando um novo e forte abandono deste local.

Em 1987, é celebrado um novo convênio entre Prefeitura e UFPel, que leva ao posterior surgimento do PRIJ – Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (1992)⁵⁶. Ainda, como consequência desta movimentação, surge, em 1987, a SIC – Sociedade Independente Cultural, com forte influência do Projeto Jaguar e que vai protagonizar algumas atividades importantes na área cultural, em especial o Projeto Jaguararte no Teatro Esperança.

2.4.4.2 Do tombamento estadual

Antes de discorrer sobre o tombamento estadual, importante entender como é este procedimento. De acordo com o IPHAN, o processo de tombamento começa

⁵⁶ Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão. Oliveira, Ana Lucia Costa & Seibt, Maurício Borges. Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.

com uma avaliação técnica preliminar, depois é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Caso seja aprovada a intenção de proteger um determinado bem, seja cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. Essa notificação significa que o bem já se encontra sob proteção legal até que chegue a decisão final, depois de o processo ser devidamente instruído, ter a aprovação do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a homologação ministerial publicada no Diário Oficial. O processo finalmente termina com a inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários. Esse processo pode ocorrer tanto para o patrimônio material, quanto para o imaterial (SITE IPHAN). Em nível de estados da federação, as legislações estaduais buscam adequar-se a legislação federal.

Em 1990, a cidade teve quatro prédios tombados pelo IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado: o Teatro Esperança, as Ruínas da Enfermaria Militar, o Mercado Público e a Casa de Cultura. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Portaria nº 06/1990, considerando a necessidade de preservar o Patrimônio Cultural do Estado, resolve:

[...] tombar o prédio do Teatro Politeama localizado na Av. 27 de Janeiro, no centro da cidade de Jaguarão. Ficando resguardado o entorno de acordo com as características de localização do bem tombado. Prédio de propriedade de SOJAL – Sociedade de Comércio Imobiliário de Jaguarão LTDA. Nos termos do Art.1º da Lei Estadual Nº 7231, de 18 de dezembro de 1978, combinado com o Decreto-Lei Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937. [...] (Porto Alegre, 05 de julho de 1990).

A partir do tombamento, fruto de toda uma movimentação anterior, em 14 de novembro de 1990, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprova, através do Decreto Legislativo nº 6.175, um Convênio entre o Estado, através do Conselho de Desenvolvimento Cultural – CODEC, e o município de Jaguarão, visando a restauração do Teatro Esperança. Pelo convênio, o Estado repassa para o município um determinado valor e aquele deverá realizar as obras de restauração do Teatro, prestando contas ao CODEC da aplicação dos recursos. No entanto, não foi identificado na documentação estudada se esta verba foi mesmo depositada e se houve alguma reforma no período entre 1990 a 1995. As intervenções das quais se teve conhecimento reportam ao ano de 1998, um ano após a municipalização.

2.4.4.3 Da municipalização do teatro

Até o ano de 1997, no qual se processou a municipalização,⁵⁷ o teatro continuou na situação em que se encontrava em 1990. No entanto, em 03 de julho de 1995, um laudo técnico⁵⁸ assinado pelo Engenheiro Civil Dionísio Becker Colvara, de parte da Prefeitura Municipal, chega a concluir que o Teatro se apresentava em condições de uso, conforme é possível observar:

[...] O prédio se encontra em boas condições estruturais, sendo possível o seu uso imediato, apenas a galeria não deve ser utilizada, para tanto, recomendamos ser executado de imediato o retelho e o novo quadro elétrico no palco com maior potência (GABINETE DO PREFEITO, 1995).

O IPHAE solicitou nova avaliação do mesmo em 07 de agosto de 1997⁵⁹, chamando a atenção para a necessidade de obras emergenciais para recuperação do telhado do Teatro Esperança, preocupação já levantada pelo laudo acima. Isto demonstra o que já era visualizado pelos poucos usuários do teatro, ou seja, uma situação preocupante, uma vez que havia várias goteiras danificando inclusive a pintura do teto.

A Secretaria de Planejamento e Obras solicita, então, à Prefeitura Municipal, a contratação de um novo arquiteto para somar-se à equipe e ajudar em um Projeto de Restauração do Teatro, conforme ofício SPO nº 047 de 12 de agosto de 1997, o que foi acatado pelo prefeito à época. A partir daí, foi elaborado o projeto e buscado uma parceria com a Sociedade Civil a fim de angariar verbas para a execução.

Em 14 de abril de 1997, ocorreu uma reunião, intermediada pelo IHGJ, com a Prefeitura Municipal e a SOJAL, proprietária do teatro. Esta intermediação foi solicitada pelo prefeito, conforme Ata nº 551 do Instituto, datada de 31 de março do mesmo ano. Na reunião, o Instituto apresentou a pretensão da municipalidade e manifestou-se que a solução para a situação do teatro “passa pela transferência de sua propriedade à municipalidade local, como quem, de fato e de direito, pode buscar os recursos financeiros e humanos para sua remodelação” (ATA 552, IHGJ, 14/04/1997). A reunião contou, além dos membros do IHGJ, presidido pelo Sr. José Domingos Caetano, com o prefeito municipal Sr. Vitor Hugo Marques Rosa e com o

⁵⁷ A desapropriação só foi escriturada em 22/08/2001, conforme Escritura nº 18.337, ATO nº 034. Desapropriação Sojal/Prefeitura, da área total 1.223,57 metros quadrados do Teatro Esperança (matrícula nº 14.070).

⁵⁸ Gabinete do Prefeito, PMJ, Laudo Técnico do Teatro Esperança, de 03/07/1995.

⁵⁹ Of.01 CT IPHAE E Of.02 CT IPHAE, 07/08/1997.

presidente da SOJAL, Sr. Aldo Francisco Rosa. Desta ficou agendada outra reunião para o próximo dia 15 de abril, e a partir daí foi definindo-se a municipalização de forma amigável entre Município e SOJAL. O acordo judicial foi homologado pelo juiz, em 16 de dezembro de 1997, pagando o município o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme Claudio Rota Rodrigues, confrade do IHGJ (ATA 711, IHGJ, 18/06/2012).

Em 02 de julho de 1997, a Prefeitura Municipal nomeia a Comissão Pró-restauração do Teatro Esperança, através do Decreto nº 193/1997, e, em 06 de julho, do mesmo ano, aconteceu um ato festivo no Teatro Esperança, simbolizando a sua municipalização, com a assinatura do Decreto-Lei, conforme cronograma do evento (PMJ/SME, 06/07/1997), sendo distribuído um *folder* ressaltando também os cem anos do Teatro⁶⁰, com o seguinte chamamento: “a chama da esperança convida você a participar”. Neste material, além do histórico e do chamamento da comunidade para se integrar às atividades, salienta sobre a situação do prédio descrevendo que esta casa de espetáculos se encontrava “fechada e só raramente utilizada” apresentando “um triste aspecto de deterioração interna. Uma nota triste no panorama histórico artístico da cidade” (FOLDER, 1997).

Figura 42 – Frente do *folder* distribuído em 1997 por ocasião da municipalização.



Fonte: arquivo do autor.

⁶⁰ A inauguração do teatro aconteceu de fato em 1898 e não em 1897, como já foi abordado neste capítulo.

2.4.5 Das tentativas de restauro e da restauração frustrada

Ainda em 1989, o Núcleo Cultural Jaguareense⁶¹ buscou fazer um projeto para a restauração do Teatro Esperança, sendo que no IHGJ encontra-se o Memorial Descritivo além de plantas do projeto. No entanto, a ideia não foi adiante por falta de recursos para o empreendimento. Somente após o tombamento municipal é que começou a tomar corpo uma possibilidade mais real de um restauro no teatro.

Foi citado anteriormente o convênio entre o Governo do Estado e o Município, no ano de 1990, através do Decreto Legislativo nº 6.175, porém, somente em 16 de abril de 1998, é que foi aprovado um Projeto de Recuperação da Cobertura do Teatro Esperança através da LIC/SEDAC, projeto nº 73/98, sendo o Produtor Cultural a Sociedade Joaquim Caetano da Silva, e a Cooperativa Extremo Sul apresentou-se como patrocinadora.

O Projeto de Restauração foi executado através da Prefeitura Municipal de Jaguarão, pelas arquitetas Marúcie Ludwig Nieto e Daniele Pedroza. Os recursos, para a execução da obra, viriam através da Lei de Incentivo à Cultura, que, como visto, fora aprovado em 1998 e já conseguido um patrocinador. Este projeto visava recuperar a cobertura e o forro do prédio buscando cessar a deterioração interna, para, numa segunda etapa, buscar a recuperação do piso e da funcionalidade do prédio. O valor solicitado para recuperação da cobertura foi de R\$ 74.058,91 (setenta e quatro mil, cinquenta e oito reais com noventa e um centavo), e foi aprovado na LIC o valor de R\$ 85.167,74 (oitenta e cinco mil, cento e sessenta e sete reais com setenta e quatro centavos), sendo captado R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). O período definido para a execução foi entre novembro de 1997 a novembro de 2001, conforme documentação analisada.

Para completar a verba necessária, em 02 de julho de 1998 o Estado do Rio Grande do Sul e o município de Jaguarão formalizam um novo convênio, tendo como objeto “a reforma do telhado do Teatro Politeama Esperança”, cabendo ao Estado repassar ao município “a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) destinada ao custeio da realização da obra” (CONVÊNIO, Estado do RS e Município de Jaguarão, 1998).

Para a segunda etapa, foi elaborado novo projeto assinado pelas arquitetas, já citadas, chegando ao valor de R\$ 909.870,31 (novecentos e nove mil e oitocentos

⁶¹ Núcleos criados pelo Governo do Estado, à época, já citado neste trabalho.

e setenta reais com trinta e um centavos). Este projeto foi encaminhado à Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, para ser enquadrado na Lei de Incentivo à Cultura. No entanto, analisando os seguintes documentos: ofício nº 760/99-LIC/SEDAC e Info IPHAE 52/99, percebe-se que houve novas instruções para elaboração de projetos. Em documento próprio, a SEDAC esclarece que “o material enviado não está de acordo com a metodologia de projetos de restauração [...], não possibilitando ao IPHAE condições de análise da proposta” (INFO IPHAE 52/99).

A partir de 2000 começam a aparecer divergências nas análises do IPHAE com os procedimentos feitos pelo município. É apresentado pelo município, no Ministério da Cultura, um projeto de restauro e conforme o Memo IPHAE nº 47, de 10/04/2002, este projeto, que consta no Processo MINC-01400.007993/2001-90, PRONAC Nº 013251, tem as medidas do lote em desacordo com o documento oficial do tombamento estadual. Tal situação se deu em função de uma alteração de registro, em que um lote lateral, parte do lote total, foi desmembrado, conforme acordo com a SOJAL. Esta primeira divergência foi esclarecida pelo município, através do envio dos registros de escritura do Cartório de Registros⁶². No entanto, este problema se estendeu até recentemente, pois, para aprovação do Projeto de Restauração, o IPHAE e o IPHAN entendiam que deveria constar todo o lote original que estava tombado.

Em vistoria às obras de recuperação da cobertura do Teatro, o IPHAE, constatando irregularidades, solicitou a suspensão dos trabalhos. Estas irregularidades foram arroladas também no Info. IPHAE Nº 106, de 03 de setembro de 2003. No Info. IPHAE Nº 179/03 o Instituto faz um memorial descritivo da situação do Teatro, no que tange ao processo de restauração, a pedido da diretora da Casa de Cultura de Jaguarão:⁶³

Atendendo solicitação verbal sobre a situação do Teatro Politeama Esperança de Jaguarão, temos a informar:
- Em 25 de maio de 1988 [...] o prefeito de Jaguarão solicita ao Secretário de Cultura Substituto convênio com a Secretaria para recuperação da cobertura do Teatro. [...].

⁶² Registro de Imóveis de Jaguarão, Matrícula 12.076. Desmembramento em duas matrículas sob nºs 14.070 e 14.071. O prédio do Teatro, pela Avenida 27 de Janeiro ficou com a matrícula 14.070, propriedade do município e o prédio pela Rua Barbosa Neto ficou com a matrícula 12.071 e com a propriedade da SOJAL.

⁶³ O documento completo se encontra nos anexos.

- Em 02 de julho de 1998 foi assinado termo de convênio[...]. Através do Memo Nº 55/98, de 30/11/98, o Arquiteto Regis Thalheimer relata ao Diretor Geral da SEDAC que: **recursos do convênio foram utilizados pelo titular a revelia de todas as orientações deste técnico e do decorrente projeto apresentado à LiC...** O arquiteto conclui pelo embargo da obra... para resguardo contra maiores prejuízos ao nosso bem tombado.
- Em 10/02/99 o Arq. Regis Thalheimer relata através da Inf. IPAHE nº 08/99 as várias situações de desconformidade com as obras executadas [...]
- Em 10 de abril de 2000, através da Inf. IPAHE nº11/00 a Arq. Mirian Sartori Rodrigues após vistoria realizada, relata a situação encontrada e a desconformidade das obras com as técnicas corretas de restauro. [...]
- Através da Info. IPAHE nº 35/2001 encaminhado a Sra. Silvia Cappelli, Procuradora de Justiça, a arquiteta Mirian Sartori Rodrigues relata ao Ministério Público a situação encontrada até o momento.
- Em 13 de agosto de 2001 foi realizada reunião com o Promotor André Dal Molim Flores e os arquitetos Roberto e Mirian sobre as irregularidades encontradas [...].
- Através do Ofício 259/02 de 23 de julho de 2002, o Promotor André Dal Molim Flores encaminha à Direção do IPAHE cópias das ações públicas ajuizadas. [...]
- Em outubro de 2003, o Arq. Roberto Sawitzki reuniu-se em Jaguarão com o Assessor Jurídico da Prefeitura, a Secretária Lucinha, a arq. Maruci, o Eng. Sérgio, o Engenheiro responsável pelas obras e representantes da Defender visando definir os passos seguintes a serem tomados para a conclusão das obras da cobertura do teatro. Ficou acertado que a Prefeitura Municipal enviaria ao IPAHE a opção para a conclusão das obras (se o prosseguimento, sanando as deficiências que a mesma apresenta ou então a suspensão das mesmas apresentando cronograma para a finalização da mesma); Arq. Roberto Luiz Sawitzki (INFO. IPAHE Nº179/2003, grifo nosso).

De acordo com este documento, e outros memorandos e ofícios realizados neste período, entre IPAHE e PMJ, podemos inferir que houve um acompanhamento das obras pelo IPAHE onde as divergências com os procedimentos da execução foram comunicadas, as quais não foram supridas pelo município; por outro lado o fato deste não ter conseguido cumprir com as normativas da execução da obra, se deu também por falta de quadros especializados em relação ao patrimônio edificado. Compreende-se as dificuldades dos pequenos municípios para manter preservado seu patrimônio histórico, porém a história mostra que, mesmo com poucos recursos, há exemplos de melhores resultados em que a própria experiência atual de restauro do Teatro Esperança demonstra esta possibilidade.

Corroborando o que foi colocado, a empresa contratada, SM Engenharia & Agronomia, tinha um bom histórico em construções, porém sem histórico em restaurações, do que se pode inferir com base no ofício da própria empresa à

prefeitura, protocolado em 22 de dezembro de 2003, em resposta as considerações expostas no OF. IPHAE 476/2003. Em fevereiro de 1999, aconteceu o embargo da Obra de Recuperação da Cobertura, não executado conforme IPHAE e, em 23 de outubro de 2003, o Ministério Público, através do Promotor André Dal Molim Flores, ajuíza uma Ação Civil Pública contra o Município de Jaguarão, baseado nas condutas atentatórias ao patrimônio histórico e artístico estadual.

Após a Ação Civil Pública, proc. nº 055/1.03.000151-1, verificou-se que ocorreu uma reunião, no dia 09 de dezembro de 2003, em Jaguarão, entre o então Prefeito Henrique Hedmar Knorr Filho e mais alguns membros do corpo técnico municipal com a Arq. Debora da Costa e o Arq. Roberto Sawitzki, diretora e técnico do IPHAE, respectivamente (OF.IPHAE 476/03). A reunião serviu para uma nova rodada de negociação buscando a solução do problema, devendo a prefeitura e o IPHAE, a pedido do Ministério Público, redigir e enviar as orientações técnicas para a conclusão da obra. Em relação aos ajustes, a empresa contratada, em ofício de 22 de dezembro, já citado, expõe algumas reclamações, em relação a pedidos de informações, aos técnicos do IPHAE, que não haviam sido respondidas, apresenta os ajustes técnicos e financeiros a serem realizados, conforme solicitação do IPHAE e, ao final, salienta que “somente após a aprovação dos novos serviços a serem executados pelo IPHAE, é que poderemos, com acompanhamento técnico do IPHAE, recomeçar as obras” (OF. SM ENGENHARIA, 2003).

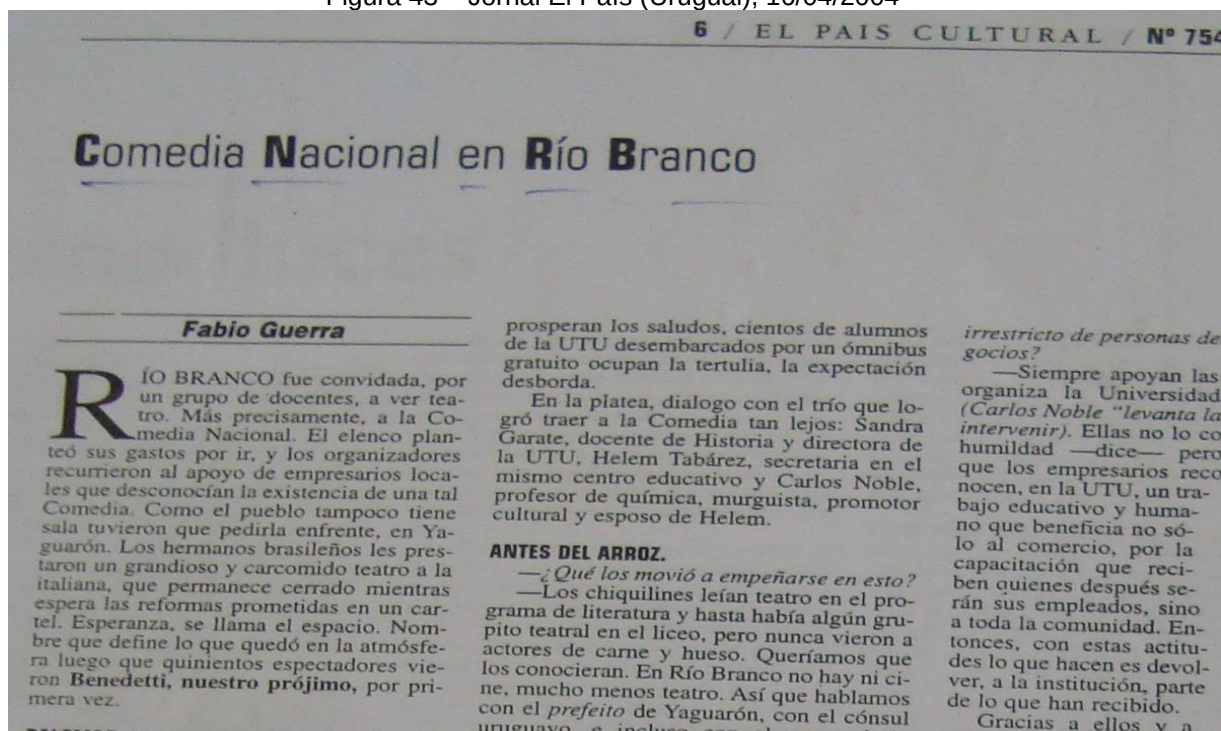
Dando sequência à questão da tentativa de restauro, em maio de 2004 é assinado um TAC – Termo de Ajuste de Conduta – entre Prefeitura, Governo do Estado e Ministério Público para tentar resolver o problema de regulamentação das obras de restauração do Teatro Esperança. Entre os ajustes destaca-se: contratar, num prazo de 30 (trinta) dias, um profissional habilitado para a realização de levantamento cadastral completo da edificação; entregar o projeto acima, no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data da assinatura do TAC.

Este procedimento levou o município a buscar ajuda mais especializada, sendo que, em 18 de abril de 2005, é publicada, pelo Prefeito Municipal, Henrique Knorr Filho, a Autorização para que o Arquiteto William Pavão Xavier, profissional com experiência na área de restauro, pudesse elaborar os Projetos de Restauração da Cobertura, Projeto de Restauração do Palco, dos Camarins e dos Passadiços do Palco do Teatro Esperança, bem como cadastrar junto ao Ministério da Cultura e Secretaria do Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, conforme Lei de Incentivo à

Cultura. Analisando a documentação, percebe-se que o Arquiteto se encarregou do trabalho sem ônus para o município, sendo remunerado pela própria Lei de Incentivo, caso o projeto fosse aprovado e conseguisse patrocínio para sua execução. O Projeto foi aprovado (DOU, 04/01/2010), mas até este ano não havia conseguido captação de recursos. Mas, antes disto, restou ao município a condenação por uma Cautelar Incidental, em 2007, fruto da Ação Civil Pública de 2002, a “no prazo de seis meses, proceder a restauração de todas as partes do prédio [...] danificadas em função das obras mal realizadas no telhado, nos moldes da recomendação do IPHAE, constante das fls. 106-11 dos autos” (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 23/10/2002). Porém, apenas em 2009 começam a acontecer avanços significativos para cumprimento desta determinação, que como é possível observar, não havia sido cumprida. Com a mudança de governo municipal, em 2009, o prefeito eleito Claudio Martins, ouvindo a Secretaria de Cultura e Turismo, também recentemente criada, resolve contratar diretamente o Projeto e buscar uma conversação mais próxima com o IPHAN.

Esta tentativa de restauro gerou muitas expectativas de parte da sociedade para com o retorno do Teatro, destarte os problemas que vinham se alastrando, observadas em reportagens e artigos de jornais, e que alcançavam também o lado uruguaio, como podemos ver na reportagem do Jornal El País, principal jornal uruguaio:

Figura 43 – Jornal El País (Uruguai), 16/04/2004



Fonte: IHGJ

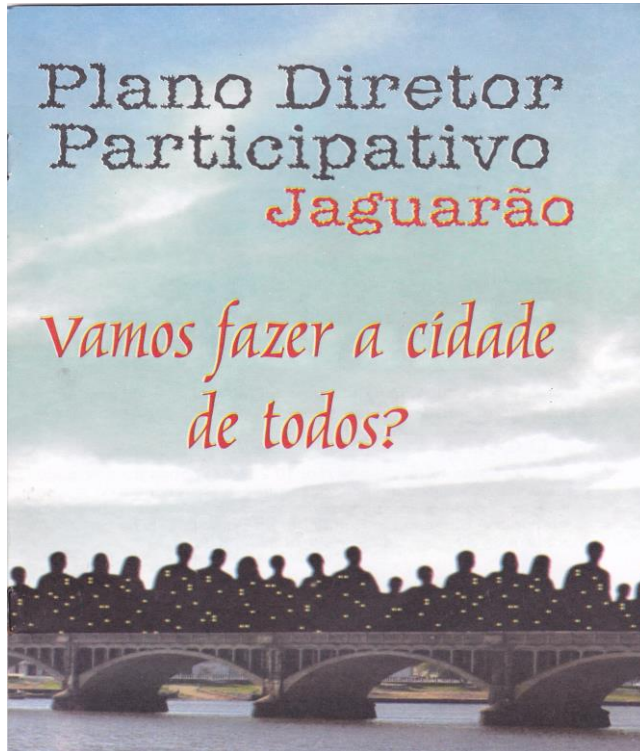
Ao final daquele processo de restauro sem êxito, o resultado acabou prejudicando ainda mais a harmonia do conjunto arquitetônico. De acordo com a análise dos dados apresentados, foi verificado que faltou ao município, fundamentalmente, um grupo técnico mais especializado, situação comum em pequenos municípios, e um acompanhamento mais cuidadoso e direto dos órgãos com a responsabilidade de tutela destes bens, justamente por tratar-se de municípios com carência de pessoal especializado.

2.4.6 Das discussões do novo Plano Diretor a criação da Secretaria de Cultura e Turismo e suas primeiras ações

Em 2001, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257) consagra as cidades sustentáveis, buscando assegurar, às presentes e futuras gerações, condições dignas de vida, de participação na gestão da cidade e de viver em cidades com qualidade de vida. Para se utilizarem deste Estatuto, os municípios com mais de 20 mil habitantes precisavam ter um Plano Diretor, com participação da comunidade na hora de fazer, votar e colocar o Plano Diretor em prática. Desta forma, o Poder Executivo Municipal, juntamente com o Poder Legislativo se empenham na elaboração deste

Plano. Realizou-se o I Encontro de Capacitação do Plano Diretor Participativo de Jaguarão, no dia 28 de junho de 2006. Após, aconteceu um calendário de reuniões entre o Comitê Gestor com lideranças comunitárias e entidades, levando à elaboração do atual Plano Diretor.

Figura 44 – Frente do caderno informativo distribuído à comunidade.



Fonte: arquivo do autor.

Entre as leis que fazem parte do PDPJ (Plano Diretor Participativo de Jaguarão), será destacado aqui a Lei Nº 4.682/07, que institui a PPHT – Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão e a Lei nº 4.685/07 que institui o Código de Obras do Município. Ambas tratam de perto esta questão do patrimônio, já levando em conta o Inventário realizado pela UFPel (PRIJ - Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão). Além destas leis, há outras que também dialogam com o tema e que podem ser acessadas pelo site oficial da Prefeitura de Jaguarão⁶⁴. É observável que há, neste plano, uma legislação bastante responsiva com seu patrimônio, tanto no eixo de proteção como no estímulo para preservação através de incentivos fiscais, fruto também dos acúmulos do PRIJ e da compreensão coletiva do sentido da proteção patrimonial para o futuro da cidade.

De 2005 a 2008, a cidade passou por um período intenso de discussões e debates, não apenas decorrentes do Plano Diretor, mas também dos encontros

⁶⁴ http://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=316

anuais sobre arquitetura, turismo cultural e preservação, tais como o Seminário de Arquitetura de Jaguarão, promovidos pelo SEBRAE em convênio com o Município, tendo suas edições realizadas no Teatro Esperança. Ao final de 04 (quatro) edições, também realizadas em outros municípios conveniados com o SEBRAE, culminou com a publicação da obra Roteiros de Arquitetura da Costa Doce, lançada em 2009. Outro fator fundamental para o desenvolvimento cultural da cidade foi quando da fundação da Universidade Federal do Pampa em 2006, momento em que a cidade de Jaguarão é contemplada com um Campus desta instituição, o que potencializa a cidade e a região do ponto de vista cultural, econômico e educacional. O campus local privilegiou as Licenciaturas, porém também dialogou com o patrimônio cultural, criando o curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo e o curso de Produção e Política Cultural.

Com a mudança da Gestão municipal, em 2009, é criada a Secretaria de Cultura e Turismo, desmembrada da antiga Secretaria da Indústria, comércio e turismo. Parte do grupo que assumiu esta pasta tinha influência direta do Projeto Jaguar e da SIC (já citados). Neste momento, os passos se dão de forma mais acelerada para a consolidação de políticas públicas do Patrimônio Cultural, dando sequência a uma nova fase deste processo, o qual, embora lento, vinha caminhando positivamente. Destaca-se, neste período da gestão, a participação de alguns quadros ligados ao movimento cultural, associados ao conhecimento técnico⁶⁵, quesito nada fácil de manter em administrações de pequenas cidades. Por se tratarem de quadros ligados ao movimento cultural associou-se também a vontade de colocar em prática políticas públicas que dessem conta desta riqueza patrimonial da cidade.

A partir de 2009, já demonstrando um novo caminho, o Município, através da Secretaria de Cultura e Turismo, busca um diálogo mais direto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que até então participava como coadjuvante, conforme foi possível observar no histórico das ações realizadas até então. Em abril de 2009, organizou-se o Fórum de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaguarão, em parceria com o IPHAN, o que desencadeou uma série de ações.

⁶⁵ Contou a Secretaria com um mestre em memória social e patrimônio cultural, uma turismóloga, uma pedagoga e uma jornalista, ambos com trabalhos na área cultural, buscando parceria com a equipe de arquitetos da Secretaria de Planejamento, além do Secretário professor e ativista cultural influenciado pelo Projeto Jaguar e um dos fundadores da SIC, além de outros quadros que estavam motivados com o trabalho.

Figura 45 – Painéis no Fórum do Patrimônio Histórico e Cultural de Jaguarão em 02/04/2009



Fonte: Arquivo Secult.

O Projeto de restauração do Teatro Esperança, atualizado pelo arquiteto William Pavão, é contratado diretamente pelo município, começando a execução da obra em 02 de janeiro de 2010. Em 2011, acontece o tombamento nacional do Centro Histórico de Jaguarão; em 2012, o tombamento Binacional da Ponte Internacional Mauá; em 2013, onze projetos foram aprovados pelo PAC Cidades Históricas, totalizando 40 milhões de reais, estando neste rol uma terceira fase do Teatro Esperança compreendendo o lote lateral que havia sido desmembrado do lote total, assunto já apresentado neste capítulo (2.4.5) na página 97, obra que não impede o uso do Teatro pois trata-se de um anexo ao mesmo. Neste período, aconteceram também vários debates com grupos ligados à religiosidade e à cultura afro-brasileira, sendo que a partir daí desenvolveram-se atividades relacionadas ao Patrimônio Imaterial, como as festas de Iemanjá e São Jorge, que eram tradicionais, mas pareciam invisíveis para muitos jaguarenses e para as políticas públicas, além de outras atividades como o artesanato local e outras festas religiosas e folclóricas. Conquistas deste período foram as Conferências de Cultura e a criação do Conselho Municipal de Política Cultural e Fundo Municipal de Cultura, em 2015, entrando o município no Sistema Nacional de Cultura.

Figura 46 – Foto 01: Murga uruguaia Agarrate Catalina no Teatro Esperança (2009). Foto 02: Festa de Iemanjá (2010). Foto 03: Contação de histórias na Feira Binacional do Livro (2011).



Fonte: Arquivo do autor.

2.4.7 Do tombamento nacional à restauração do Teatro Esperança

O processo de restauração começou antes do tombamento nacional, acompanhado de alguns Seminários, audiências e assembleias do Orçamento Participativo Municipal (2009 e 2010), nos quais o Teatro Esperança fora objeto de discussão e apreciação. Com a implantação de uma unidade da Universidade Federal do Pampa, esta se tornou a principal parceira do município, principalmente a partir do entendimento de sua diretora, em 2009, Profa. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro, convencendo a reitoria da importância de participar mais ativamente deste processo, ora em andamento na cidade, o que acabou desencadeando num convênio para a Recuperação e Gestão do futuro Centro de Interpretação do Pampa (antigas ruínas da Enfermaria Militar) e do Projeto e execução do estudo arqueológico no Teatro Esperança, viabilizando as obras de execução da restauração.

Em 2009, a administração de Jaguarão investiu R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no projeto para Restauração do Teatro, contratando o Arq. William Pavão, da empresa Patrimonium Arquitetura Histórica e Contemporânea. Conforme o diretor de Patrimônio da época, Alan Dutra de Melo, o município passou a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento das cidades históricas, e por ter seu Centro Histórico em processo de tombamento nacional, ficou habilitado para receber recursos do governo federal por meio do IPHAN. O Instituto liberou uma verba de mais de R\$ 1,1 milhão para essa primeira fase (CORREIO DO POVO, 08/02/2010).

No primeiro capítulo foi colocado que o PAC – Cidades Históricas era voltado inicialmente para todos os municípios com sítios ou conjuntos urbanos tombados, ou em processo de tombamento pelo IPHAN. Isto permitiu que a cidade de Jaguarão ingressasse nesta lista de cidades, uma vez que seu Centro Histórico estava em estudos para posterior tombamento, o que veio a acontecer em maio de 2011.

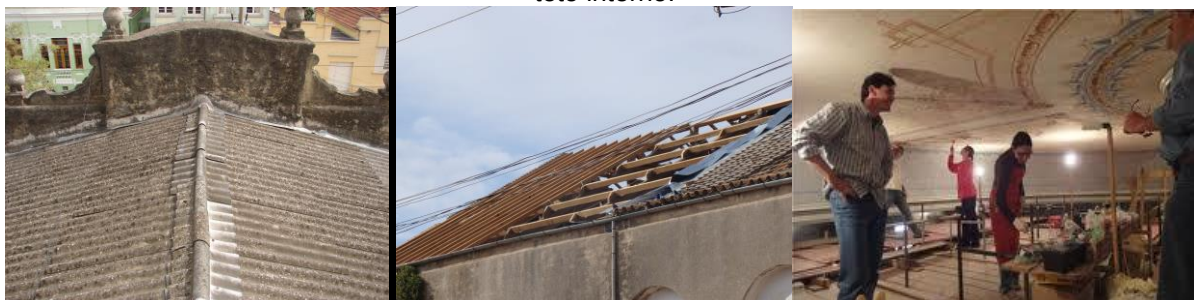
Do dia 31 de março a 1º de abril de 2010 se desenvolveu a segunda edição do Fórum de Turismo Cultural, e, conforme Maria Piosevan (Jornal Correio do Povo), o objetivo foi discutir o desenvolvimento do setor na cidade e na região, a partir dos elementos culturais.

Já estão inscritos 150 participantes, entre professores, alunos, pesquisadores, gestores públicos e profissionais ligados aos institutos de preservação histórica e da área do turismo, conforme o diretor de Patrimônio Histórico do município, Alan Dutra de Melo. Uma ampla programação será desenvolvida, com destaque para a reunião que

constituirá a Associação das Cidades Históricas do Rio Grande do Sul, no dia 31. “A entidade vai se formar, inicialmente, com os municípios que integram o Programa de Aceleração do Crescimento para cidades históricas”, explica Melo (CORREIO DO POVO, 25/03/2010)⁶⁶.

Neste mesmo mês, também no dia 31, aconteceu, na UNIPAMPA, a aula inaugural da primeira edição do curso de Turismo – com ênfase em Patrimônio Histórico, quando fica latente o interesse da universidade em colaborar com o Patrimônio histórico e cultural da cidade. Em 02 de janeiro de 2010, iniciaram-se as obras de execução da primeira fase do projeto de restauro do Teatro Esperança, pela empresa Marsou Engenharia, vencedora da licitação, tendo a obra sido concluída no mesmo ano. Nesta fase, foram realizados trabalhos no telhado, na cobertura, além da recuperação da estrutura de madeira, incluindo camarotes, piso principal e pintura artística (Fonte: Decom/Secult).

Figura 47 – Foto 01: telhado antes do restauro. Foto 02: durante o restauro. Foto 03: Restauro do teto interno.



Fonte: acervo SECULT

Em 03 de maio de 2011 foi anunciado, pelo IPHAN, o tombamento do conjunto histórico e paisagístico do centro urbano da cidade de Jaguarão. Conforme o blog da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em 19 de maio de 2011, trata-se do maior tombamento em número de exemplares protegidos do Estado do Rio Grande do Sul, e seria um momento de consagração de um trabalho iniciado na década de 1980, com pessoas da cidade que participaram do Projeto Jaguar em conjunto com professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, destacando a contribuição da Professora Ana Lúcia de Oliveira, com as conclusões editadas na obra Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão – PRIJ.

⁶⁶ O texto pode ser acessado pelo portal do jornal na internet:
<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=115&Numero=176&Caderno=9&Noticia=116574>

Para poder avançar na segunda etapa do restauro, era necessário um projeto arqueológico para o Teatro Esperança. Para tanto, aconteceu na reitoria da Universidade Federal do Pampa, na cidade de Bagé, no dia 16 de janeiro de 2012, uma reunião com a então reitora, Dra. Ulrika Arns, com o prefeito de Jaguarão, Claudio Martins, com a diretora de Patrimônio Andrea da Gama Lima e com a Professora Adjunta da área de Arqueologia do Campus Jaguarão, Dra. Adriana Fraga da Silva. Na pauta trabalhada estavam ações voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural, e futuras parcerias, sendo o ponto principal o convênio técnico-científico, o qual foi celebrado em seguida, entre a UNIPAMPA e a Prefeitura Municipal de Jaguarão, para a realização do projeto arqueológico para o Teatro Esperança. Neste projeto, estava previsto o trabalho de prospecção e escavação arqueológica, pesquisa histórica, educação patrimonial e monitoramento das obras⁶⁷ (BLOG SECULT, 17/01/2012).

Figura 48 – Estudo arqueológico no Teatro Esperança mostrando estrutura circular de tijolos



Foto 01: de Marcelle Buzzo, 2011.

Foto 02: de Artur Henrique Franco Barcelos, 2011.

No dia 15 de junho de 2012, acontece uma solenidade para marcar o início das obras da segunda etapa de restauro, no *foyer* do próprio teatro. Nesta etapa, estão incluídos a recuperação do palco, dos camarins, da plateia, do balcão nobre, das escadas, do *foyer*, do piso, do forro, do lustre, o urdimento, a construção de banheiros, a luminotécnica e a sonorização. O investimento era orçado em R\$ 3.913.753,54 (três milhões, novecentos e treze mil, setecentos e cinquenta e três

⁶⁷ Sobre o projeto: SILVA, Adriana Fraga; Uma arqueologia do espetáculo: O Teatro Esperança - Jaguarão (RS). Relatório final do Projeto de pesquisa arqueológica. Unipampa, 2013.

reais com cinquenta e quatro centavos), e foi realizada pela Marsou Engenharia, empresa que venceu a nova licitação, seguindo a obra. Os recursos são do IPHAN, do Ministério da Cultura, com contrapartida da prefeitura (Fonte: Secult).

Este evento contou com a presença de várias autoridades, entre elas a Superintendente do IPHAN, Arquiteta Ana Meira, o escritor Eduardo Alvares de Souza do IHGJ, o Deputado Federal Henrique Fontana, além do prefeito e da equipe da Secult.

Figura 49 – Prefeito Claudio Martins na assinatura do Contrato (*Foyer do teatro*).



Foto de Jorge Passos.

Ana Lúcia Meira, superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul, durante sua fala nesta solenidade, ressaltou que não se confunda reforma com restauração: “esta é mais séria, exige maior cuidado, mais mão de obra especializada. Exige a recomposição, onde possível, tal qual a original. Os recursos investidos na obra se justificam pelo valor incalculável do teatro” (BLOG CONFRARIA DOS POETAS, 26/06/2012). Pode ser relacionado esta fala com a experiência da tentativa de restauro no final da década de 1990, conforme foi verificado, onde o sentido e a importância desta frase ficam bem latentes.

A previsão para a finalização desta etapa era para o 1º semestre de 2014, mas com a necessidade de readequação do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI), por conta do episódio da Boate Kiss⁶⁸ na cidade de Santa Maria – RS,

⁶⁸ Incêndio que aconteceu na cidade de Santa Maria – RS que matou 242 pessoas e feriu 680 outras numa discoteca, Boate Kiss, no dia 27 de fevereiro de 2013.

sobretudo no estado Rio Grande do Sul, que passou a ser extremamente exigente, a obra também teve que ser readequada. Estas adequações causariam um acréscimo de custos que a municipalidade não tinha no momento, segundo o prefeito municipal. Para garantir a sequência da obra, o IPHAN investe o valor de R\$ 88.993,20 (oitenta e oito mil, novecentos e três reais e vinte centavos), segundo os dados da secretaria de Planejamento, em outubro deste ano, para implantação do PPCI.

No mês de outubro de 2015 é aprovado o PPCI do Teatro e começam os últimos detalhes para a reinauguração, sendo divulgado o dia 13 de novembro. Mas, para que isto acontecesse, nem tudo foi perfeito, pois um último obstáculo apareceu à tardinha, na véspera do evento: uma Ação Cautelar Inominada com Pedido Liminar acolhido pelo Juiz de 1ª Instância, impetrada pelo Ministério Público, através da Promotora Dr.^a Laura Regina Sedrez Porto, a fim de determinar a interdição de quaisquer atividades de espetáculo público no teatro, em especial a prevista para o dia 13 (AÇÃO CAUTELAR INOMINADA de 12/11/2015). Tal decisão levou o município a entrar com um Agravo de Instrumento com Pedido Suspensivo no mesmo dia da inauguração, no Tribunal de 2ª Instância em Porto Alegre, o qual foi aceito, permitindo-se assim a reinauguração.

O dia e o horário que fora apresentada a Ação Cautelar quase não permitiam um agravo, que seria só feito numa segunda instância do Judiciário na capital do Estado, fato que causou um desconforto entre os agentes envolvidos na reinauguração, uma vez que esta ação pelos motivos nela citados poderia ter sido ajuizado há pelo menos um mês de antecedência.

Analisando as peças processuais, observa-se de forma mais objetiva as razões das mesmas. Na liminar, o Ministério Público aludiu que o prédio histórico estaria sendo objeto de restauração por força de sentença condenatória proferida nos autos da ação civil pública, proc. Nº 055/1.03.000151-1, ajuizada em 2002, que condenou o município em 2007, assunto já mencionado no trabalho. As alegações se basearam em que a reforma implementada não teria contemplado a reserva adequada de lugares para as pessoas portadoras de deficiência, bem como não teria o IPHAN se pronunciado acerca da conclusão da obra. O debate levou, inclusive, à discussão sobre o conflito de interesses jurídicos constitucionais: direito fundamental à cultura/lazer versus direito fundamental à acessibilidade (AGRAVO, 13/11/2015). O Juiz da 2ª Instância aceitou o Agravo impetrado pelo Procurador

Municipal, Dr. Rodrigo Sória de Moraes, baseado no fato de não haver nenhum dano que poderia se tornar irreversível com a utilização do Teatro, bem como no fato de que a Ação principal (2002), em que fora ajuizada a cautelar incidental, em seu dispositivo (2007) previa “no prazo de seis meses proceder à restauração de todas as partes do prédio do Theatro Politeama Esperança danificadas em função das obras mal realizadas no telhado [...]” e não referia-se a restauro integral do Teatro, assim a sentença teria sido cumprida na íntegra já na primeira fase da obra. Desta forma é deferido o efeito suspensivo para sustar os efeitos da medida cautelar até o pronunciamento da Câmara, em função também da urgência do juízo de origem, haja vista o evento programado para o mesmo dia do Agravo impetrado.

Figura 50 – Descerramento da placa de reinauguração



Foto de Jorge Passos

Figura 51 – Plateia e cortinas do palco



Foto de Roberto Luzardo

A inauguração contou com a parceria de duas entidades civis, Sociedade Independente Cultural e La Mancha Produções Culturais, que possibilitaram as atividades da noite. A abertura contou com o pesquisador e escritor Eduardo Alvarez de Souza Soares, que falou em nome do Instituto Histórico e Geográfico de

Jaguarão, percorrendo sobre o Teatro Esperança. Na sequência, um grupo de músicos jaguarenses⁶⁹, representando a cidade, apresenta-se com um repertório da fronteira fazendo o público cantar junto. Após, aconteceu a cerimônia de reinauguração, com autoridades, entre elas a Consul, do Uruguai, o Alcaide, de Rio Branco (Uruguai), representando o Ministério da Cultura, o Sr. Eduardo Hahn, superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul, o presidente do PAC – Cidades Históricas, Robson Almeida, a Arq. Ana Meira, ex-superintendente do IPHAN, Prefeito Claudio Martins e vice Lizandro Lens, além de prefeitos de outros municípios, deputados e vereadores. Após a cerimônia, seguiram-se dois espetáculos: shows musicais de Shana Muller e Ângelo Franco, e de Serginho Moah, vocalista da banda Papas da Língua.

Figura 52 – Show de abertura com músicos da terra



Fonte: Arquivo de Paulo Timm

⁶⁹ Paulo Timm, André Timm, Alessandro Gonçalves, Gil Soares, Fabio Costa e Darci da Rosa.

Figura 53 – Mesa de autoridades



Fonte: Arquivo Decom/PMJ

Dentro de um rol de projetos aprovados no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) das cidades históricas, para a cidade de Jaguarão, está contemplada uma outra fase (terceira) de restauro do Teatro Esperança que prevê banheiros para os artistas, adequados às necessidades especiais, especificidade não compreendida nestas duas fases já concluídas. A atual obra possibilitou banheiros para os artistas, mas o espaço não permitiu os ajustes citados nesta Liminar de 12/11/2015 do MP, porém os banheiros para o público contemplam a legislação em vigor (AGRAVO DE INSTRUMENTO, 13/11/2015). A nova intervenção se dará no prédio que fica atrás do teatro e que faz parte do conjunto tombado pelo IPHAE em 1990 e posteriormente pelo IPHAN. Do PAC – Cidades Históricas são onze projetos aprovados, destes o Mercado Público foi o primeiro a ser executado e já está prestes a ser reinaugurado.

2.4.8 Do tempo de restauro, da gestão e outros teatros em processo similar

Retomando, o Teatro Esperança é tombado pelo Estado em 1990 e pela União em 2011, entrando no rol de preservação dos órgãos estatais, e efetivamente sua restauração tem início em 2010. Em janeiro de 2013, o episódio da Boate Kiss levou os órgãos de segurança a aumentar o nível de exigência para prevenção e combate de incêndio de locais públicos (PPCIs), tema já abordado, o que faria com

que estes órgãos interditassem o Teatro para seu uso, caso não estivesse em processo de restauração.

Mas o que acontece quando um bem público é tombado e este bem necessita de uma restauração urgente? Quando o Poder Público consegue a liberação de verba, começa-se o processo para a reforma. O problema é que estes processos públicos sofrem com a burocracia, em parte justificável em função de tantos problemas que acontecem com estas verbas. São obras muitas vezes que duram anos, e não é difícil descobrir que algumas não chegam ao final, ou tem que se recomençar do zero. Por outro lado, como o calendário para os gestores públicos é curto, isto pode provocar, ao contrário, a aceleração indiscriminada de obras, o que também acaba gerando sérios problemas posteriormente.

A necessidade de um restauro urgente no Teatro Esperança não significou que o processo de restauração/revitalização tenha sido de todo pacífico, nem na véspera da inauguração, como foi visto. Observando outros teatros no Brasil, com situações similares, quanto a necessidade de restauração e o sentimento de moradores com o mesmo, será traçado alguns paralelos.

Dois teatros na cidade de São Paulo, na Mooca, o Teatro Arthur Azevedo, que tinha previsão para ser terminado em janeiro de 2014, mas acabou sendo prorrogado para o início de 2015; e, em Santo Amaro, outro distrito da cidade de São Paulo, o Teatro Paulo Eiro, previsto para janeiro de 2014 foi prorrogado para novembro do mesmo ano. Ambos se encontravam em situações precárias, e, por conta disto, eram utilizados de forma também precária, causando certo "desconforto" aos moradores das comunidades. O Teatro Esperança tinha a previsão de conclusão da 2ª fase no primeiro semestre de 2014, acabou sendo prorrogado para o primeiro semestre de 2015, mas só inaugurado no final deste ano.

O atraso da conclusão das obras destes teatros teve alguns motivos similares aos do Teatro Esperança. Neste houve a necessidade de incluir no projeto uma escada gigante no lado externo, além de vários outros ajustes para se adequar às novas normas dos órgãos de segurança. No Teatro Arthur Azevedo por exemplo houve a necessidade de ampliar o processo de restauro para adequações, entre outras ao PPCI. Já no "Paulo Eiro" o Secretário de Cultura de Santo Amaro explicou que os problemas ampliaram com a questão da busca de liberação de área externa

pelo Órgão do Meio Ambiente, o que atrasou mais ainda⁷⁰. Paralelo a estas situações, que necessariamente tem que ser resolvidas para evitar problemas maiores no futuro, vem outra questão que é a população local cobrando a agilidade somada à pressão política, uma vez que o calendário para os gestores públicos é curto.

Outro exemplo que pode ser citado é no processo de tombamento do prédio que abrigou o Cine-Theatro Independência, em Santa Maria – RS. Este exemplo serve para comparar com a questão de pertencimento da comunidade com o espaço. Lá, de acordo com Amanda Costa da Silva⁷¹, a relação identitária se dava em relação ao espaço e não ao valor arquitetônico. O local acabou fazendo parte da memória e da identidade de muitas pessoas, por conta de diversos eventos representativos para a história da cidade, bem como para a história do cinema. Porém, a polêmica não se deu em relação à memória e sim na função do novo espaço, onde hoje funciona o Shopping Popular.

Já o Teatro Esperança sempre esteve ali com a mesma função, embora fechado e abrindo esporadicamente, a comunidade o enxergava como seu Teatro, ou o Teatro da cidade. O fato de muitos terem participado de formaturas ou eventos esporádicos ao longo dos últimos anos pode levar a dificuldades de entender a necessidade de uma reforma desta magnitude, uma vez que o prédio parecia “utilizável”, embora necessitasse de “alguns reparos”, e isto ocasionou questionamentos sobre o custo. Mas não foi identificado nenhuma manifestação contrária à necessidade de uma reforma ou um restauro, assim como em Santa Maria, onde a maioria absoluta concordava em revitalizar aquela área. A discussão girou em torno de como seria utilizado, questão que demonstra consenso no que tange ao uso, porém com preocupações com a manutenção e gestão do mesmo.

Em um trabalho publicado⁷² em 2015, identifica-se algumas pistas sobre o entendimento da comunidade frente a este processo. Este artigo acadêmico apresentou uma análise das respostas a um questionário aplicado aleatoriamente para 19 pessoas que passaram à frente do Teatro Esperança, e as respostas vão no

⁷⁰<http://globoTV.globo.com/rede-globo/antena-paulista/v/saiba-quais-reformas-em-teatros-de-sao-paulo-que-nunca-acabam/3509801>. Acessado em 19/11/2014.

⁷¹ Silva, Amanda Costa da. Era uma vez um cinema: o caso do Cine-Theatro Independência e os mecanismos de preservação do Patrimônio de Santa Maria/ Amanda Costa da Silva; orientadora Francisca Ferreira Michelin. Dissertação de Mestrado. Pelotas, 2013, PPGMSPC/UFPel.

⁷² SELBACH, Jeferson Francisco (org.) Encontros Culturais: Trabalhos reunidos. Jaguarão/RS: Selbach & autores associados, 2015, 160p.

sentido de corroborar o que tem sido presenciado nesta pesquisa. Em que pese que as questões levantadas – atraso, pressão política, entre outros – que devem ser equacionadas pelas gestões tem uma questão que impera nas preocupações e indagações de moradores destes locais: a partir da reinauguração, como será o andamento? A população será privilegiada? Estará sempre em funcionamento? As artes locais serão valorizadas? Ou seja, a preocupação mestre, percebida nas entrevistas e questionários realizados neste trabalho e em outros como Projeto Pibid/História/Unipampa/2011⁷³ em relação ao Teatro Esperança, e também percebida em algumas manifestações de moradores das outras cidades com situações similares, levam a estas pontuações: preocupação com a gestão do espaço em questão.

A preocupação com a gestão como foi assinalado, foi bastante citada, talvez por conta da triste lembrança de um Teatro com as portas fechadas e bastante deteriorado, ou mesmo por conta do montante da verba aplicada no restauro que precisaria ser justificada pelo uso do mesmo. Para os especialistas, o principal argumento seria a importância da preservação do Patrimônio enquanto objeto cultural, mas que, na maioria das vezes, não é percebido tão facilmente por não especialistas. No entanto, as pessoas de modo geral percebem o seu dia a dia, o que eles consomem, onde podem usufruir de áreas de cultura e lazer. Cabe aos especialistas, aos gestores, provocar às pessoas da comunidade a ampliar seus entendimentos, mas necessariamente, uma boa gestão destes espaços, visando algumas diretrizes fundamentais, deve levar em consideração sim, as manifestações das pessoas "comuns", pois este é um dos elementos principais que pode garantir vida longa a estes lugares. Aqui podemos retomar Dominique Poulot (2009, p. 17), quando chama atenção de que a perda do patrimônio constitui um sacrifício e que sua conservação pressupõe sacrifícios. Por isso este é um desafio para a atual e futuras gestões do Teatro: terem para si a responsabilidade de manter este vínculo de pertencimento da comunidade com este espaço sempre constante e para isso a manutenção do mesmo precisa estar sempre em andamento.

⁷³ Pesquisa realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID História/Educação Patrimonial Unipampa, edital CAPES 2011, que levou à pesquisa de dez bens e publicação da Cartilha "Compartilhando os bens de Jaguarão". Trabalho apresentado também em HARTMANN, 2014, Cap.V.

Capítulo 3

Luzes para a história do Teatro Esperança

"A história como experiência coletiva dos homens e elaboração intelectual sobre ela, e a memória como registro e armazenamento, mas também evocação do que foi registrado e armazenado" (Le Goff, 1990).

Neste capítulo serão apresentados e discutidos alguns documentos históricos, referentes ao Teatro Esperança, os quais foram selecionados pelo autor entendendo da importância tanto para este como para outros trabalhos acerca deste Teatro. Eles serviram de referencial para o segundo capítulo e aqui serão analisados de forma mais detalhada a fim de uma melhor compreensão sobre estes. Será reunido as duas primeiras atas de assembleias gerais, o Estatuto de 1896, o Relatório de Gestão de janeiro de 1899, o Estatuto da nova Associação de 1929, além de outros documentos relacionados ao Teatro Esperança da cidade de Jaguarão.

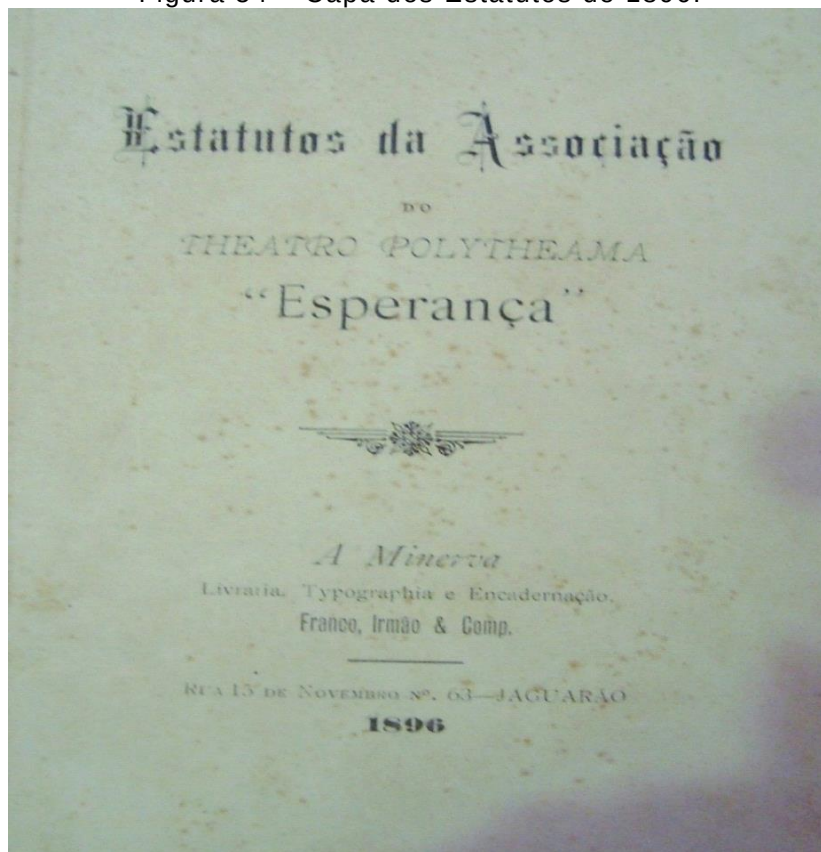
Um dos documentos mais antigos é a Ata de Fundação e o Estatuto de 1896, publicado no mesmo ano pela Livraria Typografia Franco, Irmão & cia, e que se encontra no IHGJ e no acervo da PMJ. Mas, antes de analisá-lo, é necessário apresentar a situação política que existia naquele momento, no estado do Rio Grande do Sul. Há sete anos havia recém sido proclamada a República Brasileira, há oito a Abolição da escravidão, e no Estado eclodia a Revolução Federalista (1893-1895) o que prejudicou um pouco a situação financeira do empreendimento anterior (Associação do Teatro 27 de Janeiro), levando inclusive o construtor, Martinho Braga, julgando-se lesado pela falta de pagamento de uma das parcelas, a entrar com um processo executivo na justiça. Em 1896, já com a Revolução

oficialmente encerrada, a situação pouco a pouco volta à normalidade, e mais uma vez um grupo de cidadãos se organiza para criar uma nova Associação que incorpora a antiga.

Este é o cenário de fundo no qual surge a Associação que inaugura o Teatro Esperança. Nos estatutos, observa-se os fundadores, o capital social, a forma de uso, a duração da entidade, entre outros aspectos, melhor compreendidos com a complementação dos demais documentos.

3.1 Estatutos de 1896 e Ata da primeira Assembleia Geral

Figura 54 – Capa dos Estatutos de 1896.



Fonte: Arquivo do IHGJ

O estatuto, juntamente com a Ata da primeira Assembleia, é a Certidão de Nascimento de uma entidade. Neste documento, já no art. 1º, é identificado o nome “Associação do Theatro Polyteama Esperança” e a definição de sua sede, na cidade de Jaguarão – RS. Fica claro no primeiro capítulo dos Estatutos que esta associação incorpora a antiga Associação do Teatro 27 de Janeiro, e contrata o construtor Martinho de Oliveira Braga para a conclusão da obra, que assumiu o contrato com o

aditamento para construção do saguão da frente. Para a instalação de uma cocheira nos fundos do teatro e, para o depósito de carbureto (para iluminação) foi comprado um terreno de Maximo Gonçalves (escritura de 26/10/1896) na esquina da atual Rua Barbosa Neto. Esta incorporação é assinada por Satyro Marques, Augusto Cesar Leivas, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Manoel Basílio Marques, Manoel Bernardino Vargas e Coronel Joaquim Francisco dos Santos Abreu.

A duração da entidade era prevista em 30 anos, a contar de 1º de janeiro de 1897, podendo ser prorrogada. Era uma sociedade por ações, dividida em 450 ações de duzentos mil réis cada (moeda brasileira na época), tendo em sua diretoria um presidente, um vice-presidente, eleitos em Assembleia, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. No mês de março, de cada ano, estava prevista uma Assembleia Geral ordinária para prestação de contas, relatório da gestão e parecer do Conselho Fiscal, o que em 1899 vai acontecer em janeiro, como observa-se no primeiro Relatório da Gestão, bem como não ocorreu nenhuma Assembleia entre 1897 e 1898, pelo menos que tenha ficado registrada.

No artigo 4º (1º Capítulo) estabelece a forma de uso, podendo ser cedido por aluguel ou gratuitamente, conforme atribuição da diretoria, podendo contratar Companhias diretamente por conta da Associação. À Administração além de fiscalizar as obras, deliberava todas as demandas que envolvessem a Associação, competindo ao diretor presidente, entre outros:

[...] estabelecer os preços do aluguel ou arrendamento do teatro e suas dependências, cobrando-os adiantadamente antes da exibição de qualquer espetáculo ou divertimento, não podendo fazê-lo de outra forma sem fiador idôneo, devendo organizar um regulamento interno para servir de base aos respectivos contratos (Cap. 5º. Art. 22, § 3º).

Após a exposição dos capítulos estabelecendo as regras da entidade, de acordo com o Código Civil de então, é concluída com o capítulo 8º constando as disposições gerais e transitórias. Abaixo a transcrição do último artigo:

Art. 41 Os acionistas que assinam os presentes estatutos aceitam a responsabilidade que lhes cabe por lei e nomeiam para primeira diretoria cujo mandato terminará em 31 de dezembro de 1898, bem como para o primeiro conselho fiscal que servira até o 31 de dezembro de 1897, aos seguintes acionistas: Diretores: Presidente: Augusto Cesar de Leivas; Vice-presidente: Satyro Marques. Membros do Conselho Fiscal: Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Manoel Basílio Marques e Zeferino Lopes de Souza. Suplentes: Manoel Bernardino

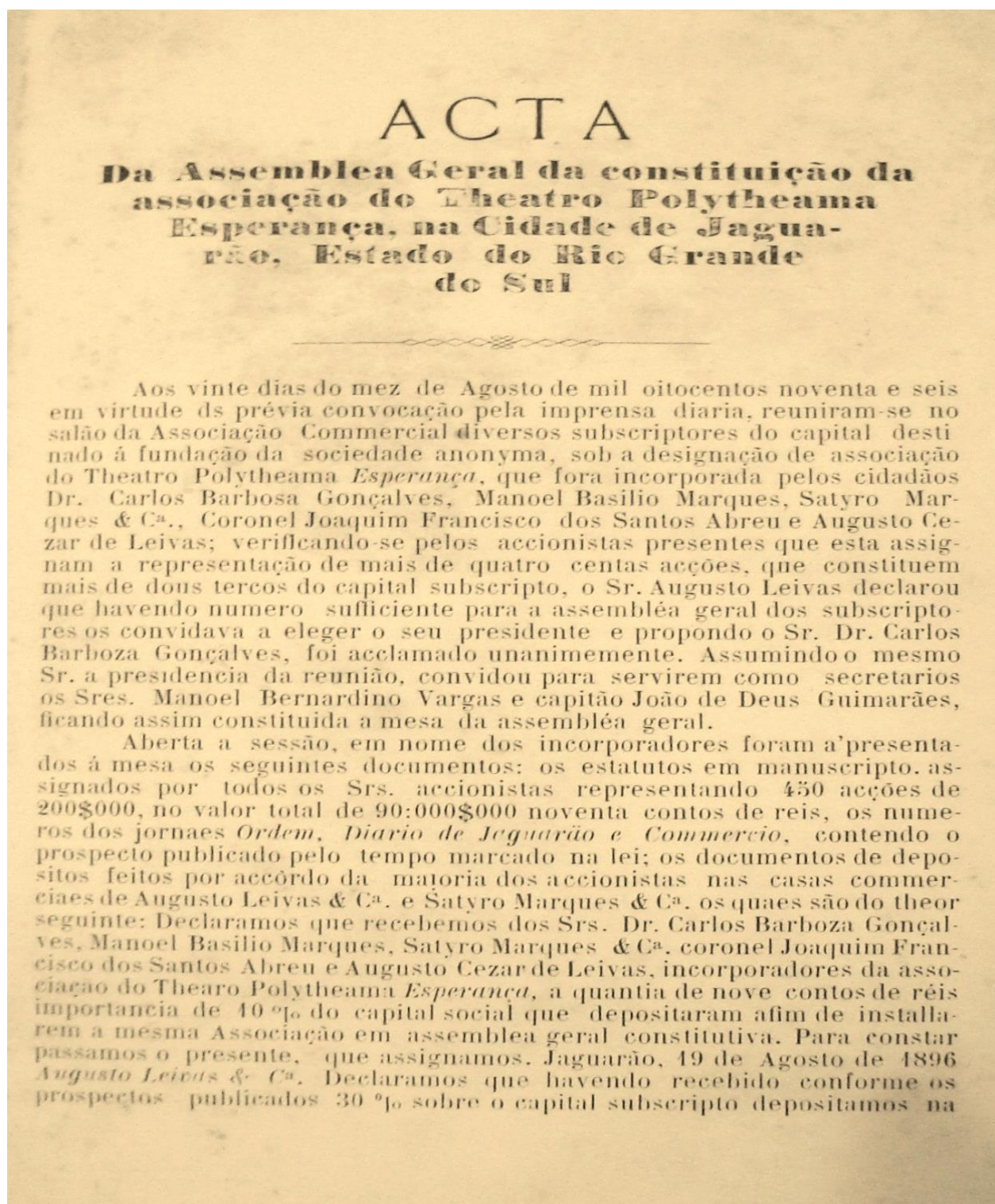
Vargas, Ten. Cel. Manoel de Deus Dias, Cel. Joaquim Francisco dos Santos Abreu. Data: Jaguarão, 20 de maio de 1896.

Lista de sócios: Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Augusto Cesar de Leivas, p.p. do Cel. Joaquim Francisco dos Santos Abreu, Augusto Cesar de Leivas, Satyro Marques, p.p. de Manoel Basílio Marques, Satyro Marques, Manoel Bernardino Vargas, Francisco Pedro Mendes, Martinho d'Oliveira Braga, Antônio Joaquim Rodrigues de Lima, em representação de Da. Julia Rache e Belarmina Rache, Frederico Rache, Antônio José Rodrigues de Cerqueira, Manoel de Deus Dias, em representação de D. D. Corina Soares e Leontina Soares, José Augusto Soares, Liberato Carneiro da Cunha, Eduardo Lacombe, Dr. José Alboino de Figueiredo, por Nestor Praxades Corrêa seu pai Manoel Antônio Corrêa, Cantalícia Gonçalves Rodrigues, Vicente Danigno, Zeferino Lopes de Moura, Capitão João de Deus Guimarães, Manoel Ferreira Condessa, Antônio José d'Oliveira Alves, João Rodrigues Barbosa.

Este Estatuto é aprovado na Assembleia Geral de 20 de agosto de 1896, cuja Ata apresentamos a seguir através de uma cópia digitalizada:

Figura 55 (a, b, c) – Ata de constituição da Associação do Theatro Polytheama Esperança.

a.



b.

— 12 —

casa dos Sr. Augusto Leivas & Ca. nove contos de réis, conforme documento dos mesmos e que existe em nosso poder dezoito contos de réis, Jaguarão, 19 de agosto de 1896. *Satyro Marques & Ca.* Estava uma estampilha de duzentos réis devidamente inutilisada em cada um destes documentos.

O Sr. presidente declarou que é licito aos Srs. subscriptores fazerem a respeito as observações que entenderem e depois de razoavel pausa o Sr. presidente consultou a assembléa si ratificava a acceitação dos estatutos.

Ratificados os estatutos unanimemente, o Sr. presidente declarou constituída para todos os effeitos, em nome e na fórma da lei, a Associação do Theatro Polytheama *Esperança*. Em seguida proclamou como confirmados nos cargos da directoria os Srs. Augusto Cezar de Leivas, director presidente; Satyro Marques, director vice presidente; e como membros do conselho fiscal: Dr. Carlos Barboza Gonçalves, Manoel Bazilio Marques, Zeferino Lopes de Moura.—Supplentes: Manoel Bernardino Vargas, coronel Manoel de Deus Dias e coronel Joaquim Francisco dos Santos Abreu.

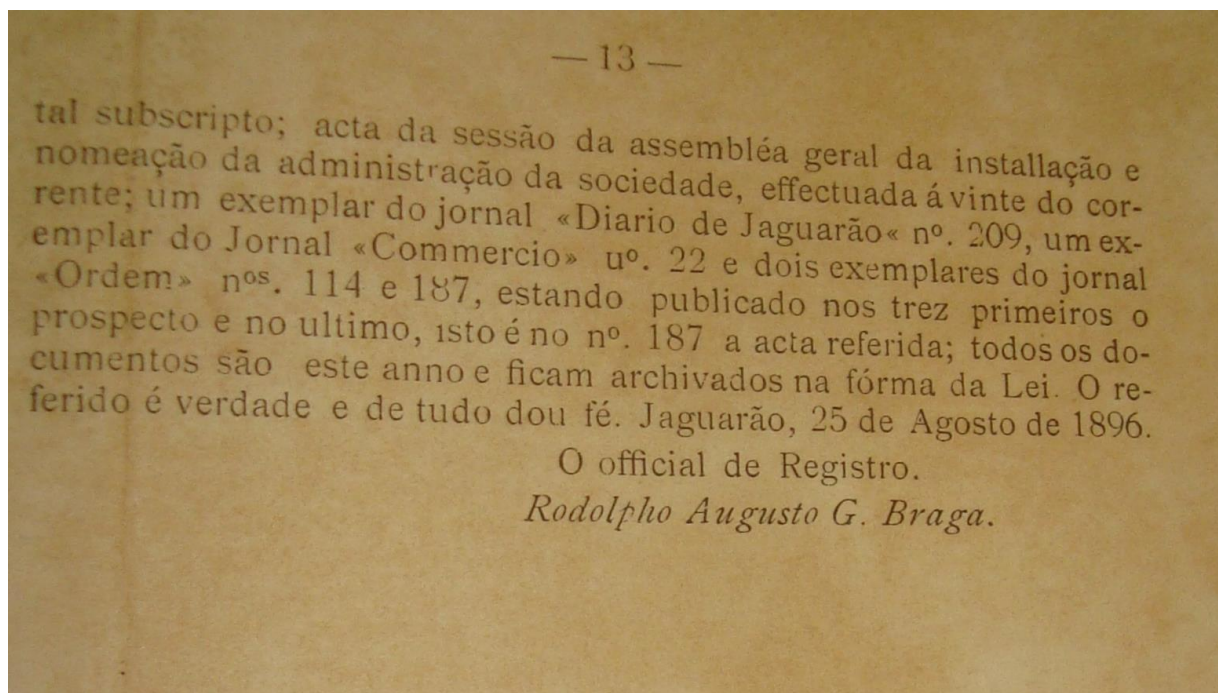
Terminando o Sr. presidente declarou findos os trabalhos da reunião da assembléa geral constitutiva do Theatro Polytheama *Esperança* e para constar foi lavrada a presente acta que é assignada por todos os presentes.

Presidente: Dr. *Crrlos Barbosa Gonçalves*;—1º. Secretario: Capitão *João de Deus Guimarães*;—2º. Secretario: *Manoel Bernardino Vargas*,—*Augusto Cezar de Leivas*—*Eduardo Lacombe*,—Por Nestor Praxedes Corrêa, seu pai *Manoel Antonio Corrêa*,—*Antonio Joaquim Rodrigues de Lima*,—*Manoel Bazilio Marques*,—Em representação de minhas filhas *Corina* e *Leontina Soares*, *Jose Augusto Soares*—*Satyro Marques*,—*Jose Alboino de Figueiredo*,—P.p. do coronel *Joaquim Francisco do Santos Abreu*, *Augusto Cezar de Leivas*,—*Antonio Jose Rodrigues de Cerqueira*.

Redolpho Augusto Gonçalves Braga, official do Registro geral de hypothecas da comarca de Jaguarão, na forma da lei:

Certifico que me foi hoje apresentado por parte do Presidente da Associação Theatro Polytheama *Esperança*, para serem archivados na fórma do disposto no regulamento a que se refere o decreto numero 434 de 4 de Julho de 1891, os documentos seguintes—Estatutos da associação Theatro Polytheama *Esperança*; lista nominativa dos subscriptores com indicação do numero de acções e entradas de cada um; declaração do deposito da decima parte do capi-

c.



Fonte: Arquivo do IHGJ

Analizando o Estatuto, em conjunto com a Ata de fundação, fica claro, além da denominação, a finalidade da entidade, ou seja, concluir a obra do Teatro e possibilitar apresentações dramáticas, líricas, acrobáticas e equestres (arts. 1º ao 6º) que seriam gerenciadas (gestão) pela entidade ou por terceiros que quisessem alugar as dependências. Conforme documentação, já na primeira década de 1900, o Teatro é arrendado por terceiros, sendo que no estatuto da nova Associação, em 1929, fica estabelecido, de forma mais específica, este arrendamento. Esta Associação de 1896 queria um politeama, ou seja, uma casa de espetáculos para diversos gêneros de representações, o mesmo objetivo dos pioneiros de 1886. A primeira Assembleia geral teve como presidente o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves e 1º Secretário o Capitão João de Deus Guimarães. Após aprovação dos estatutos, foi aprovada por unanimidade a primeira diretoria, tendo como presidente o Sr. Augusto Cezar Leivas e como Vice-presidente o Sr. Satyro Marques.

3.2 Relatório de Gestão e Ata da segunda Assembleia Geral

O Relatório de Gestão, acompanhado da Ata da segunda Assembleia Geral, é outro documento fundamental para a narrativa histórica do teatro, tendo sido editado

e publicado pela Tipografia e Livraria Commercial em 1899 e uma cópia está disponível no arquivo do IHGJ. Neste documento, encontramos as despesas gerais, o Balanço Geral, o Quadro de Transferência de Ações e o Parecer do Conselho Fiscal. Atentemos que na abertura é apresentado da seguinte forma: “Relatório da Diretoria do Theatro Polytheama ‘Esperança’, apresentado à Assembleia Geral de acionistas, convocada para 21 de janeiro de 1899”, ou seja, foi apresentada em 1899, referindo-se ao relatório do ano anterior, dado importante para dissipar qualquer dúvida quanto ao ano de fundação. Este documento foi editado pela Tipografia da Livraria Comercial em 1899.

Figura 56 – Capa do Relatório de gestão de 1898



Fonte: Arquivo do IHGJ

O relatório apresenta as ações realizadas desde sua instalação, em 20 de agosto de 1896, até 31 de dezembro de 1898, ou como aparece no documento “até 31 do p.p. mês”⁷⁴. Nestas ações encontra-se realizações previstas na Ata de

⁷⁴ p.p. significa próximo passado.

Fundação e no Estatuto, bem como o número de eventos realizados ao longo do ano de 1898 e a descrição do evento de inauguração.

Como já abordei no 2º capítulo, a data de inauguração suscitou algumas incorreções, levando a ser apresentada como no ano de 1897. A origem deste equívoco é difícil de ser encontrada, mas presume-se que em algum momento alguém tenha visto o Relatório de 1898, e quando observou o termo p.p., entendeu como ano anterior, 1897 ou mesmo da informação de que o prédio teria sido concluído em 1897, o que está correto, mas isto são ilações, não há como apresentar o motivo exato. Mas a leitura atenta deste relatório não deixa dúvidas, as quais se houvesse, ainda há as publicações de jornais da época que apontam o ano de 1898.

Deste documento, somado à Ata de Assembleia Geral nº2, que será observado na íntegra a seguir, conclui-se que as obras, contratadas com o Sr. Martinho de Oliveira Braga, foram definitivamente terminadas em 31 de dezembro de 1897, bem como a construção do saguão da frente, não incluída no projeto original, reforçando o fato da conclusão da obra em 1897, porém inaugurado nos primeiros dias de 1898. A inauguração foi feita pela Companhia Lyrica e Operetas Cartocci, em 13 de janeiro do ano de 1898, ou como é apresentado, “do ano p.p.”. A Cenografia foi contratada com o Sr. Ricardo Giovanni, com atraso na entrega, mas conforme relatório, a diretoria entendeu dispensar a multa contratual.

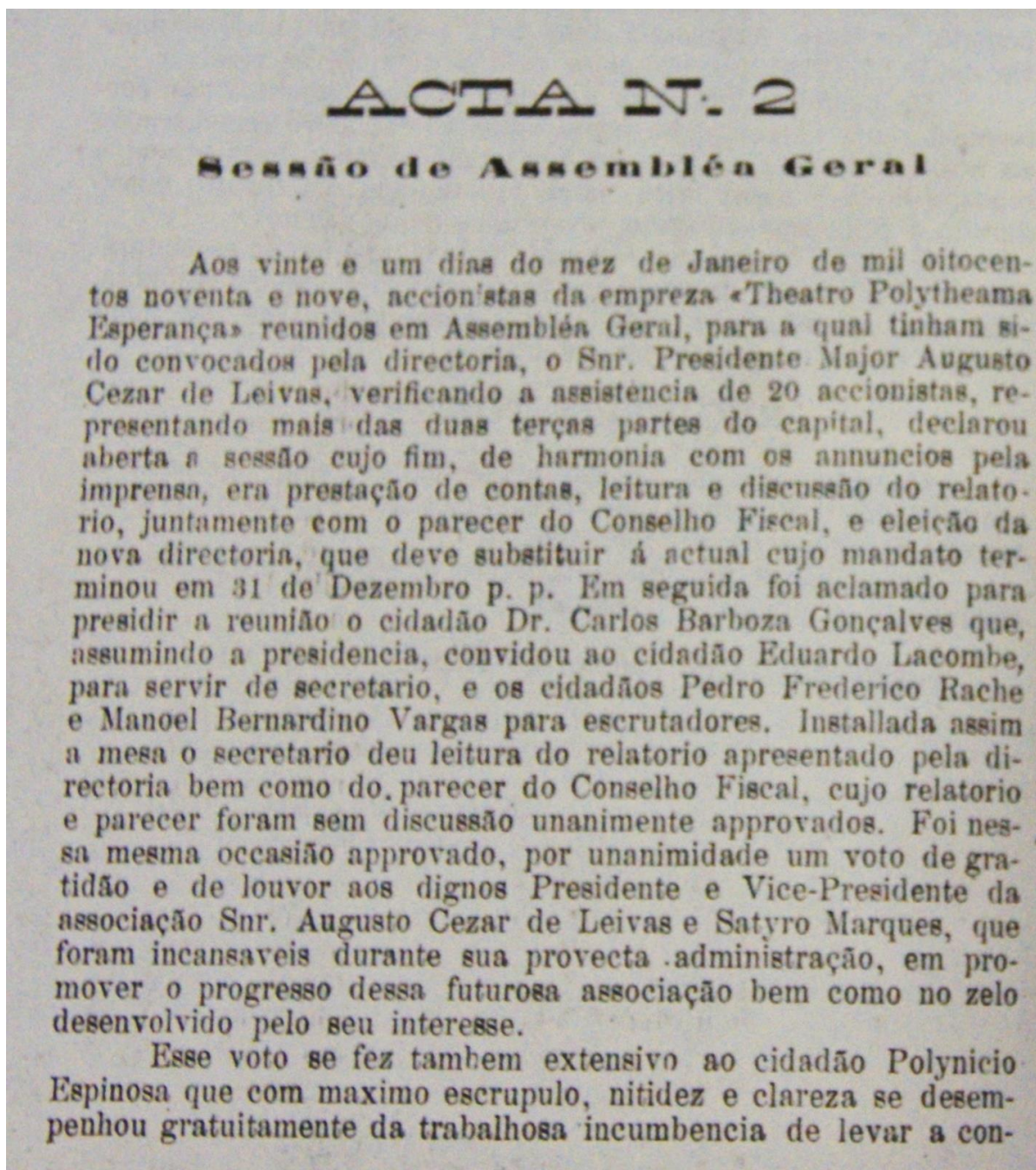
A cidade ainda carecia de luz elétrica, a qual foi resolvida logo nos primeiros anos de 1900, com a criação de uma Companhia própria da cidade. Por isso, a iluminação do Teatro inicialmente era feita de carbureto, e ocorreram dificuldades iniciais pela falta de prática com esta instalação.

Foram realizados 103 espetáculos durante o ano de 1898, resultando num lucro líquido que permitia um dividendo acima de 9%. Mas, em função das obras realizadas terem excedido o capital da associação, os sócios lançaram mão da mencionada renda, que ainda foi insuficiente, o que a firma Augusto Leivas & Cia. resolveu fornecendo mais uma quantia a qual a Associação devia saldar. O parecer do Conselho Fiscal foi favorável, “verificando a clareza da escrituração” (RELATÓRIO, 1899, p. 14), assinado pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Manoel Basilio Marquez e Zeferino Lopes de Moura; e o Relatório é concluído com o Registro Torrens, uma forma de registro público introduzida no Brasil em 1890. Este documento conta com três páginas (Anexo A).

3.2.1 Ata de Assembleia Geral nº 2 de 1899, publicada juntamente com o Relatório de Gestão.

Figura 57 (a, b, c) – Ata nº 2 de Assembleia Geral

a.



b.

— 7 —

tabilidade da empresa, acompanhando, n'esse acto de generosidade a seu digno chefe Snr. Augusto Leivas, que tambem tinha desistido da porcentagem de dez por cento sobre o excesso de 7 por cento, que, de accordo com os estatutos, lhe competia como Director-Presidente.

O Dr. Presidente da Assembléa fazendo uso da palavra fez as seguintes ponderações: Da leitura do relatorio e das contas annexas verifica-se ter havido um excesso de inversão de dinheiro em relação ao capital emittido, ainda em déficit de sete contos cento setenta e dois mil quatro centos e vinte réis, de cuja somma são credores os Snrs. Augusto Leivas & C^a. Esse excesso teve sua origem nas despesas originadas pela construcção do vestibulo da entrada, que não figurava no primitivo orçamento; na compra de um terreno nos fundos do theatro; na edificação duma cocheira para facilitar a vinda de companhias equestres; e de outros gastos extraordinarios para o melhor desenvolvimento da empresa. O saldo que resulta entre as entradas e as sahidas correspondentes ao anno findo, como se deprehende pela conta de Lucros e Perdas, permittiria distribuir aos accionistas um dividendo superior a nove por cento sobre o capital de noventa contos de réis, porém pelas razões expostas não foi distribuido.

O Dr. Presidente terminou sua exposição abrindo a discussão para que cada um apresentasse ideias para conciliar os interesses da associação, tratando de libertal-a da divida contrahida com pagamento do excesso nas despesas de construcção.

O cidadão Manoel Bernardino Vargas apresentou o projecto de elevar o capital social a somma de cem contos de réis, emittindo-se para esse fim mais cincoenta acções, distribuindo-se aos accionistas um dividendo de sete por cento recebendo estas acções em pagamento. Esta proposta que consiste na alteração dos Estatutos foi apoiada e subscripta pelo Conselho Fiscal. Posta em discussão, esse projecto soffreu algumas contradicções, mas logo que foi bem esclarecido o Snr. Presidente encerrou a discussão, poz a votos e a proposta foi approvada por unanimidade. Acto continuo tratou-se da eleição da nova directoria, conselho fiscal e supplentes: e feito o escrutinio resultaram re-eleitos por unanimidade de votos (menos um) todos os membros da directoria e do conselho fiscal transactos assim como os supplentes.

O Snr. Augusto Leivas pedindo a palavra, agradeceu comovido a honra da sua re-eleição, dizendo que com essa nova prova de confiança que lhe era tributada, ficava sobejamente recompensado dos esforços que, elle e seu digno companheiro de directoria Snr. Satyro Marques, tinham envidado para corresponderem á confiança nelle depositada. Accrescentou que, tendo de ausentar-se brevemente para Europa não lhe era possível acceitar sua re-eleição. O Dr. Presidente disse que a Assembléa sabia

C.

— 8 —

ser impossível ao Snr. Augusto Leivas continuar no cargo, devido a pretender ausentar-se para Europa, entretanto re-elegendo-o ella cumpria o seu dever, dando-lhe assim seus consocios mais uma prova de gratidão pelos importantes serviços prestados á associação, serviços que propunha fossem salientados na acta, o que foi aprovado por unanimidade. Procedeu-se nova eleição de cujo escrutinio resultaram eleitos unanimemente: para presidente o Snr. Satyro Marques e para vice-presidente Snr. Gabriel T. Leite. Pela anterior votação ficou reeleito o Conselho Fiscal e seus supplentes, compostos dos Snrs. Dr. Carlos B. Gonçalves, Bazilio Marques, Zeferino Lopes Moura, Titulares; e dos Snrs. Manoel Bernardino Vargas, Coronel Joaquim Francisco dos Santos Abreu e Coronel Manoel de Deus Dias, supplentes. Ninguem mais tendo querido fazer uso da palavra, o Dr. Presidente encerrou a sessão, da qual levantou-se a presente acta que eu secretario *ad-hoc*, assigno com o Dr. Presidente.

Presidente — *Dr. Carlos Barboza Gonçalves.*

Secretario *ad-hoc* — *Eduardo Lacombe.*

Relação dos Snrs. Accionistas que compareceram na sessão a que se refere a presente acta cujas assignaturas constam do livro de presença :

Augusto Cezar de Leivas, Manoel Bernardino Vargas, João de Deos Guimarães, Manoel Bazilio Marques.—Por procuração de Cantalicia Rodrigues e Nestor Corrêa, representadas por Manoel Bonifacio Cardozo e Manoel Antonio Corrêa — Vespasiano Rodrigues Corrêa.—Eduardo Lacombe, Amancio Nogueira, Gabriel Tavares Leite, Pedro Frederico Rache.—Dr. José Alboino de Figueiredo, como representante de minhas filhas legítimas, Corina A. Soares e Leontina; como representante de minha filha de criação, Ignez Duplat—José Augusto Soares.—Manoel de Deos Dias, Dr. Carlos Barboza Gonçalves, Francisco Pedro Mendes, Vicente Danigno, Polynicio Espinosa, Julio Mallet.

Fonte: Arquivo do IHGJ

Como pode ser observado nas figuras anteriores, foi aprovada nesta Assembleia uma alteração do Estatuto, elevando o valor do Capital Social em 100

contos de réis, emitindo mais 50 ações, distribuídos aos acionistas 7% sobre estas ações.

Outro aspecto importante desta ata é a articulação que apresentava o nome do Sr. Augusto Leivas para presidente, mas tendo que se ausentar para a Europa, reclinou ao convite. A firma Augusto Leivas & Cia., conforme consta nos documentos, havia colocado a verba para os custos do empreendimento, bem como o Sr. Augusto Leivas liderou a primeira diretoria da entidade, logo a forma de gratidão colocada pelo presidente desta Assembleia, o Sr. Carlos Barbosa Gonçalves, leva a apontar estes fatos como motivadores do ato. Desta forma, foi organizada uma nova chapa que fora aprovada por unanimidade tendo como presidente o Sr. Satyro Marques e Vice-Presidente o Sr. Gabriel Tavares Leite.

3.2.2 Acionistas

A seguir, o quadro de Acionistas da entidade, em 1896 e em 1898, constando a quantidade de ações de cada um. Foram acrescentados nove acionistas em 1898, considerando que eram 26 os acionistas fundadores. Da primeira lista, não consta na nova a Sra. Belarmina Rache (duas ações) e Liberato Carneiro da Cunha (uma ação), e foi acrescentado o Sr. Antonio Amancio Nogueira d'Oliveira com 15 ações, Pedro Frederico Rache com 7 ações, Gabriel Tavares Leite com 5 ações, além de mais 8 acionistas com uma ação cada, entre eles o Hospital de Caridade, sendo que o número de ações continuava em 450, ampliando-se para 500 a partir da 2ª Assembleia Geral.

O Quadro de transferências de ações será apresentado originalmente, conforme publicação logo após a Relação de Acionistas de 1896 e de 1898. Ainda será apresentado a relação de acionistas de 1956, quando o Teatro Esperança S.A. já se encontrava controlado pela SOJAL, sendo a última relação encontrada.

O quadro de 1896 será transcrito, uma vez que a digitalização não permitiu uma imagem deste, já o de 1898 será apresentado originalmente, conforme publicado junto ao Relatório de Gestão.

Relação dos Acionistas em agosto de 1896:

Nome	Ações
• Augusto Cezar de Leivas	80
• Dr. Carlos Barboza Gonçalves	79
• Manoel bazilio Marquez	79
• Joaquim Francisco dos Santos Abreu	50
• Satyro Marques	40
• Manoel Bernardino Vargas	40
• Manoel de Deus Dias	20
• Francisco Pedro Mendes	15
• Antonio José Rodrigues de Cerqueira	15
• Zeferino Lopes de Moura	05
• Capitão João de Deus Guimarães	05
• Cantalícia Gonçalves Rodriguez	02
• Nestor Paxedes Corrêa	02
• Eduardo Lacombe	01
• Manoel Ferreira Condessa	01
• D ^a . Julia Rache	01
• Belarmine Rache	02
• Martinho de Oliveira Braga	02
• Antonio Joaquim Rodrigues de Lima	02
• Dr. José Alboíno de Figueiredo	02
• Corina Soares	01
• Leontina Soares	01
• João Rodrigues Barbosa	02
• Vicente Danigno	01
• Liberato Carneiro da Cunha	01
• Antonio José d'Oliveira Alves	01

Total de ações: 450

A seguir a relação de 1898, na qual podemos verificar as alterações de nomes e a quantidade de ações de cada um.

Figura 58 – Acionistas em 31 de dezembro de 1898

ASSOCIAÇÃO 74,13
DO

Theatro Polytheama Esperança

RELAÇÃO DOS SN. ACCIONISTAS EN 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Nº.	NOMES	Ações
1	Augusto Cezar de Leivas	68
2	Dr. Carlos Barboza Gonçalves	79
3	Manoel Bazilio Marquez	65
4	Joaquim Francisco dos Santos Abreu	50
5	Satyro Marques	35
6	Manoel Bernardino Vargás	39
7	Manoel de Deus Dias	20
8	Francisco Pedro Mendes	15
9	Antonio José Rodrigues de Cerqueira	15
10	Zeferino Lopes de Moura	5
11	Capitão João de Deus Guimarães	5
12	Cantálicia Gonçalves Rodriguez	2
13	Nestor Praxedes Corrêa	2
14	Eduardo Lacombe	1
15	Manoel Ferreira Condessa	1
16	D ^a . Julia Rache	1
17	Martinho de Oliveira Braga	2
✓ 18	Antonio Joaquim Rodrigues de Lima	2
19	Dr. José Alboino de Figueiredo	2
20	Corina Soares	1
21	Leontina Soares	1
22	João Rodrigues Barbosa	2
23	Vicente Danigno	1
24	Antonio José d'Oliveira Alves	1
✓ 25	Hospital de Caridade	1
26	Igneuz Duplat	1
27	Rogério Dutra da Silveira	1
28	Victorino Marques de Andrade	1
29	Maria Analia Dutra	1
✓ 30	Maria do Gloria Dutra	1
31	Antonio Amancio Nogueira d'Oliveira	15
32	Pedro Frederico Rache	7
33	Gabriel Tavares Leite	5
34	Polynicio Espinosa	1
35	Julio Leivas Mallet	1
Total:		450

Jaguarão, 31 de Dezembro de 1898.

Fonte: Relatório da Gestão - Arquivo do IHGJ

Transferências de Ações durante o ano de 1898

Figura 59 – Quadro de Transferência de Ações do ano de 1898

F4.12

Associação ao Theatro Palytheama Esperança
TRANSFERENCIA DE ACÇÕES
DURANTE O ANNO DE 1898

DATAS	CEDENTES	CESSIONARIOS	Acções	Numeros	Titulos de bonificação	Numeros
1898						
Maio 28	Manoel Bernardino Vargas	Hospital de Caridade	1	368		
" 31	Liberato Carneiro da Cunha	Ignês Duplat	1	449		
Junho 14	Manoel Bazilio Marques	Rogério Dutra da Silveira	1	236		
" "	O mesmo	Victorino Marques de Andrade	1	235		
" "	O mesmo	Maria Analia Dutra	1	237		
" "	O mesmo	Maria da Gloria Dutra	1	238		
Julho 7	O mesmo	Antonio Amancio Nogueira de Oliveira	10	225 a 234	2	45 e 46
" 18	Satyro Marques	O mesmo	5	324 a 328	1	64
Novembro 14	Belarmina Rache	Pedro Frederico Rache	2	436 e 437		
Dezembro 7	Augusto Cezar de Leivas	Gabriel Tavares Leite	5	76 a 80	1	16
" "	O mesmo	Pedro Frederico Rache	5	71 a 75	1	15
" "	O mesmo	Polynício Espinosa	1	70		
" "	O mesmo	Julio Leivas Mallet	1	69		
		Total	35		5	

Jaguarão, 31 de Dezembro de 1898.

Fonte: Arquivo do IHGJ

O documento a seguir foi encontrado junto à documentação da SOJAL, empresa que assume o Teatro Esperança a partir da década de 1960, e apresenta a relação de acionistas do Teatro Esperança Sociedade Anônima, no ano de 1956. Verificamos junto a documentação da SOJAL que vários acionistas do Teatro também participavam desta Sociedade que ora estava sendo criada, transição abordada em 2.4.3 no capítulo anterior.

Figura 60 – Acionistas no ano de 1956.

Acionistas do Teatro Esperança. S/A.		(Ano 1956)
1	Dr. Guilherma Echenique	89
2	Sr. Osvaldo Rodrigues de Farias	54
3	D. Eudexia Barbosa de Lara Palmeiro.....	51
4	D. Branca Barbosa Gonçalves	50
5	Sr. Alcides de Oliveira Alves	35
6	Sr. Olympio de Oliveira Alves	25
7	Dr. Vicente Martins da Silva	24
8	Dr. Rubens Gonçalves Marques	16
9	Sr. Carlos Marques Gonçalves	16
10	Sr. Odilo Marques Gonçalves	16
11	D. Lucy Barbosa Gonçalves	15
12	D. Adília Marques	13
13	D. Candida Ayda Marques	12
14	D. Jacy Marques	12
15	Sr. João Simplicio Carduz	12
16	Barão de Tavares Leite	12
17	D. Izabel Garcia Tinoco	10
18	D. Jacy Dias Carduz	9
19	Sr. João José Silveira	3
20	D. Marieta Vitelo Marins	3
21	Sr. Lourival de Tavares Leite	2
22	Sr. Heleodoro Anselmo Affonso	2
23	Dr. João Soares Carricomde	2
24	Sr. João Dias Carduz	2
25	Dr. Alfredo de Melo Tinoco	1
26	Associação Protetora dos Desvalidos ..	1
27	Sr. Almiro de Lima Piuma	1
28	D. Angela Danigno	1
29	Dr. Joaquim Rache Vitelo	1
30	D. Anna Vitelo Smith	1
31	Sr. Lindoberto Rache Vitelo	1
32	Dr. João Rache Vitelo	1
33	Sr. Conrado Sebão de Carvalho	1
34	D. Alcides Guimarães Obino	1
35	Dr. Joaquim Rache Vitelo	1
36	D. Ignez Guimarães Rodrigues	1
37	D. Edith Guimarães Viña	1
38	D. Iracema Guimarães Godinho	1
39	Sr. Luiz Rache Vitelo	1
		500

Fonte: Arquivo da SOJAL

Esta lista possivelmente foi a última relação de acionistas do Teatro Esperança Sociedade Anônima, pois até o momento não foi encontrado documentação posterior, bem como Ata de Assembleia dando fim a esta entidade e passando o Teatro Esperança para administração da SOJAL, embora perceba-se que o controle acionário já passou para a mesma no momento de sua constituição em agosto de 1956.

3.3 Ata da Assembleia de Constituição do “Teatro Esperança Sociedade Anônima” em 1929.

A Ata desta Assembleia, bem como o Estatuto de 1929, foi publicada em 1951, pela Oficina e Gráfica da Livraria Apolo, e pode ser encontrada no IHGJ.

Analisando a ata, em 26 de agosto de 1929 se reúnem os fundadores e subscritores do capital necessário para a constituição de uma sociedade anônima para exploração da então extinta “Associação do Teatro Politeama Esperança”, que havia terminado o tempo de duração, conforme seus estatutos. Como liquidantes da antiga sociedade, estavam os senhores Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, o Cel. Gabriel Gonçalves da Silva e o Cel. Pedro Frederico Rache. A Assembleia escolheu o Dr. Carlos B. Gonçalves para presidi-la, o qual aceitou e escolheu o Sr. Paulo Cassal como secretário e anunciou que se tratava, conforme publicação no jornal “A Situação”, de 22 e 24 de agosto, de “constituir uma nova sociedade anônima com os mesmos fundos, capital e bens que formaram a extinta ‘Associação do Teatro Politemama Esperança’” (ATA, 26/08/1929), o que fora resolvido pelos antigos acionistas em assembleia de 16 de julho de 1929.

Nesta ata, observa-se que havia acontecido um chamamento para o dia 12 de agosto, porém não havia comparecido um número suficiente de subscritores, sendo necessária nova convocação para o dia 26 de agosto. Também é apresentado um Laudo de Avaliação aprovado por todos e já comentado no segundo capítulo. Cada antigo acionista transferiu para a nova sociedade suas ações, ficando cada qual com o mesmo número de ações que possuíam, constituindo-se a nova sociedade com a denominação de Teatro Esperança Sociedade Anônima, contendo 500 ações nominativas.

A ata analisada mostra que não houve intenção de manter a antiga Associação, o que permitiria manter os estatutos, mas constituir uma nova. As mudanças não foram muitas, se for considerado o novo estatuto, mas esta movimentação permitiu uma renovação e ampliação de capital, o que aconteceu. A gestão continuou sendo feita pelos arrendatários do Teatro, que naquele momento era gestado pela empresa Boto e Emygidio a qual mantinha regularmente sessões de cinema.

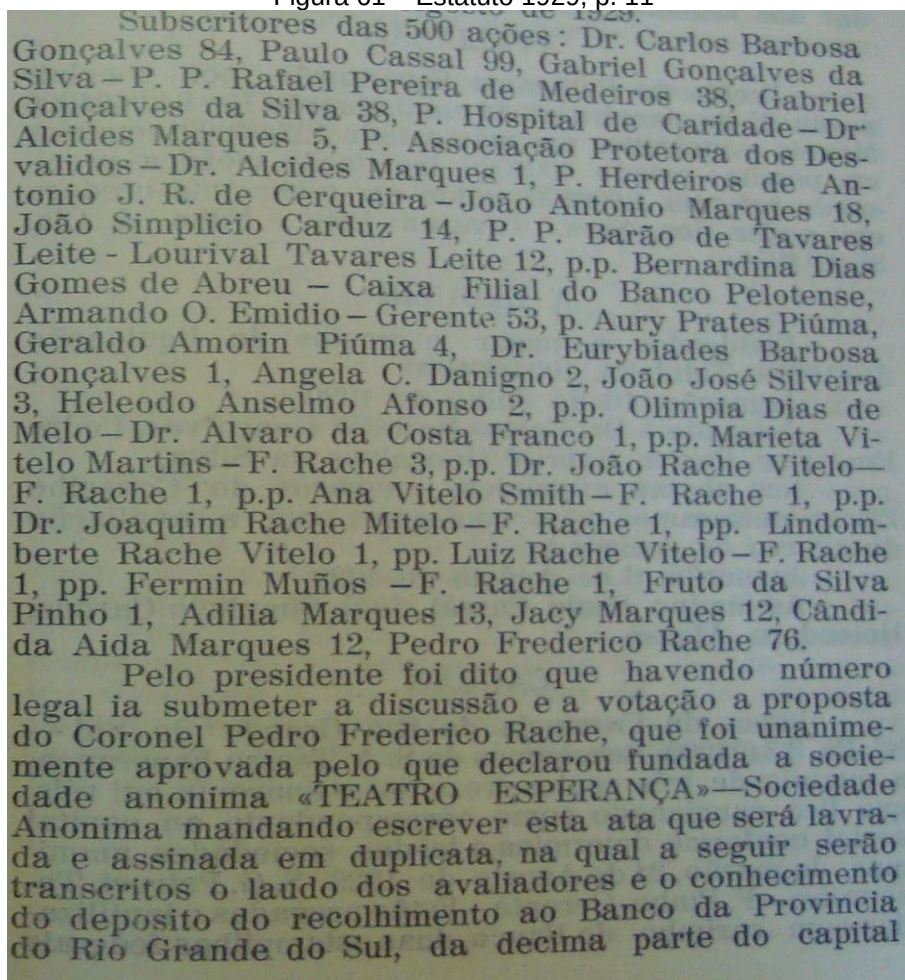
3.3.1 Estatuto do Teatro Esperança S.A. de 1929.

O Estatuto mantém-se similar ao anterior, mas ajusta algumas cláusulas. Além da nova denominação, a finalidade que agora consiste em adquirir todo o acervo da antiga Associação, finda por conclusão de prazo, e estabelece no artigo 3º o seguinte: “O Teatro e suas dependências serão explorados diretamente pela

sociedade ou mediante locação, conforme deliberação da diretoria e conselho fiscal”. Percebam que no Estatuto da antiga Associação previa no artigo 4º o seguinte texto: “O Teatro e suas dependências serão cedidos por aluguel ou gratuitamente [...] podendo contratar-se companhias para fazer funcionar por conta da associação”. Apesar de serem semelhantes, no atual estatuto buscou-se deixar mais claro a possibilidade de locação por terceiros para exploração por conta destes, e não por conta da Sociedade, resignada a fiscalizar as instalações.

O restante do Estatuto busca organizar a Sociedade de acordo com as regras do Código Civil, definindo o capital, as ações, os fundos de reserva e a administração. Nas disposições gerais estabelece que a diretoria assiste ou envia representantes aos espetáculos exibidos no edifício do teatro para evitar procedimentos que possam prejudicar o edifício e seus utensílios, demonstrando a preocupação com a manutenção do prédio. O Estatuto é datado de 26 de agosto de 1929 e contém os subscritores das ações conforme figura digitalizada a seguir.

Figura 61 – Estatuto 1929, p. 11



Fonte: Arquivo do IHGJ

Espera-se que estes documentos sejam úteis para novas pesquisas, onde ainda, acredita-se, possam ser encontrados outros documentos em algum arquivo privado ou publicação de jornal ainda não analisada. Outros documentos, e não são poucos, foram analisados e citados ao longo do trabalho, mas não me detive neste capítulo, por se tratarem de ofícios, atas, publicações em jornais, *folders* e registros cartoriais, os quais alguns estão nos anexos, mas aqui tornaria o capítulo bastante extenso e, pelo tipo de documento, o próprio desenvolvimento do segundo capítulo já contemplaria esta parte, sendo ainda completado com os anexos.

Considerações finais

Conforme foi apresentado no início deste trabalho, a intenção foi analisar um lugar eivado de memórias e que tem uma relação importante com a comunidade (ou boa parte dela), mas também teve a intenção de apresentar um material que servisse para uma organização da história do mesmo, ou seja, do Teatro Esperança. Construímos uma trajetória histórica baseada em documentos, fotos e objetos, possíveis de serem analisados, mas também foi “alimentado” de memórias apresentadas por muitos moradores e registradas em livros, jornais e entrevistas.

A história como experiência coletiva dos homens e elaboração intelectual sobre ela e a memória como registro e armazenamento, mas também evocação do que foi registrado e armazenado (Le Goff, 1990); a história, no máximo, nos fornece construções que ela declara serem reconstruções, mas desprovida do reconhecimento, a memória por sua vez traz o significado de que algo aconteceu antes que declarássemos nos lembrarmos dela (Ricoeur, 2007) funcionando como reconhecimento e reapropriação do passado histórico. Não por acaso, Ricoeur entende que o “testemunho constitui a estrutura fundamental entre a memória e a história” (ibid., 2007), pois é através destes que podemos também desmascarar os falsos testemunhos, através da oposição com outros reputados mais confiáveis.

Esta dissertação trabalhou com a ideia de que a memória se constitui como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Assim, por meio de uma inter-relação dinâmica, sendo suportes das identidades individuais e coletivas, conforme Le Goff (1990). Dialogando com Candau (2011), a ideia dos “sociotransmissores” apresentada no Capítulo 1, se apresenta neste momento de forma bem apropriada, pois este teatro como um objeto patrimonial serve como um excelente “sociotransmissor”, do qual muitos

indivíduos se utilizam para fixar e reencontrar suas lembranças, um suporte para a memória da “história” do que ali se passou.

O patrimônio vem significar a rememoração ou a lembrança da própria ação humana em diferentes tempos e lugares. As pessoas, em geral, possuem numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e as imagens oriundas destas relações estão impregnadas de memórias e significações. No exemplo apresentado na página 30, muitos momentos como aquele, bem como muitos outros momentos ao longo da história deste teatro vão se preservar no imaginário de muitos destes indivíduos, e a partir daí vai alicerçando uma memória que valoriza tanto um espaço, no caso o Teatro Esperança (material) como a arte (imaterial).

Dessa forma, o Teatro Esperança, um bem patrimonial, cultural, materialmente edificado, possibilita uma série de memórias na comunidade que com ele interage, mesmo considerando seu fechamento por cerca de 50 anos. Ele manteve-se numa condição de símbolo do Patrimônio Cultural da cidade, testemunhado em pesquisas já realizadas como pelo Projeto Pibid/História/Unipampa/2011, bem como quando escolhido como um dos bens a serem trabalhados pelo Projeto Jaguar e foi, em 2015, o primeiro bem a ser restaurado e entregue à comunidade. Ora, conforme apresentado, Llorenç Prats (2005) considera patrimônio primeiramente uma construção social, dialogando com a ideia de prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma em Joel Candau (2011). Pois, para que determinados elementos se constituam como patrimônio estes têm de ser buscados em um corpus cultural mais ou menos difuso e sujeitos a uma engenharia social que lhes confira valor e significado, e este Teatro, efetivamente, é valorado e tem um significado importante pela comunidade local como podemos deduzir do processo de patrimonialização do mesmo. Ao discutir a questão da gestão (2.4.8), foi levantado a importância da atenção quanto a preservação destes patrimônios e as consequências e necessidades para tal, uma vez que este patrimônio alimenta inúmeras perspectivas por parte da comunidade.

Este trabalho levou a perceber que este teatro adquiriu um significado que lhe permitiu este *status* pela comunidade, se constituindo neste referencial diante dos vários usos, ao longo dos anos, e em especial, nas últimas décadas, quando suas portas se encontravam fechadas. Neste período, foram as atividades escolares, tanto artísticas como as formaturas do Ensino Médio, além de outras atividades e espetáculos esporádicos que nele aconteciam, que fizeram com que o local fosse

lembrado e apresentado como “o teatro da cidade”. Por conta disso, acabou sendo fruto direto das políticas públicas para o patrimônio, desenvolvidas nas décadas de 1980 até a atual. Das discussões do Projeto Jaguar, do tombamento estadual, da municipalização, da tentativa de restauração, na virada do último século, até a recente contratação do projeto de restauração e sua execução, todos estes passos estão relacionados à macro política, mas que por si só não se constituiriam se não fosse por conta de seu significado para a comunidade.

Finalmente, um patrimônio cultural se transforma em um lugar de memória, quando há alguns atributos, dados por Nora, – simbólico, material e funcional – e aí se transforma num instrumento para a preservação da memória, mas não se confundindo com ela. A preservação de seus sentidos e significados se faz através de narrativas, e são essas narrativas que fazem com que a história seja perpetuada através de gerações. É possível afirmar que o Teatro Esperança é um genuíno “lugar de memória”: é um lugar funcional, pois foi adquirindo a função de alicerçar memórias coletivas, está num lugar específico, com toda sua materialidade, e é simbólico uma vez que representa significados que a comunidade dá a cidade e onde a memória coletiva se carrega de sentidos, se expressa e se revela.

Referências

Bibliografia

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional** (Panorama da história de Rio Grande). Rio Grande: Ed. Da FURG, 2001.

BOLÁN, Eduardo. Del patrimonio como producto. La interpretación del patrimonio como espacio de intervención cultural. In: NIVEON, Eduardo, MANTECÓN, Ana Rosas (coords.) **Gestionar el patrimonio en tiempos de globalización**. México, Juan Pablo Editor, 2010.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo, Contexto, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo, Annablume, 2009. PDF.

_____. **PAC Cidades Históricas - oportunidade para a conservação integrada?** In: Locus - Revista de história de Juiz de Fora, v.16, n.2, pp.93-117, 2010.

CERQUEIRA, Fábio Vergara, GUTIERREZ Ester Judite Bendjouya, SANTOS Denise Ondina Marroni, MELO, Alan Dutra.- **Educação patrimonial: perspectivas multidisciplinares**. Pelotas, RS- Instituto de Memória e Patrimônio e Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural- UFPel.- Pelotas: Editora da UFPEL, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

CONY, Cecy. Devo narrar minha vida. Petrópolis: Ed. Vozes, 1950. In: SOARES, Eduardo Alvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

CUNHA, James Bolfoni da. **Jaguarão e os Militares – Dois séculos na fronteira**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2012.

CUSTÓDIO, Luis Antônio (org.). **Roteiros de Arquitetura da Costa Doce – Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Sebrae, 2009.

DUARTE, Neusa Marilú. **Minha terra, minha gente**. Jaguarão: Editora Viza Artes Gráficas, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Getúlio Vargas e outros ensaios**. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 1993.

_____. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Origens de Jaguarão: 1790-1833**. 2ª Edição – Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2007.

LE GOOF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Andrea da Gama. **O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural Jaguareense (1802-1888)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTMANN, Ângela Maria (org.). **Redes que tecem saberes: vivências e práticas da iniciação à docência**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

HESSEL, Lothar. **Teatro no rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999.

HESSEL, Lothar, RAEDERS, Georges. **O teatro jesuítico no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1972.

_____. **O Teatro no Brasil: da Colônia à Regência**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1974.

_____. **O Teatro no Brasil sob Dom Pedro II. 1ª parte**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1979.

_____. **O Teatro no Brasil sob Dom Pedro II. 2ª parte**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1986.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NACIONAL (IPHAN). **Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão**. Porto Alegre: Ministério da Cultura; IPHAN, 2010.

IZQUIERDO, Ivan. **Memórias**. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.6, pp. 89-112. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006>.

LAROCHE, Serge. **De mémoire de neurone. La revue pour l'histoire du CNRS** [En ligne], 21 | 2008, mis en ligne le 03 juillet 2010, consulté le 31 janvier 2013. URL : <http://histoire-cnrs.revues.org/7333>

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguaí: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas) – Universidade Politécnica da Catalunha, 2002.

NETO, Nécio Turra. Em busca do lugar reencontrado. In: VESTENA, L. R. Et al. (org.). **Saberes geográficos: teorias e aplicações**. Guarapuava (PR): Unicentro, 2009.

NORA, Pierre. **“Entre Memória e História: A problemática dos lugares”**. Tradução: Yara Aun Khoury. In Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC SP, nº 10. Dez. 1993

NUNES, Valdo Dutra; GARCIA, Jorge Arismendi. **Projeto Jaguar: Ficha técnica da proposição – Estudo preliminar**. Jaguarão/Prefeitura Municipal, 1983.

OLIVEIRA, Ana Lucia Costa & Seibt, Maurício Borges. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.

_____. (Org.) **Inventário do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Jaguarão – Projeto Jaguar**. Jaguarão: UFPEL/IPHAN/Prefeitura Municipal de Jaguarão, 1988.

PAIXÃO, Mucio da. **O Theatro no Brasil**. Rio de Janeiro, Brasília Editora, 1936.

PATRIMONIUM Arquitetura Histórica e Contemporânea. **Detalhamento do Projeto de Restauro do Teatro Esperança**. 1ª Etapa. Jaguarão, 2010.

_____. **Detalhamento do projeto de Restauro do Teatro Esperança**. 2ª Etapa. Jaguarão, março de 2011.

PEREIRA, Claudio Corrêa. Minuanos/Guenoas. **Os Cerritos da bacia da Lagoa Mirim e as origens de uma nação pampeana**. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha-MTG, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço**. ArtCultura, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 26, 2002.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de S. Leopoldo). **Anais da Província de S. Pedro**. Reprodução da 2ª edição de 1839. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1946

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente: séculos XVIII-XXI**. São Paulo. Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. **Concepto y gestión del patrimonio local**. Cuadernos de Antropología Social Nº 21, pp. 17-35, 2005.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. **Memória, história, esquecimento**, 2003.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Don Frutos**. Porto Alegre: ardotempo, 2010.

_____. **Contos da vida difícil**. Porto Alegre: ardotempo, 2013.

_____. **Fitas de cinema**. Porto Alegre: ardotempo, 2015.

SCHOENAERS, Cônego Thomas Aquinas. Org. Eduardo Alvares de Souza Soares. **Três Anos no Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2003.

SELBACH, Jeferson Francisco (org.). **Encontros Culturais: Trabalhos reunidos**. Jaguarão/RS: Selbach & autores associados, 2015, 160p. Encontrado em:

http://books.google.com.br/books?id=jsi0BgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

SILVA, Adriana Fraga. **Uma arqueologia do espetáculo: O Teatro Esperança - Jaguarão (RS)**. Relatório final do Projeto de pesquisa arqueológica. Unipampa, 2013.

SILVA, Amanda da Costa. **Era uma vez um cinema: o caso do Cine-Theatro Independência e os mecanismos de preservação do patrimônio de Santa Maria (RS)**. Dissertação. (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza. **Ponte Mauá: Uma História**. Porto Alegre, Evangraf, 2007.

_____. **Lobo da Costa em Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

_____. **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da cidade de Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

TORRE, Alfredo J.; MOLTENI, Jorge R.; PEREYRA, Elvira N. **Patrimonio cultural inmaterial: conceptualización, estudio de casos, legislación y virtualidad**. La Plata: Dirección Provincial de Patrimonio Cultural CEPEI, 2009.

Legislações, relatórios e documentos oficiais:

AÇÃO CAUTELAR INOMINADA COM PEDIDO DE LIMINAR de 12/11/2015. Processo nº 055/1.15.0001129-4.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA de 23/10/2002. Processo nº 055/1.03.000151-1.

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO de 13/11/2015 contra Ação Cautelar Inominada (Processo nº 055/1.15.0001129-4).

BRASIL. Diário Oficial da União (DOU) de 04/01/2010. Autoriza captação de recursos para Restauro do Teatro Esperança pela Lei Rouanet.

BRASIL. **Lei 10.257** de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre o patrimônio cultural**. Brasília, 2010. Disponível em:

http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4844/legislacao_patrimonio.pdf?sequence=1

CODEC RS. **Processo de tombamento nº 00.786-0804 CODEC-1990.6**. Inscrição no Livro do Tombo Histórico – fls. – 45. Portaria 06/90, 05/07/1990 – publicada no DOE em 19/07/1990.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO. **Ata da reunião realizada em 31/03/1997, nº 551.**

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO. **Ata da reunião realizada em 14/04/1997, nº 552.**

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO. **Ata da reunião realizada em 18/06/2012, nº 711.**

IPHAE. Info. 52, 02/07/1999. Análise de projeto do Teatro Esperança.

IPHAE. Info. 106, 03/09/2003. Recomendações referentes a vistoria feita na obra do Teatro.

IPHAE. Info. 179, 05/12/2003. Resposta a solicitação verbal da PMJ com relatório das ocorrências desde o pedido de convênio com o Estado em 25 de maio de 1998.

IPHAE. Memo 47, 10/04/2002. Apresenta divergências na dimensão do lote tombado entre a Escritura Pública e o Cadastro Municipal.

IPHAE. OFÍCIO 01 CT, 07/08/1997. Solicitações à PMJ referente à obra no Teatro.

IPHAE. OFÍCIO 02 CT, 07/08/1997. Solicitações à PMJ sobre os bens tombados.

IPHAE. Ofício 476, 10/12/ 2003. Recomendações conforme orientações após a Ação Pública do MP.

JAGUARÃO. Autorização Municipal de 18/04/2005 para Arq. William Pavão Xavier (CREA 48.376) elaborar o Projeto de Restauração do Teatro Esperança.

JAGUARÃO. **Estatutos da Associação do Theatro Polytheama “Esperança”. 1896.** Jaguarão – RS. A Minerva. Livraria e Typographia e encadernação. Franco, irmão e Comp.

JAGUARÃO. **Estatutos do Teatro Esperança S.A.** Jaguarão – RS, Oficina e Gráfica Apolo, 1951.

JAGUARÃO. *FOLDER* “A chama da esperança convida você a participar”, 1997. SME/PMJ. Chamamento para solenidade de municipalização do Teatro Esperança.

JAGUARÃO. Gabinete do Prefeito, PMJ, **Lauda Técnico do Teatro Esperança**, de 03/07/1995.

JAGUARÃO. **Livro de Imposto sobre Comércio - Profissão e Indústrias.** Jaguarão – RS, 1897. Encontra-se o nome de Baltazar Gonçalves Ramos, autor da pintura do teto do Teatro.

JAGUARÃO. **Lei Complementar nº 07**, Jaguarão, 28 de novembro de 2006.

JAGUARÃO. **Lei nº 4.682, de 19 de dezembro de 2007.** Institui a PPHAT- Lei de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão, parte integrante do Plano Diretor Participativo de Jaguarão (PDPJ).

JAGUARÃO. **Escritura Pública nº 18.337**, desapropriação do Teatro Esperança.

JAGUARÃO. OFÍCIO SM ENGENHARIA, 22/12/2003. Resposta a PMJ e ao IPHAE referente a obra no Teatro Esperança.

JAGUARÃO. OFÍCIO SPO nº 047, 12/08/1997 (Secretaria de Planejamento e Obras). Solicitação de contratação de um arquiteto para prestar serviços referente ao Projeto de Restauração do Teatro Esperança.

JAGUARÃO. **Publica Forma**, Jaguarão. Arquivo do IHGJ. 1893. Registros do processo judicial movido por Martinho Braga contra a Associação do Teatro Politeama Esperança, trazendo informações sobre o estado do prédio.

JAGUARÃO. Registro de Imóveis de Jaguarão. Matrícula 12.079; Matrícula 14.070 e 14.071. Matrículas referentes ao Teatro Esperança com desmembramento da parte dos fundos.

Relatório da Associação do Theatro Polytheama Esperança. Ano de 1898. Typografia da Livraria Commercial, 1898, 1899.

Relação de acionistas do Teatro Esperança S.A. Ano 1956.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Legislativo Nº 6.175, de 14/11/1990. Aprova **Convênio entre Estado e Município de Jaguarão**. D.O. do Estado do RS de 30/11/1990

RIO GRANDE DO SUL. **Termo de Convênio Estado do RS e Município de Jaguarão** de 02/07/1998.

SOJAL. **Contrato por instrumento particular de Sociedade por quotas de responsabilidade limitada.** 01/04/1957

____ **Alteração contratual da Sociedade Imobiliária e Comercial de Jaguarão LTDA. – SOJAL.** 01/04/1958

____ **Adendo à alteração contratual da Sociedade Imobiliária e Comercial de Jaguarão LTDA. – SOJAL.** 16/10/1963

Jornais impressos:

A FOLHA. Jornal A Folha de Jaguarão. 02/05/1959; 26/06/1982; 20/04/1991; 13/05/1991; 10/09/1993.

A ORDEM. Jornal A Ordem de Jaguarão. Edições de 04/02/1986; 11/09/1895; 19/02/1896; 14/01/1898.

CORREIO DO POVO. Jornal Correio do Povo (POA), edição de 24 de abril de 1983.

CORREIO MERCANTIL. Jornal Correio Mercantil de Pelotas. 11/02, 05/03 e 09/04 de 1886 e 13/01/1898.

DIÁRIO POPULAR. Jornal Diário Popular de Pelotas. Edição de 05/10/2014.

FOLHA DA TARDE. Jornal Folha da Tarde (POA), edição de 28 de fevereiro de 1984.

JORNAL DA UFPEL. Jornal da Ufpel, Pelotas, março, 1987.

O JAGUARENSE. Jornal O Jaguarense de Jaguarão. Edição de 23/01/1856.

ONZE DE JULHO. Jornal Onze de Julho de Jaguarão. Edição de 27 de março de 1868.

Jornais em edição eletrônica:

CORREIO DO POVO, 08/02/2010

<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=115&Numero=131&Caderno=9&Noticia=96373>

CORREIO DO POVO, 25/03/2010

<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=115&Numero=176&Caderno=9&Noticia=116574>

Revistas e periódicos:

CADERNOS JAGUARENSES. Jaguarão: PMJ e IHGJ, v.1, 1990.

CADERNOS JAGUARENSES. Jaguarão: PMJ e IHGJ, v. 5, 2013.

PARA ENTENDER O TEATRO BRASILEIRO. São Paulo: Ed. Abril, 2010

Blogs e Sites:

Blog da Confraria dos Poetas de Jaguarão

<http://confrariadospoetasdejaguarao.blogspot.com.br/>

Blog da Secretaria Municipal de cultura e turismo

<http://secultjaguarao.blogspot.com.br/>

Blog de Hélio Ramirez

<http://helioramirez.blogspot.com.br/>

Blog do Poeta das Águas Doces

<http://poetadasaguasdoces.blogspot.com.br/>

Site Iphan

<http://portal.iphan.gov.br/>

Site Luis Carlos Osterman Encontros com o professor

<http://www.encontroscomoprofessor.com.br>

Site TV Globo SP

<http://globo.tv/globo.com/rede-globo/antena-paulista/v/saiba-quais-reformas-em-teatros-de-sao-paulo-que-nunca-acabam/3509801>

Site Wikipedia

<https://pt.wikipedia.org>

Entrevistas:

ALMEIDA, Djalma Soares. Jaguarão, 03 nov. 2015

CASSAL, Athos Gonçalves. Jaguarão, 10 out. 2014.

CARDOSO, Carlos. Jaguarão, 20 jan. 2015.

GARCIA, José Irineu. Jaguarão, 07 ago. 2015.

MARTINS, José Claudio Ferreira. Jaguarão, 16/11/2016

PEREZ, Izolda Camerine Correa. Jaguarão, 27 abril 2015.

PEREZ, Luiz Carlos Carvalho. Jaguarão, 27 abril 2015.

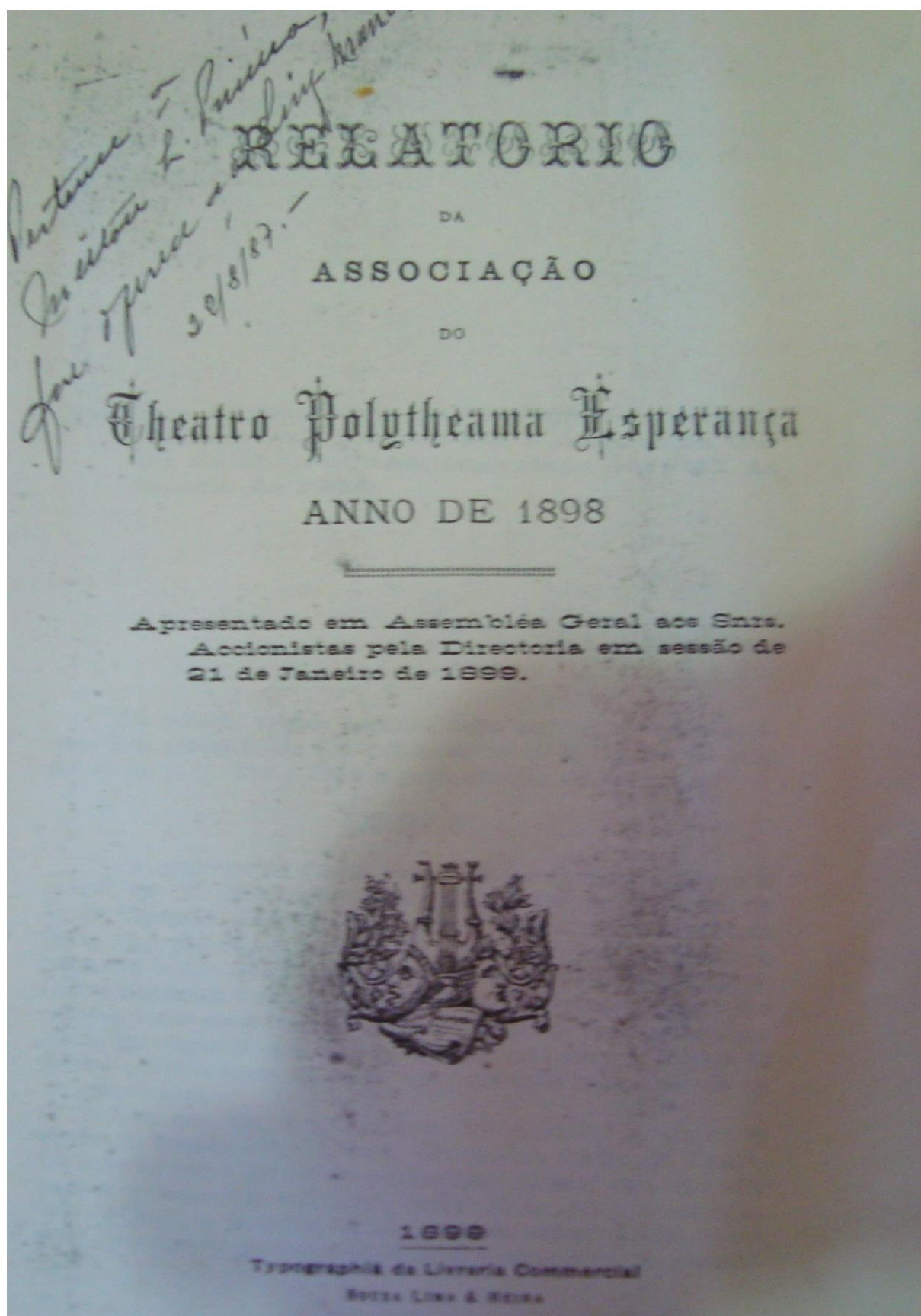
PORTO, José Alencar de Oliveira. Jaguarão, 15/11/2016.

SANTOS, José Ailton Silveira. Jaguarão, 03 nov. 2015.

TEIXEIRA, Fernando Claudio. Jaguarão, 04 nov. 2014.

ANEXOS

ANEXO A – Relatório da Associação do Theatro Polytheama Esperança de
1898



**Relatorio da Directoria do Theatro Polytheama
"Esperança", apresentado à Assembléa Ge-
ral de accionistas, convocada para 21 de
Janeiro de 1899.**

Srs. Accionistas:

De accordo com os estatutos desta associação, vimos apresentar-vos contas desde sua instalação em 20 de Agosto de 1896 até 31 do p. p. mez e dar-vos conhecimento do occorrido.

OBRAS

As contractadas com o Snr. Martinho Oliveira Braga pela quantia de R^s. 65:500\$000, foram definitivamente ultimadas em 31 de Dezembro de 1897 bem como a construcção do saguão da frente que não estava incluído no contracto e que foi resolvido contractar com o mesmo architecto pela quantia de R^s. 1:800\$000. Outras alterações foram julgadas de vantagem realizar, que dellas podereis tomar conhecimento pela escripturação. Tambem foi construido um deposito para carbureto, uma cocheira nos fundos do theatro e archibancada no palco, accomodações indispensaveis em um polytheama.

Com este fim, principalmente, foi realizada a compra do predio da esquina—Rua General Osorio—nos fundos do theatro, de accordo com o Snr. Polynicio Espinosa, ficando este com uma parte e a associação com outra parte. Ainda, por conveniencia, foi effectuada a permutta de um pequeno terreno de D^a. Maria José Vaz conforme consta na escriptura e respectivos lançamentos.

INAUGURAÇÃO

Pela companhia-Lyrica e Operetas—Cartocci,—teve lugar a inauguração em 13 de Janeiro do anno p. p. com grande successo e bom resultado tanto para a companhia como para a Associação.

SCENOGRAPHIA

Havia sido contractada com o Snr. Ricardo Giovanni pela quantia de cinco contos de reis com a obrigação de entregar o serviço prompto dentro dum determinado prazo sob pena de multa de 500\$000 rs. Não tendo terminado o serviço dentro do prazo estipulado, incorreo na referida multa; mas, a demora em nada tendo prejudicado á associação e havendo o Snr. Giovanini concluido satisfactoriamente todo o serviço contractado e ainda retocado o panno de bocca e todo o material entregue ha um anno, aproximadamente, de forma a estar, presentemente, toda a scenographia nova, resolvemos dispensar a mencionada multa.

ILLUMINAÇÃO

Montou seu custo á quantia total de R^s. 6.656\$480, superior ao calculado devido a imprevistos e principalmente á pequena pratica da pessoa que a instalou e ao pouco conhecimento da luz ecetylene em nosso Estado e mesmo fóra, que, incontestavelmente, hoje está muito mais aperfeiçoada. Recebemos de diversos pontos da Europa, orçamentos e informes sobre varios systemas de luz até então descobertos, que não nos habilitaram á encommenda precisa, por attingirem todos somma muito superior ao dispendido. Estavamos nesta difficuldade quando se nos proporcionou a instalação existente que em sua exccução soffreu erros, ocasionando no começo difficuldade em seu funccionamento; agora, porém, funciona regularmente e a illuminação se ainda deixa a dezejar, entretanto é indubitavelmente melhor que kerozene e menos perigosa. Pela difficuldade na aquisição do carbureto e seu transporte, torna-se preciso encommendar-o com antecipação e não muito pequenos lotes para evitar maiores despesas, havendo, por isso, em deposito, uma quantidade no valor de R^s. 5:935\$070.

RECEITA E DESPEZA

A receita bruta foi de R^s. 13:530\$000 producto de 103 espectaculos realizados durante o anno conforme consta dos livros respectivos.

A despesa, conforme vereis descriminada em separado,

montou a R^s. 5:076\$960 e consta de combustíveis para a luz, 10\$000 por cada espectáculo ao zelador do theatro, Manoel Caetano Pereira, segundo contracto com o mesmo, e pequenas miudezas. Resulta um saldo liquido de R^s. 8:453\$000 a credito de Lucros e Perdas que permitiria um dividendo acima de 9 o/o. Porém, tendo a importancia das obras realizadas excedido ao capital da associação, fomos forçados a lançar mão da mencionada renda para attender aos compromissos contrahidos e sendo ainda insufficiente, os Snrs. Augusto Leivas & C. forneceram mais a quantia de R^s. 7:172\$420 sobre cujos déficits cumpre-vos resolver.

De conformidade com o artigo 14 dos Estatutos nos corresponde uma percentagem como unica e exclusive remuneração ao nosso trabalho; mas, como nos julgamos compensados com o regosijo de ver nossa terra natal dotada com um theatro considerado o primeiro do Estado, desistimos desse direito.

O guarda-livros que executou todo o trabalho de escripturação durante o anno de nossa gestão, foi o Snr. Polynicio Espinosa, cujo serviço tendo feito gratuitamente apresentamos-lhe, em nome da associação nossos agradecimentos.

REGISTRO TORRENS

Considerando de urgente necessidade melhor garantir as propriedades desta associação, resolvemos inscrever-as no registro torrens a somma de R^s. 598\$500.

Terminamos promptos a dar-vos quaesquer outros esclarecimentos que julgardes necessarios.

Jaguarão, 18 de Janeiro de 1899.

Augusto Cezar de Leivas,
Director - Presidente.

Satyro Marques,
Director Vice-Presidente.

ANEXO B – Info. IPHAE N° 179/2003

IPHAE

**SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO**

Av. Borges de Medeiros, 1501, 21º andar- Porto Alegre-RS - Cep: 90110-150
Fone/Fax: (051)3225.3176 – e-mail: iphae@via-rs.net

INFO. IPHAE N.º 179/03

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2003.

Senhora Diretora:

Atendendo solicitação verbal sobre a situação do Teatro Politeama Esperança de Jaguarão, temos a informar:

- Em 25 de maio de 1998 através do Gab. Pref. Of. n.º 194/98 o prefeito de Jaguarão solicita ao Secretário de Cultura Substituto convênio com a Secretaria para recuperação da cobertura do Teatro. Em anexo ao mesmo é encaminhado documentação sobre a cobertura e o orçamento para a realização do seu restauro.

Em 02 de julho de 1998 foi assinado termo de convênio entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Prefeitura Municipal de Jaguarão, tendo em sua cláusula 1.ª como objeto a "Reforma do Teatro Politeama" e em sua cláusula Segunda: Das obrigações das partes:

II – Ao Município caberá:

b) obter a aprovação do projeto nos termos da Lei n.º

10.846/96(LIC);

e em sua cláusula terceira: Das condições para o desembolso: Promover a realização da obra, conforme projeto que será submetido e aprovado pelo IPHAE e em sua Cláusula Quinta- Do acompanhamento da execução.

Através do Memo. N.º 55/98, de 30/11/98, o Arquiteto Regis Thalheimer relata ao Diretor Geral da SEDAC que: recursos do convênio foram utilizados pelo titular à revelia de todas as orientações deste técnico e do decorrente projeto apresentado à LIC...

O arquiteto conclui pelo embargo da obra,... para resguardo contra maiores prejuízos ao nosso bem tombado.

Em 09/01/99 através do Gab. Pref. Of. n.º 003/99 o Prefeito encaminha prestação de contas relativa ao termo de convênio.

- Em 10/02/99 o Arq. Regis Thalheimer relata através da Inf. IPHAE n.º 09/99 as várias situações de desconformidade com as obras executadas, inclusive com destelhamento parcial o que causou deterioração do forro em estuque e também da ausência de retorno às solicitações realizadas a Prefeitura Municipal e seus técnicos.

ps

- Em 02/03/99 o arquiteto Roberto Luiz Sawitzki emite Parecer IPHAE 06/99 referente ao Projeto LIC/SEDAC 876, cujo objeto é o teatro Politeama Esperança de Jaguarão. Neste parecer estão listados diversos itens do projeto apresentado ao sistema LIC/SEDAC que precisam ser solucionados para que o projeto fique em conformidade com o exigido para um projeto de restauro.

- Em 07 de junho de 1999 através do pref. Of. n.º 138/99 o senhor Prefeito Municipal envia novamente o projeto ao sistema LIC/SEDAC.

- Em 02 de julho de 1999 o Arq. Angelo Braghirolli analisa o projeto apresentado, listando vários itens a serem contemplados para que o mesmo apresente condições técnicas de análise.

- Em 24 de março de 1999, através da Informação 29/99/AJU/SEDAC a Assessora Jurídica Maria Luisa Abreu de Mello, após o exame da documentação apresentada sugere vistoria técnica ao bem tombado para que possam dimensionar os danos causados aos bem tombado e em seguida, encaminhados à Procuradoria Geral do Estado para que os responsáveis pelos danos causados sejam responsabilizados.

- Com relação a prestação de contas a mesma recomenda que seja enviada ao setor financeiro para verificação.

- Em 25 de março de 1999 a coordenadora da Assistência Jurídica Marise Gomes Siqueira Nicotti homologa a Info. N.º 29/99/AJU/SEDAC, encaminhando aos órgãos competentes para as providências necessárias.

- Em 10 de abril de 2000, através da Inf. IPHAE n.º 11/00 a Arq. Mirian Sartori Rodrigues após vistoria realizada, relata a situação encontrada e a desconformidade das obras com as técnicas corretas de restauro.

Na Informação n.º 35/00/AJU/SEDAC a Assessora Jurídica sra. Maria Luisa Abreu de Mello, devido a desconformidade das obras realizadas na cobertura do Teatro Politeama Esperança, objeto do termo de convênio assinado entre a Secretaria da Cultura e o Município de Jaguarão, sugere o encaminhamento da documentação sobre o mesmo, seja encaminhada ao Ministério Público.

- Em 24 de abril de 2001 através do Gab. Pref. Of. n.º 113/2001 o prefeito municipal sr. Vitor Hugo Marques Rosa solicita baixa no CADIN alegando que a entidade contratante é a Sociedade Cultural Joaquim Caetano da Silva o que é uma inverdade, visto que o termo de convênio foi assinado com a Prefeitura Municipal. Alega também que as obras estão conforme as orientações fornecidas pelo Arq. Regis Thalheimer em 07/08/1997, sendo que neste Ofício o arquiteto havia solicitado, entre outras ações, levantamento da cobertura para o então Secretário de Obras.

- Através do Of. IPHAE n.º 129/01 de 19 de julho de 2001 a Diretora do IPHAE Doris de Oliveira comunica ao Prefeito Municipal a retirada por 90 dias do CADIN, a partir de 12/06/01, comunicando também o envio do processo ao Ministério Público.

- Através da Info. IPHAE n.º 35/2001 encaminhado a sra. Silvia Cappelli, Procuradora de Justiça, a arquiteta Mirian Sartori Rodrigues relata ao Ministério Público a situação encontrada até o momento.

- Em 13 de agosto de 2001 foi realizada reunião com o Promotor André Dal Molim Flores e os arquitetos Roberto e Mirian sobre as

PS

irregularidades encontradas no Teatro Politeama Esperança. Nesta reunião o promotor solicita nova vistoria do IPHAE às obras.

- Em 11 de setembro de 2001 foi realizada, pelos Arq. Mirian Sartori Rodrigues e Roberto Luiz Sawitzki, nova vistoria ao Teatro, cuja situação encontrada foi relatada através da Info. Técnica IPHAE 64/01, a qual foi encaminhada ao Prefeito Municipal através do Ofício IPHAE 236/01 e ao Promotor Público através do Ofício IPHAE 237/01.

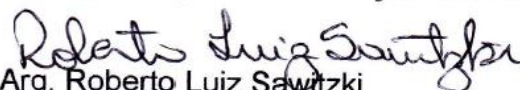
- Através do Ofício 259/02 de 23 de julho de 2002, o Promotor André Dal Molim Flores encaminha à Direção do IPHAE cópias das ações públicas ajuizadas.

- Em 26 de junho de 2003, o Arq. Roberto Sawitzki viajou a Jaguarão, quando então ficou sabendo da licitação para execução da cobertura.

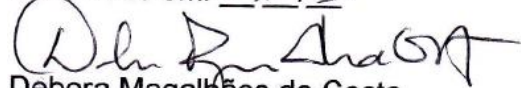
- Em agosto de 2003, através de contato telefônico a Arq. Marucie Nieto e o Eng. Sérgio Neves da Rosa relatam desconformidade com as obras em execução. A suspensão das obras foi solicitada através do Ofício IPHAE 270/03.

- Em 28 de agosto foi realizada vistoria às obras, relatadas através da INFO. IPHAE Nº 106/03.

- Em outubro de 2003, o Arq. Roberto Sawitzki reuniu-se em Jaguarão com o Assessor Jurídico da Prefeitura, a Secretaria Lucinha, a arq Marucie, o Eng Sergio, o Eng responsável pelas obras e representantes da Defender visando definir os passos seguintes a serem tomados para a conclusão das obras da cobertura do teatro. Ficou acertado que a Prefeitura Municipal enviaria ao IPHAE as opção para a conclusão das obras (se o prosseguimento, sanando as deficiências que a mesma apresenta ou então a suspensão das mesmas apresentando cronograma para a finalização da mesma).


Arq. Roberto Luiz Sawitzki
Crea 55439

De acordo em: 06/12/03


Débora Magalhães da Costa
Diretora do IPHAE